

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Boa Vista, 8 de março de 2017

Disponibilizado às 20:00 de 07/03/2017

ANO XX - EDIÇÃO 5932

Composição

Des^a. Elaine Cristina Bianchi

Presidente

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Vice-Presidente

Des. Mauro José do Nascimento Campello

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira

Des. Almiro José Mello Padilha

Des^a. Tânia Vasconcelos

Des. Leonardo Pache de Faria Cupello

Des. Cristóvão José Suter Correia da Silva

Des. Jefferson Fernandes da Silva

Des. Jésus Nascimento

Membros

Telefones Úteis

Secretaria-Geral

(95) 3198 4102

Elízio Ferreira de Melo

Secretário-Geral

Plantão Judicial 1^a Instância

(95) 9 8404 3085

Secretaria de Gestão Administrativa

(95) 3198 4112

Ouvidoria

0800 280 9551

Plantão Judicial 2^a Instância

(95) 9 8404 3123

Secretaria de Infraestrutura e Logística

(95) 3198 4109

Vara da Justiça Itinerante

0800 280 8580

Justiça no Trânsito

(95) 9 8404 3086

Secretaria de Tecnologia da Informação

(95) 3198 4141

(95) 3224 4395

(95) 9 8404 3086

(95) 9 8404 3099 (ônibus)

Presidência

(95) 3198 2811

Secretaria de Orçamento e Finanças

(95) 3198 4123

Núcleo de Relações

Institucionais

(95) 3198 2830

Secretaria de Gestão de Pessoas

(95) 3198 4152

Secretaria de Gestão Estratégica

(95) 3198 4131

A STI visando a melhoria contínua dos serviços prestados ao atendimento informa a mudança da central de ramais, que traz os seguintes Benefícios:



- ✓ Aumento de linhas para atendimento;
- ✓ Melhoria no gerenciamento das chamadas;
- ✓ Chamadas em espera;
- ✓ Gravação das chamadas recebidas.

Com isso a partir do dia 17/11/2016 o Telefone da Central de Serviços da TI passara a ser **3198-4141**.

Lembramos que através do site da Milldesk (tjrr.milldesk.com), você tem um atendimento mais rápido, abrindo os seus chamados automaticamente com poucos clique.



tjrr.milldesk.com

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Expediente de 07/03/2017

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL Nº 000.17.000156-4

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RÉU: RARYSON PEDROSA NAKAYAMA

RELATOR: DESEMBARGADOR MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de representação criminal em face de Raryson Pedrosa Nakayama.

O artigo 7º, alínea "a", do RITJRR, estabelece o seguinte:

Art. 7º. Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, os Juizes de Direito e Juizes Substitutos, os membros do Ministério Público Estadual, os membros do Ministério Público de Contas, os Deputados Estaduais, os Prefeitos Municipais e os Vereadores;

Tendo em vista o término do mandato eletivo de prefeito do réu e, conseqüentemente, o fim da prerrogativa de foro, remetam-se os autos para redistribuição na primeira instância.

Efetuar as diligências necessárias.

Boa Vista - RR, 02 de março de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AÇÃO PENAL Nº 0000.15.002077-4

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RÉU: JOSÉ DIVINO PEREIRA LIMA

ADVOGADO: DR. TADEU PEIXOTO DUARTE - OAB/RR 722

RELATOR: DESEMBARGADOR LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO

DECISÃO

Trata-se de Ação Penal movida em desfavor de José Divino (Prefeito Municipal do Município de São João da Baliza à época), pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 14 da Lei 10.826/2003.

Os presentes autos encontram-se com audiência de instrução e julgamento designada para o dia 08 de março de 2017.

Vieram-me os autos conclusos.

Com efeito, é pacífico o entendimento doutrinário e jurisprudencial que cessa a competência por prerrogativa de função quando encerrado o exercício funcional que a justificava.

Anexo à fl. 290, cópia do resultado das eleições municipais 2016, obtida por meio do site oficial do TRE/RR, na qual consta a informação de que o réu não se reelegeu para o cargo de prefeito municipal.

O presente feito foi encaminhado a esta Corte de Justiça em razão do cargo que o Réu ocupava (prefeito municipal), assim, uma vez que perdeu o mandato, acarreta a conseqüente perda da prerrogativa de foro em razão do cargo.

Nesse sentido:

AÇÃO PENAL. DEPUTADO ESTADUAL. PROCESSO CRIMINAL. FORO PRIVILEGIADO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. TÉRMINO DO MANDATO PARLAMENTAR ESTADUAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE NOVA CANDIDATURA. PERDA DA PRERROGATIVA DE FORO EM RAZÃO DO CARGO. COMPETÊNCIA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO PARA O PROCESSO. DECLINAÇÃO

DE COMPETÊNCIA. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO PREVENTO. COMPETÊNCIA DECLINADA. UNÂNIME. (Ação Penal - Procedimento Ordinário Nº 70029469947, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aymoré Roque Pottes... (TJ-RS - AP: 70029469947 RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Data de Julgamento: 08/08/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/08/2011)

Diante do exposto, cancelo a audiência designada e declino a competência em favor de uma Vara Genérica da Comarca de Boa Vista.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista - RR, 07 de março de 2017.

Leonardo Pache de Faria Cupello

- Des. Relator -

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0000.16.000041-0

AUTOR: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA

ADVOGADO: DR. TADEU PEIXOTO DUARTE - OAB/RR 722

RÉU: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

RELATORA: DESEMBARGADORA ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Ao Procurador-Geral do Estado e à Procuradora-Geral de Justiça para manifestação no prazo de 15 dias, sucessivamente, nos termos do art. 141 do RITJRR (Resolução nº 30, de 22 de junho de 2016).

Após, conclusos.

Boa Vista, 06 de março de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI – Relatora

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.16.001913-9

IMPETRANTE: MARIA ELITA DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: DR. JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA - OAB/RR 704

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. CELSO ROBERTO BOMFIN DOS SANTOS - OAB/RR 328-B

RELATOR: DESEMBARGADOR MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

DESPACHO

Suspendo o processo até o julgamento do agravo interno.

Boa Vista - RR, 03 de março de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.17.000088-9

AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. CELSO ROBERTO BOMFIN DOS SANTOS - OAB/RR 328-B

AGRAVADO: MARIA ELITA DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: DR. JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA - OAB/RR 704

RELATOR: DESEMBARGADOR MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

DESPACHO

Não há previsão para atribuição de efeito suspensivo no agravo interno.
Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal (CPC, art. 1.021, § 2º).

Boa Vista - RR, 03 de março de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.819517-4

AGRAVANTE: JUCELINO PAIVA SILVA

ADVOGADO: DR. JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO - OAB/RR 091-B

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO - OAB/RR 187-B

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.721627-0

AGRAVANTE: ADELSON CARNEIRO SANTANA

ADVOGADO: DR. JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO - OAB/RR 091-B

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO - OAB/RR 187-B

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.726056-9

AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. EDUARDO DANIEL LAZARTE MORÓN - OAB/RR 517

AGRAVADO: ALEXSANDER LOPES DA SILVA

ADVOGADO: DR. MARCELO CARVALHO RIBEIRO - OAB/RR 1476

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA, 07 DE MARÇO DE 2017.

RONALDO BARROSO NOGUEIRA
Diretor de Secretaria

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS

Expediente de 07/03/2017

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Senhor Desembargador Presidente das Câmaras Reunidas, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Extraordinária do dia 16 de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, será julgado o processo a seguir:

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0000.15.002667-2 - BOA VISTA/RR

AUTOR: HENRIQUE MANOEL FERNANDES MACHADO

ADVOGADOS: DR. ANGELO PECCINI NETO E OUTRA – OAB/RR Nº 791

RÉU: BANCO DA AMAZÔNIA S/A

ADVOGADOS: DR. SIVIRINO PAULI – OAB/RR Nº 101-B E DR. DIEGO LIMA PAULI – OAB/RR Nº 858

RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Senhor Desembargador Presidente da Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 16 de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, será julgado o processo a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.809102-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: E. M. DE M.

ADVOGADO: DR. GUILHERME AUGUSTO MACHADO EVELIM COELHO – OAB/RR Nº 839-N

APELADA: M. DO S. R. DE M.

ADVOGADOS: DR. LEONE VITTO SOUSA DOS SANTOS E OUTRO – OAB/RR Nº 1106-N

RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.15.017825-8 - BOA VISTA/RR**

APELANTES: HACIEL MOREIRA DA SILVA E OUTRO

ADVOGADO: DR. ALYSSON BATALHA FRANCO – OAB/RR Nº 371-B

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: DES. RICARDO OLIVEIRA

DESPACHO

Intime-se o advogado Dr. ALYSSON BATALHA FRANCO, para apresentar a Certidão de Óbito do apelante, nos termos do art. 62 do CPP.

Após, conclusos.

Dispensar a publicação.

Boa Vista, 23 de fevereiro de 2017.

Des. RICARDO OLIVEIRA

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.16.002001-2 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: PREMOL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADA: DRA. RENALE SHAIENE ALMEIDA ARAÚJO – OAB/RR Nº 379-B

AGRAVADA: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA - BOVESA E OUTROS

ADVOGADO: DR. ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO – OAB/RR Nº 264

RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DESPACHO

Intime-se a parte Agravante para que se manifeste quanto à matéria alegada pela parte Agravada (fls. 157/162) e pelo Ministério Público Graduado (fls. 168/174), no prazo de 05 dias.
Após, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.
Boa Vista (RR), em 24 de fevereiro de 2017.

Jefferson Fernandes da Silva
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.839210-2 - BOA VISTA/RR

1ª APELANTE / 2ª APELADA: TAM LINHAS AEREAS S/A

ADVOGADOS: DR. FÁBIO RIVELLI E OUTRO – OAB/SP Nº 297608-N

2º APELANTES / 1º APELADOS: M R BEZERRA – EPP E OUTROS

ADVOGADA: DRA. CAMILA RODRIGUES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – OAB/RR Nº 1087-N

RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Segue o relatório;

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;

No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral;

Boa Vista, 20 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000593-8 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: SHERON IMACULADA BRITO BARBOSA

ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR – OAB/RR Nº 787-N

AGRAVADA: BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADOS: DR. CELSO MARCON E OUTROS – OAB/RR Nº 303-A

RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

I - Não consta dos autos pedido expresso de liminar;

II - Dispensadas as informações do reitor singular, intime-se o agravado para apresentação de contrarrazões.

Boa Vista, 24/02/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001662-2 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N

AGRAVADA: ELAINE DA SILVA TEIXEIRA

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001683-8 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADA: F S MOURÃO – ME
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001808-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELI A. BOSON SCHETINE – FISCAL – OAB/RR Nº 190-P
AGRAVADOS: ROVEL – RORAIMA VEÍCULOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO: DR. BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO – OAB/RR Nº 178-N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista (RR), em 22 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001685-3 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADO: ANTONIO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO: DR. LUIZ FERNANDO MENEGAIS – OAB/RR Nº 094-B
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.830166-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ESPOLIO DE AIOMAR LOPES DE SOUSA
ADVOGADO: DR. MARCOS VINICIUS MARTINS DE OLIVEIRA – OAB/RR Nº 807-N
APELADA: CONSTRUTORA SOLAR LTDA
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Segue o relatório;

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;

No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral;

Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 24 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001755-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO: DR. CELSO MARCON – OAB/RR Nº 303-A
AGRAVADA: DÉBORA PASCOAL DOS SANTOS
ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA – OAB/RR Nº 493
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001666-3 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADA: P. C. P. IANNUZZI – ME
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 23 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001844-6 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A
AGRAVADO: ANTONIO LUCILANE LOPES TEIXEIRA
ADVOGADO: DR. ROGÉRIO FERREIRA DE CARVALHO – OAB/RR Nº 510-N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001994-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADA: ARAÚJO E SILVA LTDA
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 23 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001905-5 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ AUGUSTO MOREIRA – OAB/RR Nº 177
AGRAVADO: KEVYN MAIA DA COSTA
ADVOGADO: DR. ERISVALDO DOS SANTOS COSTA – OAB/RR Nº 1161
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 16 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001883-4 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO: DR. CELSO MARCON – OAB/RR Nº 303-A
AGRAVADO: JUEVERLEI ETRO HENRIQUE ALVES
ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO – OAB/RR Nº 288-A
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal (CPC, art. 1.021, § 2º).
Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.917753-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: DR. CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI – OAB/SP Nº 357590-N
APELADO: JOSENILSON VERDE LEMOS
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DESPACHO

1. Verifico que a petição e substabelecimentos de fls. 04/09 não contêm assinatura original dos advogados habilitados no processo;
 2. É pacífico que não há garantia alguma de autenticidade na reprodução de assinatura por meio de processo de escaneamento;
 3. Nesse sentido, tanto o Supremo Tribunal Federal, como o Superior Tribunal de Justiça, em análise à questão, já se manifestaram no sentido de ser considerada inválida a imagem escaneada de assinatura para interposição de recurso. Precedentes: STF, AI 564765/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, data do julgamento em 14/02/2006; STF, RMS 24257 Agr-ED/DF, Relatora Ministra Ellen Gracie, data do Julgamento em 03/12/2002; STJ, REsp 1442887 BA 2013/0080078-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/05/2014;
 4. Portanto, intime-se o Apelante, para regularizar o referido vício, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do pedido de fls. 04;
 5. Decorrido o prazo assinado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos;
 6. Cumpra-se.
- Boa Vista, em 24 de fevereiro de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.803111-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A
APELADA: HILNA GOMES BARROS
ADVOGADO: DR. ROGÉRIO FERREIRA DE CARVALHO – OAB/RR Nº 510-N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista (RR), em 22 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.800149-7 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: ANTONIO JOSÉ DE PINHO BEZERRA
ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO – OAB/RR Nº 288-A
EMBARGADO: NEUDO CAMPOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: DR. MARCELO BRUNO GENTIL CAMPOS – OAB/RR Nº 333-A
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Segue o relatório;

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;

No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral;

Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 03 de março de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.801791-0 - BOA VISTA/RR
1ª APELANTE / 2ª APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADOS: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A
2º APELANTE / 1º APELADO: JOSIMAR DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO: DR. JOSÉ HILTON DOS SANTOS VASCONCELOS – OAB/RR Nº 1105-N
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Considerando que os autos foram remetidos a esta instância sem que as partes fossem intimadas para apresentar contrarrazões aos recursos interpostos nos EP's 42 (1ª apelante/ré) e 47 (2º apelante/autor), intem-se os apelados para, querendo, contrarrazoarem os respectivos recursos, no prazo legal.

Após, conclusos.

Boa Vista, 23 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.803931-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: TNL PCS S/A
ADVOGADO: DR. ELADIO MIRANDA LIMA – OAB/RJ Nº 86235-N
APELADA: DROGARIA TOCANTINS LTDA
ADVOGADO: DR. ALEXANDER SENA DE OLIVEIRA – OAB/RR Nº 247-B
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;

No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

Boa Vista, 23 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.920539-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADOS: DR. CELSO MARCON E OUTROS – OAB/RR Nº 303-A
APELADA: CINELANDIA SOUZA DA SILVA
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;
No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
Boa Vista, 23 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000592-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: JOSEFA MARIA DE ANDRADE CARVALHO
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR – OAB/RR Nº 787-N
AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADOS: DR. FABRÍCIO GOMES – OAB/TO Nº 3350-A
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DESPACHO

Verifico que não houve pedido de efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal.
Dessa forma, intime-se a parte Agravada para se manifestar sobre o presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso I, do NCPC.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se.
Após, faça-se nova conclusão.
Cumpra-se.
Boa Vista – RR, em 22 de fevereiro de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001993-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADO: SAID TAYSIR JABER
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 23 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001667-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – FISCAL – OAB/RR Nº 377-N
AGRAVADA: FREE SHOPPING LTDA – ME
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000604-3 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: DIANA LOIS NEGREIROS DA SILVA

ADVOGADA: DRA. DIANA LOIS NEGREIROS DA SILVA – OAB/RR Nº 995-N

AGRAVADA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DESPACHO

1. Inclua-se em pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no artigo 109 e seguintes do RITJRR.
 2. Intimem-se as partes na forma e para fins dos incisos I e II do artigo 110 do RITJRR.
 3. Após, voltem-me conclusos.
- Boa Vista, 22 de fevereiro de 2017.

Des. Almiro Padilha
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0020.13.800139-9 - CARACARAÍ/RR

EMBARGANTE: FRANCISCO MABONI

ADVOGADO: DR. ANASTASE VAPTISTIS PAPOORTZIS – OAB/RR Nº 144-B

EMBARGADO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A

ADVOGADOS: DR. SIVIRINO PAULI E OUTRO – OAB/RR Nº 101-B

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Em observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CF/88, art. 5º, inc. LV), intime-se a parte embargada para se manifestar no prazo de 05 dias (art. 1.023, § 2.º, do CPC/15).

Após, voltem os autos conclusos;

Publique-se;

Cumpra-se.

Boa Vista/RR, em 20 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.720663-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO

ADVOGADO: DR. FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES – OAB/MG Nº 96696-N

APELADA: PRINTES E REIS COMÉRCIO LTDA – ME

ADVOGADO: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA – OAB/RR Nº 114-A

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório e o voto no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista - RR, 16 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0060.16.800163-8 - SÃO LUIZ/RR

APELANTES: GIDEON SOARES DE CASTRO E OUTROS

ADVOGADOS: DR. JOSÉ NESTOR MARCELINO E OUTROS – OAB/RR Nº 243-B

APELADOS: IDA MARIA ZAGO E OUTROS

ADVOGADOS: DRA. PAULA CAMILA DE OLIVEIRA PINTO E OUTROS – OAB/RJ Nº 164512-N

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Manifeste-se a parte apelante sobre interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista petição de fls. 13.

Intime-se.

Boa Vista/RR, 15 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.700889-5 - BOA VISTA/RR

1º APELANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCUS VINICIUS MOURA MARQUES – OAB/RR Nº 591-P

2º APELANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A

ADVOGADO: DR. SIVIRINO PAULI – OAB/RR Nº 101-B

APELADOS: ACÁCIO DA CRUZ WANDERLEY E OUTROS

ADVOGADO: DR. ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO – OAB/RR Nº 264-N

RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;

No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

Boa Vista, 16 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.803239-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A – AFERR

ADVOGADO: DR. RONILDO RAULINO DA SILVA – OAB/RR Nº 555-N

APELADOS: ADRICIANO CAVALERI E OUTROS

ADVOGADO: DR. ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO – OAB/RR Nº 264-N

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 17 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0047.12.700213-8 - RORAINÓPOLIS/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. TEMAIR CARLOS DE SIQUEIRA – OAB/RR Nº 658-P
APELADA: ANTONIA LOPES CARDOSO
ADVOGADO: DR. JAIME GUZZO JÚNIOR – OAB/RR Nº 330-B
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
 2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
 3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
 4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório e o voto no sistema da pauta de julgamento virtual.
- Boa Vista - RR, 16 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.810670-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA - BOVESA
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO E OUTROS – OAB/RR Nº 264-N
APELADO: RONALDO CARLOS QUEIROZ DE ALMEIDA
ADVOGADO: DR. RONALDO CARLOS QUEIROZ DE ALMEIDA – OAB/RR Nº 513-N
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DESPACHO

Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR;
No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
Boa Vista, 17 de fevereiro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.803092-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SARAH SILVA DE ARAUJO
ADVOGADO: DR. EDSON SILVA SANTIAGO – OAB/RR Nº 619-N
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Considerando a ausência de preparo (E.P.56), intime-se a apelante para efetuar-lo no prazo legal, sob pena de deserção (art. 1007, § 4º, do CPC/15).
Boa Vista/RR, 14 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.173164-9 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO – OAB/RR Nº 424-P
EMBARGADAS: VALENTINA WANDERLEY DE MELLO E OUTRAS

ADVOGADA: DRA. JANE WANDERLEY DE MELO – OAB/RR Nº 013
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Havendo a possibilidade de modificação do julgado embargado, considerando o princípio do contraditório, intimem-se as Embargadas para manifestação em até cinco dias.

Após, com ou sem manifestação, volte-me.

Boa Vista, 22 de fevereiro de 2017.

Des. ALMIRO PADILHA

Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005.15.000093-2 - ALTO ALEGRE/RR
1ª APELANTE / 2ª APELADA: ANA PAULA ALENCAR DE ALMEIDA
ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA – OAB/RR Nº 493-N
2º APELANTE / 2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
3º APELADOS: MAURÍCIO SOUSA DA SILVA E CLAUDIANE ALENCAR DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA – OAB/RR Nº 493-N
RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

DESPACHO

Considerando a existência de erro material no v. acórdão de fl. 514, retifico-o, fazendo constar que, na 3ª linha do acórdão, onde se lê "CONSONÂNCIA" com o parecer ministerial, leia-se "CONSONÂNCIA PARCIAL" com o parecer ministerial, conforme consta do voto condutor do acórdão.

Após a correção, nova a vista à douta Procuradoria de Justiça para ciência.

Boa Vista, 21 de fevereiro de 2017.

Des. MAURO CAMPELLO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000521-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CRISTIANE DA SILVA BEZERRA
ADVOGADO: DR. BRUNO LEONARDO CACIANO DE OLIVEIRA – OAB/RR Nº 1131
AGRAVADO: MARCUS VINÍCIUS LUCCHESI BATISTA
ADVOGADO: DR. CARLOS WAGNER GUIMARÃES GOMES – OAB/RR Nº 288-B
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

Autos n.º 0000.17.000521-9

I - Inexistindo nos autos cópia da petição inicial, contestação, petição que ensejou a decisão agravada, certidão da intimação da decisão agravada ou documento que comprove a tempestividade do recurso e da procuração outorgada aos advogados do agravado, intime-se a agravante para suprir as lacunas (art. 932, parágrafo único, do CPC).

II - Desentranhem-se os documentos de fls. 13/23;

Boa Vista, 14/02/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000617-5 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: AFRÂNIO MARCO VEBBER
ADVOGADA: DRA. VICTÓRIA UNIZ DE SOUZA CRUZ – OAB/RR Nº 1080-N
AGRAVADO: MARIANO JOSÉ FRANZ
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

Autos n.º 0000.17.000617-5

I - Não consta dos autos pleito liminar;

II - Dispensadas as informações do reitor singular, intime-se o agravado para apresentação de contrarrazões.

Boa Vista, 22/02/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000597-9 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: MAIRTON REIS PASCOAL

ADVOGADO: DR. JOSÉ HILTON DOS SANTOS VASCONCELOS – OAB/RR Nº 1105-N

AGRAVADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A

RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DESPACHO

Este agravo de instrumento é tempestivo, porque o Recorrente foi intimado em 27/01/2017 (EP19, processo 0821186-44.2016.8.23.0010) e interpôs o recurso em 17/02/2017 (§ 5º. do art. 1.003 do CPC). A petição inicial preenche os requisitos do art. 1.016 e a apresentação dos documentos mencionados nos incisos I e II do art. 1.017 do CPC está dispensada pelo fato dos autos serem eletrônicos (§ 5º. do art. 1017 do CPC/2015). O preparo não foi realizado, pois o motivo do presente recurso é discutir, justamente, a assistência gratuita. O recurso é cabível, pois se enquadra na situação prevista no art. 1.015, V, do CPC/2015.

Não há pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Por essas razões, intime-se a Agravada, na forma do inc. II do art. 1019, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.

Após, volte-me.

Boa Vista, 22 de fevereiro de 2017.

ALMIRO PADILHA

Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0060.14.801331-5 - SÃO LUIZ/RR

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO – OAB/RR Nº 424-P

APELADOS: ANA DÁLIA PEREIRA DA COSTA E OUTROS

ADVOGADA: DRA. NATÁLIA PAIVA DE OLIVEIRA – OAB/RR Nº 1174-N

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Verifico, às fls.14/17, a juntada de petição pelo Estado de Roraima, alegando omissão no acórdão de fls.08/10.

Diante da impossibilidade do recebimento da petição como embargos de declaração, em virtude de intempestividade, deixo de recebê-la.

Aguarde-se o trânsito em julgado.

Após, archive-se.

Boa Vista/RR, 13 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti – Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.803085-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ELANA FACUNDO DA SILVA

ADVOGADO: DR. EDSON SILVA SANTIAGO – OAB/RR Nº 619-N

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Considerando a ausência de preparo (E.P.58), intime-se a apelante para efetuar-lo no prazo legal, sob pena de deserção (art. 1007, § 4º, do CPC/15).

Boa Vista/RR, 14 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.807285-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: LIDIANE DA SILVA TERTO

ADVOGADO: DR. MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO – OAB/RR Nº 748-N

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Considerando a ausência de preparo (E.P.62), intime-se a apelante para efetuar-lo no prazo legal, sob pena de deserção (art. 1007, § 4º, do CPC/15).

Boa Vista/RR, 14 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.16.001646-5 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES – OAB/RR Nº 393-A

AGRAVADO: FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA SILVA

ADVOGADO: DR. MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO – OAB/RR Nº 393-A

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.
2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.
3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.
4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista (RR), em 20 de fevereiro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.000646-4 – BOA VISTA/RR

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RORAIMA

PACIENTE: JOSÉ ROGER LIMA PEREIRA

**AUT. COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS**

RELATOR: DES. JÉSUS NASCIMENTO

DESPACHO

Antes de apreciar o pedido liminar, por cautela, solicitem-se informações da autoridade coatora, no prazo de 05 (cinco) dias, ressaltando-se a necessidade de se atentar especialmente aos requisitos constantes do art. 2º, II da Resolução nº 16, de 5 de agosto de 2009, do Tribunal Pleno.

Após, nova conclusão.

Boa Vista (RR), 24 de fevereiro de 2017.

Jésus Nascimento

Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000628-2 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A
ADVOGADA: DRA. MARILI RIBEIRO TABORDA – OAB/RR Nº 375-A
AGRAVADA: DAYSE NAYARA GONÇALVES DIAS
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

I - Não consta dos autos pedido expresso de liminar;

II - Dispensadas as informações do reitor singular, intime-se a agravada para apresentação de contrarrazões;

III - Certifique-se acerca da apresentação da petição em sua versão original.

Boa Vista, 22/02/17

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0060.13.700770-8 - SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR
APELANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. TADEU PEIXOTO DUARTE – OAB/RR Nº 722-N
APELADA: MARIA DE FATIMA SANTOS AMORIM
ADVOGADO: DR. VALDENOR ALVES GOMES – OAB/RR Nº 618-N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 02 de março de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.807020-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO – OAB/RR Nº 424-P
APELADA: CYNTIA BRAUN IGNÁCIO
ADVOGADOS: DRA. LAIS RAMOS CHRUSCIK E OUTRO – OAB/RR Nº 1057-N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

1. Segue o relatório.

2. Inclua-se o recurso na pauta de julgamento eletrônico, na forma prevista no art. 109 do RITJRR.

3. No prazo de dois dias, contados da publicação deste despacho, as partes poderão apresentar memoriais ou requerimento de sustentação oral.

4. Findo o prazo sem requerimentos, a Secretaria deve incluir o relatório no sistema da pauta de julgamento virtual.

Boa Vista, 02 de março de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.000657-1 – BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: ANGRIA KARTIÊ FEITOSA SILVA – OAB/RR Nº 1269-N
PACIENTE: GERALDE DA COSTA BATISTA

AUT. COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS**RELATOR: DES. JÉSUS NASCIMENTO****DESPACHO**

Considerando que a liminar foi apreciada na Decisão de fls. 44, solicitem-se informações da autoridade coatora, no prazo de 05 (cinco) dias, art. 173, I do NRITJRR, ressaltando-se a necessidade de se atentar especialmente aos requisitos constantes do art. 2º, II da Resolução nº 16, de 5 de agosto de 2009, do Tribunal Pleno.

Após, com as informações, abra-se vista ao Procurador de Justiça para manifestação, no prazo legal.

Publique-se e intime-se.

Boa Vista (RR), 02 de março de 2017.

Jésus Nascimento

Desembargador Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.17.000422-0 - BOA VISTA/RR**AGRAVANTE: MARCELO ARAÚJO OKAZAWA****ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO – OAB/RR Nº 288--A****AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A****ADVOGADA: DRA. DANIELA DA SILVA NOAL – OAB/RR Nº 447-N****RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER**

I - Intime-se o agravado para manifestação em 15 dias;

II - Decorrido referido prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.

Boa Vista, 02/03/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000396-6 - BOA VISTA/RR**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA****PROCURADOR DO ESTADO: DR. CLÁUDIO BELMINO****AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI****DESPACHO**

1. Efetuar a correção da autuação.

2. Após, intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2016.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000.16.001464-3 - BOA VISTA/RR****APELANTE: DENILSON UBIRATAN SABINO DA SILVA****ADVOGADO: DR. IGOR LYNKER MENESES CAVALCANTE GOMES – OAB/RR Nº 1480-N****APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO**

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. IGOR LYNKER MENESES CAVALCANTE GOMES – OAB/RR Nº 1480-N, para devolução do processo acima identificado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Boa Vista – RR, 07 de março de 2017.

Álvaro de Oliveira Júnior

Diretor da Secretaria

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.15.008426-6 – BOA VISTA/RR
APELANTE: CLHINGER DE SOUZA THOMÉ GUEDELHA
ADVOGADO: DR. PAULO LUIS DE MOURA HOLANDA – OAB/RR Nº 481
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. PAULO LUIS DE MOURA HOLANDA – OAB/RR Nº 481-N, para devolução do processo acima identificado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Boa Vista – RR, 07 de março de 2017.

Álvaro de Oliveira Júnior
Diretor da Secretaria

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.14.013044-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: KÁSSIO SOARES MOURÃO
ADVOGADO: DR. WALLA ADAIRALBA BISNETO – OAB/RR Nº 542
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. WALLA ADAIRALBA BISNETO – OAB/RR Nº 542, para devolução do processo acima identificado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Boa Vista – RR, 07 de março de 2017.

Álvaro de Oliveira Júnior
Diretor da Secretaria

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS
BOA VISTA, 07 DE MARÇO DE 2017.

ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR
DIRETOR DA SECRETARIA

PRESIDÊNCIA**PORTARIA N.º 644, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do Processo n.º 0003891-79.2017.8.23.8000 (Sistema SEI),

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, com ônus, no período de 13 a 14.03.2017, da juíza **BRUNA GUIMARÃES FIALHO ZAGALLO**, para participar de visita técnica ao Tribunal de Justiça de São Paulo para conhecer o Projeto "Assessoria Virtual".

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

PORTARIA N.º 645, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do Processo n.º 0001588-92.2017.8.23.8000 (Sistema SEI),

RESOLVE:

Conceder ao Des. **RICARDO DE AGUIAR OLIVEIRA**, afastamento em virtude de falecimento de pessoa da família, no período de 02 a 09.03.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

PORTARIA N.º 646, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a decisão proferida no Processo n.º 0002313-81.2017.8.23.8000 (Sistema SEI),

RESOLVE:

Conceder à Dr.^a **JOANA SARMENTO DE MATOS**, Juíza de Direito titular da Comarca de Bonfim, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, no período de 11 a 28.09.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

PORTARIA N.º 647, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria n.º 636, de 06 de março de 2017, publicada no DJE n.º 5931, de 07 de março de 2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

PORTARIAS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 648 - Cessar os efeitos, a contar de 08.03.2017, da designação do Dr. Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para responder pelo Juizado Especial Criminal, em virtude de férias do titular, objeto da Portaria n.º 639, de 06.03.2017, publicada no DJE n.º 5931, de 07.03.2017.

N.º 649 - Tornar sem efeito a designação do Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para responder pelo Juizado Especial Criminal, no período de 10 a 14.03.2017, em virtude de férias do titular, objeto da Portaria n.º 640, de 07.03.2017, publicada no DJE n.º 5931, de 07.03.2017.

N.º 650 - Tornar sem efeito a designação do Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para auxiliar no Juizado Especial Criminal, nos dias 10, 17, 24 e 31.03.2017, objeto da Portaria n.º 599, de 23.02.2017, publicada no DJE n.º 5927, de 24.02.2017.

N.º 651 - Designar o Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para responder pela Primeira Vara da Infância e da Juventude, no período de 08 a 09.03.2017, em virtude de afastamento do titular, sem prejuízo de sua designação para responder pelo Segundo Juizado Especial Cível, objeto da Portaria n.º 602, de 23.02.2017, publicada no DJE n.º 5927, de 24.02.2017.

N.º 652 - Designar o Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para responder pela Primeira Vara da Infância e da Juventude, no período de 10 a 11.03.2017, em virtude de afastamento do titular, sem prejuízo de sua designação para, em regime de esforço concentrado, analisar as prisões decretadas pelos juízos criminais da Comarca de Boa Vista e realizar o julgamento de processos com réu preso, objeto da Portaria n.º 154, de 27.01.2017, publicada no DJE n.º 5908, de 30.01.2017.

N.º 653 - Designar o Dr. **MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, Juiz Substituto, para auxiliar na Primeira Vara da Infância e da Juventude, a contar de 12.03.2017, até ulterior deliberação, sem prejuízo de sua designação para, em regime de esforço concentrado, analisar as prisões decretadas pelos juízos criminais da Comarca de Boa Vista e realizar o julgamento de processos com réu preso, objeto da Portaria n.º 154, de 27.01.2017, publicada no DJE n.º 5908, de 30.01.2017.

N.º 654 - Designar o Dr. **ESDRAS SILVA PINTO**, Juiz Substituto, para responder pelo Juizado Especial Criminal, no período de 08 a 14.03.2017, sem prejuízo de sua designação para responder pela Segunda Vara Criminal, objeto da Portaria n.º 474, de 10.02.2017, publicada no DJE n.º 5918, de 13.02.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

PORTARIA N.º 655, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do Processo nº 0003774-88.2017.8.23.8000 (Sistema SEI),

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, com ônus, no período de 08 a 11.03.2017, da servidora **MICHELLE MIRANDA DE ALBUQUERQUE AVELINO** e, no período de 08 a 12.03.2017, dos servidores **TIAGO MENDONÇA LOBO** e **VILLE CARIBAS LIMA DE MEDEIROS**, para participarem de reunião no Conselho Nacional de Justiça para alinhamento do processo de implantação do Sistema PJeCor, a realizar-se em Brasília/DF, no dia 10.03.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

ERRATA

Na Portaria n.º 638, de 06.03.2017, publicada no DJE n.º 5931, de 07.03.2017, que concedeu ao Dr. **ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO**, Juiz de Direito titular do Juizado Especial Criminal, 08 (oito) dias de férias, no período de 07 a 14.03.2017,

Onde se lê: "referentes ao saldo remanescente de 2017"

Leia-se: "referentes ao saldo remanescente de 2014"

Boa Vista - RR, 07 de março de 2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA**Expediente de 07/03/2017****Vice-Presidência****SEI 0003031-78.2017.8.23.8000****Especificação: Requerimento****DECISÃO**

Trata-se de processo originado pela Associação dos Magistrados de Roraima – AMARR, representada por seu Presidente, juiz de direito Jarbas Lacerda de Miranda, no qual requer o pagamento de ajuda de custo para capacitação profissional, no valor de 30% do subsídio, à associada Desembargadora Elaine Cristina Bianchi, consoante o artigo 2.º da Resolução n.º 30/2015 do Tribunal Pleno do TJ/RR ([0103921](#)).

Cálculos devidamente apresentados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

A Secretaria de Orçamento e Finanças informou a disponibilidade orçamentária para custear a despesa.

Feito devidamente instruído.

É o relatório.

Decido.

Acolho a manifestação do Secretário Geral para deferir o pedido de pagamento da ajuda de custo para capacitação profissional da Desembargadora Presidente Elaine Cristina Bianchi, referente ao primeiro semestre de 2017.

À Presidência para conhecimento e providências quanto a publicação.

Encaminhe-se o feito à Secretaria de Gestão de Pessoas para as providências cabíveis.

Publique-se.

Boa Vista/RR 03 de março de 2017

Des. MOZARILDO CAVALCANTI

Vice-Presidente

Presidência

SEI nº 0003774-88.2017.8.23.8000

Assunto: Afastamento de servidores - Reunião no CNJ.

DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pelo Gabinete da Corregedoria Geral de Justiça indicando os servidores Ville Caribas Lima de Medeiros, Michelle Miranda de Albuquerque Avelino e Tiago Mendonça Lobo a participarem de reunião a ser realizada em Brasília/DF, no dia 10 de março de 2017.

A Decisão exarada no evento [0111769](#) autorizou o afastamento dos servidores no período de 09 a 10 de março, conforme solicitado.

A SCALC informa, no evento [0112087](#), que só há uma vaga disponível no trecho Brasília - Boa Vista, na data inicialmente prevista para o retorno (10/03/17) e que, por não haver previsão de voo no dia 11/03, haveria a possibilidade de emissão de passagens para retorno dos demais servidores no dia 12 de março, o que demandaria a autorização de afastamento e pagamento de diárias por período superior ao consignado na Decisão [0111769](#).

Informa ainda que, após contato com servidores da CGJ, realizou a emissão de passagem da servidora Michelle Miranda de Albuquerque para retorno no dia 10 de março, restando pendente apenas o retorno dos servidores Tiago Lobo e Ville Caribas Lima, conforme documento [0112245](#).

É o relatório.

Decido.

Considerando o estabelecimento de data limite para implantação do Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias de Justiça (PJeCor), conforme informação constante no evento [0107047](#) (03/04/2017) e a comunicação do agendamento de reunião a ser realizada no CNJ, para alinhamento do processo de implantação do Sistema PJeCor, esta Presidência autorizou o afastamento dos servidores acima relacionados no período de 09 a 10 de março do corrente ano.

Ocorre que, em razão da proximidade da data da viagem e da reduzida quantidade de voos disponíveis nesta cidade, não há vaga para o retorno dos três servidores no dia 10.

Assim, dada a importância do aprimoramento da equipe para utilização do Sistema PJeCor, torno sem efeito a Decisão [0111769](#) e **autorizo** o afastamento, com ônus para o Tribunal, da servidora Michelli Miranda de Albuquerque, no período de 09 a 10 de março e dos servidores Tiago Mendonça Lobo e Ville Caribas Lima de Medeiros, no período de 09 a 12 de março do corrente ano.

Publique-se.

À SGP para as providências, com urgência.

Boa Vista, d.i.

Boa Vista/RR 07 de março de 2017

Desa. ELAINE BIANCHI

Presidente

Presidência

SEI nº. 0003192-88.2017.8.23.8000

Assunto: Requerimento de férias e folga compensatória de plantão.

DECISÃO

Trata-se de requerimento originado pelo Dr. Jaime Plá Pujades de Ávila, Juiz de Direito titular da Comarca de Rorainópolis, o qual requer alteração de suas férias relativas a 2016, para que tenha início no dia 09.03.2017 e não no dia 08.03.2017, bem como solicita folga compensatória nos dias 10 e 11.04.2017, em decorrência de plantões judiciais laborados mais antigos durante duas semanas de 2016. ([0105106](#))

Devidamente instruído, foi juntado ao feito, ([0108654](#)) planilha de férias do Magistrado.

No evento nº. [0108655](#) consta manifestação da Chefe da SLA indicando que “*não consta registro de afastamento em nome do citado magistrado no mês de setembro de 2016. No entanto consta afastamento em seu nome no período de 03 a 05.11.2016 e de 16 a 18.11.2016, conforme Portaria nº 2361, DJE nº 5848, de 25.10.2016 e Portaria nº 2442, DJE nº 5855, de 09.11.2016*”, bem como informou que “*consta em tramitação o pedido de folga para os dias 02 e 03.03.2017, que tramita sob o Processo SEI nº [0002478-31.2017.8.23.8000](#), no qual informamos o plantão laborado na Comarca de Rorainópolis no mês de setembro de 2016*”.

Informou, ainda, que “*não consta registro de afastamento em nome do requerente por laborar no plantão do mês de novembro de 2016 na Comarca de Rorainópolis*” e que “*no mês de novembro de 2016 ocorreram 3 (três) feriados, nos dias 01, 02 e 15.11.2016, bem como 01 (um) dia de ponto facultativo, 14.11.2016*”.

Por fim, atestou que “*o quantitativo de magistrados afastados no período de 09.03.2017 a 07.04.2017 e nos dias 10 e 11.04.2017, total ou parcialmente, considerando a necessidade da observância do quantitativo descrito no art. 6.º e 7.º da Resolução n.º 051/2011, hoje utilizada como parâmetro para concessão de afastamentos*”.

Em seu parecer, a Secretária de SGP opina pelo deferimento dos períodos de folgas compensatórias dos plantões na seguinte forma: “*01 (um) dia de folga referente ao plantão laborado no domingo (25.09.2016), e mais 01 (um) dia de folga pelo plantão semanal laborado no período de 26 a 30.09.2016, em razão do cumprimento de plantão na Comarca de Rorainópolis no mês de setembro de 2016*” a serem utilizadas no período de 10 e 11/04/2017 e, pelo deferimento das férias referentes ao exercício 2016, “*anteriormente marcadas para 08.03 a 06.04.2017, a fim de serem usufruídas no período de **09.03 a 07.04.2017***”. ([0109288](#))

Eis o relato necessário. Decido.

Diante do acima exposto, estando o feito devidamente instruído e não tendo sido apontado nenhum impedimento, defiro o pedido, conforme parecer da SGP. ([0109288](#))

Publique-se.

À SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, d.i.

Boa Vista/RR 07 de março de 2017

Desa. ELAINE BIANCHI

Presidente

INTER ↔ AÇÃO

**SEMANALMENTE, NOVA EDIÇÃO TODA TERÇA
NO PORTAL DO SERVIDOR
CONFIRA!**

Informações institucionais para Magistrados e Servidores



Para Receber os informes:

Adicione o Contato do ZapJus

Envie seu Nome e Matrícula

NOVO número
(95) 98403-3518



TJRORAIMA

SUBSECRETARIA DE COMPRAS

Expediente de 07/03/2017

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima torna público aos interessados que a licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 002/2017** (Proc. Adm. SEI n.º 0002311-16.2016.6.23.8000) que tem como objeto: **Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação do serviço, de natureza continuada, de desinsetização, descupinização, desratização e desalojamento de pombos e morcegos para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência nº 94/2016**, teve o seguinte resultado:

N.º LOTE	EMPRESA VENCEDORA	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR EDITALÍCIO (R\$)	RESULTADO SITUAÇÃO
01	DEDETIZADORA LORD EIRELI ME	184.999,96	555.655,90	Adjudicado/ Homologado

Boa Vista (RR), 07 de março de 2017.

HENRIQUE DE MELO TAVARES
SUBSECRETÁRIO DE COMPRAS

Ata de Registro de Preços N.º 004/2017**Procedimento Administrativo SEI n.º 0000544-40.2016.6.23.8000.****Pregão Eletrônico n.º 047/2016**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado pelo Secretário de Gestão Administrativa, Bruno Campos Furman, nomeado pela Portaria n.º 208 de 10 de fevereiro de 2017, publicada no DJE do dia 13 de fevereiro de 2017, inscrito no CPF sob o n.º 815.622.762-04 Portador(a) da Carteira de Identidade n.º 204.434 de SSP/RR de 24 de abril de 1998, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de instalação, manutenção e remoção de enlaces ópticos, com fornecimento de materiais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência n.º 067/2016.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão Eletrônico** n.º 047/2016 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão Eletrônico**, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedora do certame.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: EAGLE VISION INFRAESTRUTURA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.968.416/0001-59

ENDEREÇO COMPLETO: Rua Lírio do Vale, N.º 24, BAIRRO: N. S. Aparecida - CEP.: 69306-250 Boa Vista - RR

REPRESENTANTE: João Carlos Furtado Filho

TELEFONE: (95) 3623-2457/3623-3201/98114-6144

E-MAIL: eagle@eaglevis.com.br/jfurtado@eaglevis.com.br

PRAZO DE ENTREGA: O serviço deverá estar disponível em até 20(vinte) dias, contados da assinatura do instrumento contratual.

GRUPO 01

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL (R\$)
1.1.	11.300	M	Serviço de lançamento de cabos de fibra óptica aérea externa com 12 fibras, e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Cablena Modelo: CFOA-SM-AS80-G-I2-RC	13,00	146.900,00
1.2.	4.520	M	Serviço de lançamento de cabos de fibra óptica aérea externa com 24 fibras e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Cablena Modelo: CFOA-SM-AS80-G-24-RC	16,00	72.320,00
1.3.	6.780	M	Serviço de lançamento de cabos de fibra óptica aérea externa com 36 fibras, e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Cablena Modelo: CFOT-SM-AS80-G-36-RC	20,00	135.600,00
2.	4.800	M	Serviço de lançamento de cabos de fibra óptica subterrânea e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Furukawa Modelo: CFOA-MMS-AR62,5-12-RC	12,00	57.600,00

3.	4.800	M	Serviço de lançamento de cabos de fibra óptica interno e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Furukawa Modelo: CFOT-MM-SG2.5-6-RC	12,00	57.600,00
4.	3.000	M	Serviço de retirada dos cabos de fibra óptica e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	5,00	15.000,00
5.	20	Und.	Elaboração e atualização de projeto como construído (As Built) e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.450,00	29.000,00
6.	150	Und.	Serviço de identificação de enlaces e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	7,50	1.125,00
7.	120	Und.	Pré-emenda de cabo óptico e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	98,00	11.760,00
8.	4320	Und.	Serviço de fusão de cabo óptica (emenda) e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	75,00	324.000,00
9.	100	Und.	Serviço de realocação/fixação do cabo óptico no poste e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	47,00	4.700,00
10.	100	Und.	Repuxamento de cabo óptico e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	7,60	760,00
11.	120	Und.	Certificação do enlace óptico e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	87,00	10.440,00
12.	5	Und.	Infraestrutura - estrutura - Rack 10 U e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: EVISA Modelo: MINI RACK 12x570	1.399,56	6.997,80
13.	30	Und.	Instalação de caixa de emenda e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: CEO 24-96FIBRA	1.000,00	30.000,00
14.	60	Und.	Cordão óptica monomodo e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: CFO-SM-SC/LC-1.5	260,00	15.600,00
15.	60	Und.	Extensão óptica monomodo e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem	92,70	5.562,00

			Modelo: EFO-SM-SC/LC-1.5		
16.	60	Und.	Cordão Óptico Multimodo e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: CFO-MM-SC/LC-1.5	136,00	8.160,00
17.	60	Und.	Extensão óptica Multimodo e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: EFO-MM-SC/LC-1.5	91,00	5.460,00
18.	10	Und.	Terminador Óptico 6 portas e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: CEO-6F	98,90	989,00
19.	70	Und.	GBIC Miltimodo/Monomodo até 10Km Marca: 4LAN Modelo: SFPLH	619,00	43.330,00
20.	70	Und.	GBIC Monomodo mínimo 30Km e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: 4LAN Modelo: SFPLHX	654,30	45.801,00
21.	20	Und.	Conversor de mídia e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: INTELBRAS Modelo: KFM112	635,00	12.700,00
22.	300	M	Lançamento de eletrodutos, eletrocalhas ou similares e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	43,00	12.900,00
23.	20	Und.	Distribuidor Interno Óptico - DIO e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. Marca: Fibracem Modelo: DIO FIT	1.200,00	24.000,00
24.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Alto Alegre e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.405,20	2.810,40
25.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Bonfim e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.434,00	2.868,00
26.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Caracará e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.458,00	2.916,00
27.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Mucajaí e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.378,00	2.756,00
28.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Pacaraima e demais especificações	1.510,00	3.020,00

			conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.		
29.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de Rorainópolis e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.572,40	3.144,80
30.	02	VT.	Visita Técnica para a Comarca de São Luis do Anauá e demais especificações conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	1.590,00	3.180,00
Valor Total R\$					1.099.000,00

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CAMPOS FURMAN, Secretário(a)**, em 06/03/2017, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Furtado Filho, Usuário Externo**, em 07/03/2017, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0111037** e o código CRC **3C10506E**.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**PORTARIAS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017**

A SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto pelo art. 5º, IX da Portaria n.º 738 de 04 de maio de 2012,

RESOLVE:

Nº 070 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo **SEI nº 0003675-21.2017.8.23.8000**, autorizar o pagamento de diárias aos servidores abaixo discriminados, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Quantidade de Diárias
ÂNGELO JOSÉ DA SILVA NETO	Chefe de Setor de Manutenção	0,5 (meia)
MANOEL MESSIAS SILVEIRA DANTAS	Assessor Técnico I	1,5 (uma e meia)
HERLI LEONARDO DA SILVA	Assessor Técnico II	0,5 (meia)
Destinos:	Comarcas de Pacaraima, Caracaraí, São Luiz do Anauá e Rorainópolis.	
Motivo:	Para manutenção no Grupo Gerador, portão eletrônico, placas, fechaduras e limpeza do terreno nas Comarcas indicadas.	

SEI nº 0008319-41.2016.8.23.8000

Assunto: **Reconhecimento de dívida**

1. Trata-se de expediente originado por VANEYLA LIMA BARBOSA, servidora comissionada, matrícula 3011858, a qual requer ajuda de custo nos termos do art. 49 da LCE nº 053/01 c/c art. 2º, §1º, da Resolução nº 05/2001, tendo em vista a mudança de domicílio em virtude de sua designação para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Juiz na Comarca de Caracaraí (0065755).
2. Com fulcro no art. 5º, IV, da Portaria n.º 738/2012, reconheço, nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/1964 c/c o art. 22, §§ 1º e 2º, alínea "c" do Decreto Federal n.º 93.872/86, a despesa de exercício anterior, relativa ao pagamento da ajuda de custo, no valor de R\$ 4.257,24 (quatro mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos), conforme cálculo ao EP. 0075072.
3. Publique-se e certifique-se.
4. Em seguida, encaminhe-se o feito à Subsecretaria de Orçamento, para emissão de nota de empenho.
5. Após, à Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, para inclusão em folha e demais providências.

SEI nº 0009788-25.2016.8.23.8000

Assunto: **Reconhecimento de dívida**

1. Trata-se de Procedimento Administrativo em que o servidor MARINALDO JOSE SOARES requer o pagamento do Auxílio-Natalidade pelo nascimento de seu filho MURILO FERREIRA DOS SANTOS SOARES, em 03/05/2016, conforme indicado na certidão de nascimento às fls. 03 do EP 0079398.
2. Após a informação de disponibilidade orçamentária houve a decisão da Secretaria de Gestão de Pessoas (EP 0107176) deferindo a concessão do auxílio solicitado.
3. Com fulcro no art. 5º, IV, da Portaria n.º 738/2012, reconheço, nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/1964 c/c o art. 22, §§ 1º e 2º, alínea "c" do Decreto Federal n.º 93.872/86, a despesa de exercício anterior, relativa ao pagamento do auxílio-natalidade, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), conforme cálculo ao EP. 0081090.
4. Publique-se e certifique-se.
5. Em seguida, encaminhe-se o feito à Subsecretaria de Orçamento, para emissão de nota de empenho.

6. Após, à Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, para inclusão em folha e demais providências.

SEI nº **0003387-73.2017.8.23.8000**

Assunto: **Suprimento de Fundos**

1. Trata-se de procedimento administrativo solicitando suprimentos de fundos em nome da servidora **FLÁVIA MELO ROSAS CATÃO**, Subsecretária de Saúde (EP [0108717](#)).
2. Remetidos os autos à Subsecretaria de Acompanhamento de Pessoal, o Chefe daquela Subsecretaria informou que a servidora pertence ao Quadro de Pessoal de provimento efetivo deste Tribunal, bem como esclarece que não constam registro de penalidades administrativas ou outra ocorrência que desabone sua conduta, conforme EP [0108866](#).
3. A Comissão Permanente de Sindicância, informou que a referida servidora não responde à sindicância ou à processo administrativo disciplinar.
4. Instada a se manifestar, a Subsecretaria de Orçamento informou que há disponibilidade orçamentária para custear o presente pleito no valor solicitado.
5. A Subsecretaria de Contabilidade informou que a servidora encontra-se dentro dos preceitos legais quanto à liberação de recursos, sob o regime de adiantamento (suprimento de fundos) e foi juntado ao EP [0112861](#) a adequação do pedido ao Manual de Suprimento de Fundos.
6. Dessa forma, revogo a Decisão do EP [0111081](#), e com fulcro nos arts. 5º e 10º, da Portaria n.º 99/2014, instituo Suprimento de Fundo Fixo de Caixa em nome da servidora FLÁVIA MELO ROSAS CATÃO, portadora do CPF nº 719.352.232-91, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para fazer face às despesas de pequena monta e de pronto pagamento, conforme tabela abaixo:

Cargo/Função	Unidade de Atividade
Subsecretária de Saúde	Secretaria de Gestão de Pessoas
Elemento de despesa	Valor – R\$
Material de consumo (3.3.90.30)	4.000,00
Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (3.3.90.39)	4.000,00
Prazo de aplicação	60 dias
Prazo de prestação de contas	10 dias
Modalidade Saque	Valor – R\$
Material de consumo (3.3.90.30)	1.000,00
Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (3.3.90.39)	1.000,00

7. Publique-se. Certifique-se.
8. Após, à Subsecretaria de Orçamento, para adequação das notas de empenho emitidas.
9. Em seguida, à Subsecretaria de Contabilidade/SELIQ para liquidar a despesa.
10. Ato contínuo, à Subsecretaria de Finanças, para liberação do crédito.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

ELAINE ASSIS MELO
Secretária de Orçamento e Finanças

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - GABINETE**Processo SEI n.º 0003780-95.2017.8.23.8000****Origem:** Arliton Ney Oliveira Ferreira**Assunto:** Solicita a concessão de Auxílios Creches/Natalidade.**DECISÃO**

1. Trata-se de Procedimento Administrativo originado pelo servidor Arliton Ney Oliveira Ferreira, por intermédio do qual solicita a concessão de auxílio-natalidade, auxílio-creche e licença paternidade, em virtude do nascimento de sua filha Yasmin Felix Oliveira, ocorrido no dia 27.02.2017 (0110334, 0110381).

2. Foi juntada cópia da certidão de nascimento da criança, bem como declaração de que a genitora não é servidora pública (0110381).

3. Quanto à concessão de auxílio-natalidade, a Chefe do Setor de Cálculos informou que o requerente foi nomeado para exercer o cargo em comissão desta Corte, tendo tomado posse e entrado em efetivo exercício em 15/03/2013, conforme consta em seus assentamentos funcionais (0111193).

4. O auxílio-natalidade define-se como benefício concedido à servidora, por motivo do nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto, sendo o valor equivalente ao menor vencimento pago ao servidor regido pela Lei Complementar Estadual n.º 053/2001, conforme art. 179 da referida norma.

5. Quando a parturiente não é servidora o auxílio pode ser requerido pelo pai, na condição de servidor, conforme preceituado pelo § 2.º do art. 179, da Lei Complementar Estadual n.º 053/2001, vejamos:

Art. 179. O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público estadual, inclusive no caso de natimorto.

(omissis)

§2º. O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

6. Vale ressaltar que o salário mínimo no mês de nascimento da filha do servidor é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), portanto, nos termos do Art. 179 da Lei Complementar n.º 053/2001, o valor total do auxílio natalidade requerido é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

7. Quanto ao valor do benefício, esse é equivalente ao menor vencimento do serviço público estadual. Ocorre que, atualmente, o menor vencimento do serviço público estadual tem valor inferior ao do salário mínimo, porém, o Estado complementa aquele para que se iguale a este, conforme Ofício n.º 296/2011 da Coordenadoria Geral da Folha de Pagamento do Estado, enviado ao Secretário de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas em 27/04/2011.

8. Destaca-se, ainda, que o art. 178, I, "a", da LCE n.º 053/2001, prevê a concessão, pelo Estado, do auxílio ora requerido ao servidor. Senão vejamos:

Art. 178. O Estado concederá ao servidor e seus dependentes os seguintes benefícios sociais:

I - Quanto ao servidor:

a) auxílio-natalidade;

9. *In casu*, consoante os documentos acostados nos autos, verifica-se que o servidor desta Corte, faz jus ao auxílio-natalidade em decorrência do nascimento de sua filha Yasmin Felix Oliveira, ocorrido no dia 27.02.2017.

10. A Subsecretaria de Orçamento, informou que há disponibilidade orçamentária para custear a despesa com pagamento de auxílio natalidade, mediante crédito alocado na unidade orçamentária Tribunal de Justiça, em conformidade com o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD e Lei Orçamentária Anual n.º 1168 de 16.01.2017, classificado na natureza de despesa 3.3.90.08.52 (0111715).

11. Pelo exposto, considerando o disposto no art. 3.º, inciso IX, alínea "a" da Portaria da Presidência n.º 738/2012, defiro o pedido de concessão de auxílio-natalidade, com fulcro no art. 179, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 053/2001.

12. Publique-se.

13. Ao Setor de Licenças e Afastamentos para providências quanto à concessão da Licença Paternidade;

14. Após, à Subsecretaria de Acompanhamento de Pessoal para providências concernentes à concessão do Auxílio-Creche;

15. Por fim, à Subsecretaria de Folha de Pagamento para providências de estilo.

Boa Vista-RR, 06 de março de 2017.

Victória Corrêa Fortes
Secretária

O nome das unidades judiciais criadas pelo COJERR/2014 foi simplificado pelo Regimento Interno de 2015.

Utilize-os!

Os novos nomes das unidades já instaladas são:



**1ª e 2ª Varas de Família;
1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública;
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis;
1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri e da Justiça Militar;
Vara de Execução Penal;
Vara de Entorpecentes e Organizações Criminosas;
Vara de Crimes contra Vulneráveis;
Vara de Penas e Medidas Alternativas;
1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais;
1ª Vara da Infância e da Juventude;
Vara da Justiça Itinerante.
1º Juizado de Violência Doméstica;
1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis;
Juizado Especial da Fazenda Pública;
Juizado Especial Criminal;
Turma Recursal.**

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIAS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

RESOLVE:

N.º 675 - Conceder ao servidor **PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE**, Técnico Judiciário, 30 (trinta) dias de férias, referente a 2017, no período de 21.03 a 19.04.2018.

N.º 676 - Conceder ao servidor **BRUNO HOLANDA DE MELO**, Oficial de Justiça – em extinção, 30 (trinta) dias de férias, referente a 2017, nos períodos de 22 a 31.05.2017, 11 a 20.09.2017 e de 16 a 25.10.2017.

N.º 677 - Alterar as férias do servidor **FELIPE SOUZA DA SILVA**, Chefe de Setor, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 08 a 17.11.2017 e de 27.11 a 16.12.2017.

N.º 678 - Alterar as férias do servidor **FELIPE SOUZA DA SILVA**, Chefe de Setor, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 08.01 a 06.02.2018.

N.º 679 - Alterar as férias da servidora **IVY MARQUES AMARO**, Função Técnica Especializada, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.06.2017, 11 a 20.09.2017 e de 06 a 15.11.2017.

N.º 680 - Alterar as férias da servidora **IVY MARQUES AMARO**, Função Técnica Especializada, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 08.01 a 06.02.2018.

N.º 681 - Alterar as férias da servidora **ISABELA SCHWARZ MAINARDI**, Técnica Judiciária, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas nos períodos de 20.03 a 03.04.2017 e de 11 a 25.09.2017.

N.º 682 - Alterar as férias da servidora **POLIANA DO REGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas no período de 03.07 a 01.08.2017.

N.º 683 - Alterar a 1.ª etapa das férias da servidora **POLIANA DO REGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 25.09 a 04.10.2017.

N.º 684 - Alterar as férias da servidora **TERCIANE DE SOUZA SILVA**, Diretora de Secretaria, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 11 a 25.09.2017 e de 16 a 30.11.2017.

N.º 685 - Alterar as férias da servidora **TERCIANE DE SOUZA SILVA**, Diretora de Secretaria, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 01 a 30.03.2017.

N.º 686 - Alterar a 1.ª etapa das férias do servidor **OIRAN BRAGA DOS SANTOS**, Técnico Judiciário, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 19 a 28.06.2017.

N.º 687 - Alterar a 1.ª e a 2.ª etapa das férias da servidora **JUVENILA MARIA LIMA COUTINHO**, Analista Judiciário – Especialidade: Assistente Social, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 05 a 14.06.2017 e de 14 a 23.08.2017.

N.º 688 - Alterar a 2.ª e a 3.ª etapa das férias do servidor **JHONATAN DE ALMEIDA SANTIL**, Assessor Jurídico de 2.º Grau, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas no período de 01 a 20.04.2017.

N.º 689 - Alterar a 1.ª etapa das férias do servidor **JHONATAN DE ALMEIDA SANTIL**, Assessor Jurídico de 2.º Grau, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 21 a 30.04.2017.

N.º 690 - Alterar a 2.ª e a 3.ª etapa das férias do servidor **JEFERSON VON RANDOW RATTES LEITÃO**, Assessor Jurídico, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.03.2017 e de 23.03 a 01.04.2017.

N.º 691 - Alterar a 2.^a etapa das férias do servidor **DAMIÃO OLIVEIRA DA SILVA**, Chefe de Setor, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 17 a 26.04.2017.

N.º 692 - Alterar a 3.^a etapa das férias do servidor **ROBERVANDO MAGALHÃES E SILVA**, Assessor Jurídico de 2.^o Grau, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas no período de 03 a 12.07.2017.

N.º 693 - Alterar a 1.^a etapa das férias do servidor **ROBERVANDO MAGALHÃES E SILVA**, Assessor Jurídico de 2.^o Grau, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 13 a 22.07.2017.

N.º 694 - Alterar a 1.^a etapa das férias do servidor **JÚLIO CÉSAR CAPPELLARI**, Assessor Jurídico de 2.^o Grau, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 20 a 29.03.2017.

N.º 695 - Alterar a 2.^a etapa das férias do servidor **PAULO CÉSAR MARTINS TORRES**, Analista Judiciário – Especialidade: Análise de Sistemas, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas nos períodos de 03 a 12.04.2017 e de 17 a 26.04.2017.

N.º 696 - Alterar a 3.^a etapa das férias da servidora **LUANA ROLIM GUIMARÃES**, Diretora de Secretaria, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas no período de 08 a 17.03.2017.

N.º 697 - Alterar a 2.^a etapa das férias do servidor **RENILSON SARAIVA FEITOSA**, Técnico Judiciário, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 03 a 12.07.2017 e de 11 a 20.09.2017.

N.º 698 - Conceder ao servidor **REGINALDO MACEDO AROUCA**, Oficial de Justiça – em extinção, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, no período de 20.03 a 06.04.2017.

N.º 699 - Alterar o recesso forense do servidor **LINCOLN OLIVEIRA DA SILVA**, Subsecretário, referente a 2016, para ser usufruído nos períodos de 06 a 14.11.2017 e de 16 a 24.11.2017.

N.º 700 - Conceder à servidora **NATASHA VASCONCELOS DOS SANTOS**, Assessora Especial, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, nos períodos de 20 a 27.03.2017 e de 17 a 26.07.2017.

N.º 701 - Conceder ao servidor **MARLON DANIEL BRANDS**, Analista Judiciário – Especialidade: Análise de Sistemas, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, nos períodos de 26.04 a 05.05.2017 e de 11 a 18.09.2017.

N.º 702 - Conceder ao servidor **BRUNO HOLANDA DE MELO**, Oficial de Justiça – em extinção, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, nos períodos de 04 a 13.04.2017 e de 01 a 08.05.2017.

N.º 703 - Conceder ao servidor **MARCOS PAULO PEREIRA DE CARVALHO**, Função Técnica Especializada, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, no período de 03 a 20.07.2017.

N.º 704 - Conceder ao servidor **RENILSON SARAIVA FEITOSA**, Técnico Judiciário, 12 (doze) dias de recesso forense, referente ao período 2016, nos períodos de 03 a 11.04.2017 e de 26 a 28.06.2017.

N.º 705 - Convalidar à servidora **EGILAINE SILVA DE CARVALHO**, Técnica Judiciária, dispensa do serviço nos dias 13 e 14.10.2016 e 03 e 04.11.2016, em virtude de ter trabalhado nas eleições municipais de 2016, ficando o saldo remanescente de 04 (quatro) dias para serem usufruídos oportunamente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Expediente de 07/03/2017

PORTARIA Nº 22 de 06 de março de 2017.**TERMO DE INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO PARA ANÁLISE DA VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de análise da viabilidade da aquisição de equipamentos de informática, bem como a necessidade dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, conforme estatui o §3º do art. 7º, da Resolução nº 15/2015-TJRR e com base no procedimento administrativo SEI nº 0003431-92.2017.8.23.8000.

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme abaixo:

Integrante Requisitante: Tatiana Brasil Brandão – mat. 3011523

Integrante Técnico: Alexandre Guilherme Lopes Filho – mat. 3010590

Integrante Administrativo: Emerson Cairo Matias da Silva – mat. 3011540

Art. 2º – Publique-se.

Art. 3º – Remeta-se o feito ao integrante técnico, para continuidade do processo de aquisição.

Boa Vista/RR, 06 de março de 2017.

BRUNO FURMAN

SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 23 de 06 de março de 2017.**TERMO DE INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO PARA ANÁLISE DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A COMARCA DE PACARAÍMA.**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de análise da viabilidade de contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica para a comarca de Pacaraíma, bem como a necessidade dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, conforme estatui o §3º do art. 7º, da Resolução nº 15/2015-TJRR e com base no procedimento administrativo SEI nº 0002261-85.2017.8.23.8000 .

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme abaixo:

Integrante Requisitante: Gardênia Barbosa da Silva – mat. 3010704

Integrante Técnico: Reubens Mariz – mat. 3011717

Integrante Administrativo: Elano Loureiro Santos – mat. 3011649

Art. 2º – Publique-se.

Art. 3º – Remeta-se o feito ao integrante requisitante, para elaboração de Projeto Básico.

Boa Vista/RR, 06 de março de 2017.

BRUNO FURMAN

SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE

Nº DO PROCESSO:	SEI nº 0001626.-07.2017.8.23.8000
OBJETO:	Contratação de empresa para construção de Rampa para acessibilidade no Fórum Advogado Sobral Pinto
CONTRATADA (NOME, CNPJ/CPF):	DJ CONSTRUÇÕES Ltda – CNPJ 07.552.112/0001-02.
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 24, I, da Lei 8.666/93 c/c art. 1º, IV, da Portaria GP 738/2012.
VALOR:	R\$ 14.550,00 (quatorze mil quinhentos e cinquenta reais).
NOTA DE EMPENHO	Nº 403/2017
DATA DE EMISSÃO:	06/03/2016
DATA	Boa Vista/RR, 06 de março de 2017.

BRUNO FURMAN
SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE

Nº DO PROCESSO:	SEI nº 0001224-25.2016.6.23.8000
OBJETO:	Contratação do Banco do Brasil para prestação de serviços financeiros.
CONTRATADA (NOME, CNPJ/CPF):	Banco do Brasil S/A – CNPJ – 00.000.000/0001-91
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 24, VIII, da Lei 8.666/93 c/c art. 2º, I, da Portaria GP 738/2012.
VALOR:	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
NOTA DE EMPENHO	Nº 218/2017; Nº 15/2017.
DATA DE EMISSÃO:	15/02/2017
DATA	Boa Vista/RR, 06 de março de 2017.

BRUNO FURMAN
SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:	SEI nº 0001224-25.2016.6.23.8000
Nº DO CONTRATO:	12/2017
OBJETO:	Prestação de Serviços Financeiros.
CONTRATADA (NOME, CNPJ/CPF):	Banco do Brasil S/A CNPJ – 00.000.000/0001-91
COBERTURA ORÇAMENTÁRIA:	Programa de Trabalho nº 12.101.02.62.0003.2337 Prestação Jurisdicional e pelo Programa de Trabalho nº 12.601.02.061.00003.2124 – Gestão de Atividade do FUNDEJUR, Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
NOTA DE EMPENHO:	NE 218/2017; NE 15/2017.
VALOR GLOBAL:	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões).
FUNDAMENTAÇÃO:	Lei 8.666/93.
PRAZO:	60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.
DATA:	Boa Vista/RR, 02 de março de 2017.

BRUNO FURMAN
SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Expediente 07/03/2017

Portaria SIL nº 013, de 07 de março de 2017
(Altera a Portaria SIL nº 004/2016)**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
071/2015

A **SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA em exercício**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa THYSENKRUPP ELEVADORES SA. SEI nº 0005656-22.2016.8.23.8000

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **Ângelo José Silva Neto**, matrícula nº 3010701, Chefe do Setor de Manutenção Predial, para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar o servidor **Sílvio Soares Moraes**, matrícula nº 3011477, Analista Judiciário – Eng. Elétrica, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de março de 2016.

Reubens Mariz*Secretário de Infraestrutura e Logística***Portaria SIL nº 014, de 07 de março de 2017.**
(Altera a Portaria SIL nº 031/2016)**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
Nº 37/2016

O **SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa M. DO ESPIRITO SANTO LIMA - EIRELI (Serviços Vitória) referente ao Contrato nº 037/2016 – SEI nº 0002365-79.2016.8.23.8000 para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **Ângelo José Silva Neto**, matrícula nº 3010701, Chefe do Setor de Manutenção Predial, para exercer a função de fiscal do contrato em epígrafe;

Art. 2º – Designar o servidor **Manoel Messias Silveira Dantas**, matrícula nº 3011240, Assessor Técnico I lotado no Setor de Manutenção Predial, para exercer a função de fiscal substituto do contrato em epígrafe;

Publique-se.

Boa Vista, 07 de março de 2016.

Reubens Mariz*Secretário de Infraestrutura e Logística*

Portaria SIL nº 015, de 07 de março de 2017.
(Altera a Portaria SIL nº 017/2016)

**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016**

A **SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA em exercício**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa A & P COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA -ME. Procedimento Administrativo nº 2013/872

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **Ângelo José Silva Neto**, matrícula nº 3010701, Chefe do Setor de Manutenção Predial, para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar o servidor **Manoel Messias Silveira Dantas**, matrícula nº 3011240, Assessor Especial II lotado na Seção de Manutenção Predial, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

Reubens Mariz

Secretário de Infraestrutura e Logística

Portaria SIL nº 016, de 07 de março de 2017.
(Altera a Portaria SIL nº 040/2016)

**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
nº 22/2015**

O **SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa Mada Construções Cíveis e Comércio de Materiais de Construções LTDA-EPP. SEI Nº 000021-28.2016.6.23.8000.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Sílvio Soares Moraes**, matrícula nº 3011477, Analista Judiciário – Eng. Elétrica, para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar o servidor **Ângelo José Silva Neto**, matrícula nº 3010701, Chefe do Setor de Manutenção Predial, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de março de 2017

Reubens Mariz

Secretário de Infraestrutura e Logística

Portaria SIL nº 017, de 07 de março de 2017.
(Altera a Portaria SGA nº 135/2014)

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
nº 49/2014

O **SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa M. de A. Marques & Cia Ltda EPP . SEI Nº **0002392-60.2017.8.23.8000**.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Ângelo José Silva Neto** matrícula nº 3010701 Chefe do Setor de Manutenção Predial , para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar o servidor **Sílvio Soares Moraes** , matrícula nº 3011477, Analista Judiciário – Eng. Elétrica, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de março de 2017

Reubens Mariz
Secretário de Infraestrutura e Logística

Comarca de Boa Vista**Índice por Advogado**

005065-AM-N: 084
005804-AM-N: 084
048945-PR-N: 080
000101-RR-B: 084, 111, 125
000103-RR-B: 089
000105-RR-B: 081, 082, 083, 085
000110-RR-B: 079
000113-RR-E: 085
000118-RR-N: 079
000132-RR-E: 083
000146-RR-B: 122, 123
000152-RR-N: 092
000153-RR-B: 011, 066, 067, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 124, 125, 126, 127, 128, 130
000160-RR-B: 120, 123
000172-RR-N: 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 117
000184-RR-A: 080
000187-RR-B: 083
000196-RR-E: 085
000215-RR-B: 107
000218-RR-B: 089
000223-RR-A: 079, 088
000225-RR-E: 081, 082, 083
000244-RR-B: 107
000275-RR-N: 121
000276-RR-A: 092
000321-RR-A: 129
000354-RR-A: 083, 085, 086, 087
000368-RR-A: 088
000387-RR-A: 086, 087
000413-RR-N: 084
000447-RR-N: 082, 085, 086, 087
000515-RR-A: 122
000548-RR-N: 079
000588-RR-N: 084
000645-RR-N: 108
000647-RR-N: 117
000685-RR-N: 089
000700-RR-N: 114
000748-RR-N: 108
000801-RR-N: 129
000828-RR-N: 107
000858-RR-N: 111, 125
000859-RR-N: 119
000914-RR-N: 116
000955-RR-N: 088

001010-RR-N: 081, 083, 085, 086, 087
001269-RR-N: 118
001359-RR-N: 109
001429-RR-N: 109
001496-RR-N: 111, 125
001546-RR-N: 091
241292-SP-N: 088

Cartório Distribuidor**Vara Execução Penal****Juiz(a): Cicero Renato Pereira Albuquerque****Petição**

001 - 0000685-68.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000685-1
Autor: Claudivan Felício de Oliveira Pereira
Transferência Realizada em: 06/03/2017.
Nenhum advogado cadastrado.

Vara Itinerante**Juiz(a): Bruno Fernando Alves Costa****Alimentos - Lei 5478/68**

002 - 0000008-38.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000008-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 7.200,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

003 - 0000763-62.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000763-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 02/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

004 - 0000792-15.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000792-5
Autor: D.B.B. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 2.433,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

005 - 0001011-28.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001011-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 21/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 3.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

006 - 0001086-67.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001086-1
Autor: J.P.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 6.453,96.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

007 - 0001089-22.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001089-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 5.211,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

008 - 0001372-45.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001372-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 09/03/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Execução de Alimentos

009 - 0001254-69.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001254-5
Executado: Criança/adolescente

Executado: R.H.S.

Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.

Valor da Causa: R\$ 2.160,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

010 - 0001287-59.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001287-5

Executado: Criança/adolescente

Executado: E.S.L.

Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.

Valor da Causa: R\$ 3.120,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

011 - 0001473-82.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001473-1

Executado: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.

Valor da Causa: R\$ 2.853,72.

Advogado(a): Ernesto Halt

Regulamentação de Visitas

012 - 0001070-16.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001070-5

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Juiz(a): Elvo Pigari Junior

Alimentos - Lei 5478/68

013 - 0000013-60.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000013-6

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.

Valor da Causa: R\$ 2.400,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

014 - 0000973-16.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000973-1

Autor: D.A.A. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 20/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

015 - 0000999-14.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000999-6

Autor: L.L.R.R.S. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 6.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

016 - 0001005-21.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001005-1

Autor: F.M.C. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 6.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

017 - 0001084-97.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001084-6

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 1.560,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

018 - 0001107-43.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001107-5

Autor: W.C.C. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 3.360,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

019 - 0001370-75.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001370-9

Autor: F.M.P. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 09/03/2017.

Valor da Causa: R\$ 2.400,00 - AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO: DIA

09/03/2017, ÀS 09:00 HORAS.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

020 - 0001381-07.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001381-6

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 24/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 3.300,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Averiguação Paternidade

021 - 0000032-66.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000032-6

Requerido: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Dissol/liquid. Sociedade

022 - 0000834-64.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000834-5

Autor: J.F.P.S.

Distribuição por Sorteio em: 06/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

023 - 0000923-87.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000923-6

Autor: C.A.V.M. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

024 - 0001013-95.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001013-5

Autor: J.L.V.V. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 21/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Divórcio Consensual

025 - 0000126-14.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000126-6

Autor: M.A.N. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 02/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

026 - 0000428-43.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000428-6

Autor: G.A.M. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.

Valor da Causa: R\$ 150.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

027 - 0000744-56.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000744-6

Autor: E.P.A. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 02/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

028 - 0000933-34.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000933-5

Autor: R.B.S. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

029 - 0000954-10.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000954-1

Autor: S.M.N. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

030 - 0000956-77.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000956-6

Autor: R.R.R.P. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

031 - 0000974-98.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000974-9

Autor: L.O.P. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 23/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

032 - 0000975-83.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000975-6

Autor: V.S.C. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 20/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 50.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Execução de Alimentos

033 - 0001249-47.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001249-5
Executado: K.J.S.A. e outros.
Executado: A.C.A.
Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.
Valor da Causa: R\$ 4.280,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

034 - 0001635-77.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001635-5
Executado: L.H.C.G.
Executado: R.M.G.
Distribuição por Sorteio em: .
Valor da Causa: R\$ 11.240,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Guarda

035 - 0000447-49.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000447-6
Autor: L.M.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

036 - 0000452-71.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000452-6
Autor: N.S.N. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

037 - 0000886-60.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000886-5
Autor: E.R.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

038 - 0000937-71.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000937-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

039 - 0001055-47.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001055-6
Autor: P.R.S.O. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 880,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

040 - 0001659-08.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001659-5
Autor: J.F.A.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Regulamentação de Visitas

041 - 0001376-82.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001376-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 24/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Suprim. Consent. Casament

042 - 0000947-18.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000947-5
Autor: W.R.L.A.N.
Distribuição por Sorteio em: 14/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Suprimento/consentimento

043 - 0000848-48.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000848-5
Autor: A.E.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 07/02/2017.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

044 - 0000966-24.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000966-5
Autor: D.V.A. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 20/02/2017.

Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Juiz(a): Erick Cavalcanti Linhares Lima

Alimentos - Lei 5478/68

045 - 0000409-37.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000409-6
Autor: C.E.S.X. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

046 - 0001017-35.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001017-6
Autor: L.C.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 22/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

047 - 0001079-75.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001079-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 4.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

048 - 0001091-89.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001091-1
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 2.299,32.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

049 - 0001094-44.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001094-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 3.600,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

050 - 0001268-53.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001268-5
Réu: A.C.F.
Distribuição por Sorteio em: .
Valor da Causa: R\$ 4.658,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

051 - 0002210-85.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.002210-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Averiguação Paternidade

052 - 0000992-22.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000992-1
Requerido: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 880,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Convers. Separa/divorcio

053 - 0000867-54.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000867-5
Autor: E.B.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Dissol/liquid. Sociedade

054 - 0000952-40.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000952-5
Autor: A.E.U.F. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 15/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

055 - 0000971-46.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000971-5
Autor: B.N.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 20/02/2017.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

056 - 0002215-10.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.002215-5

Autor: R.P.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Divórcio Consensual

057 - 0000829-42.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000829-5
Autor: D.G.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

058 - 0000857-10.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000857-6
Autor: J.C.L.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 08/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

059 - 0000904-81.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000904-6
Autor: D.C.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 48.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

060 - 0000909-06.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000909-5
Autor: E.L.B. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

061 - 0000914-28.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000914-5
Autor: A.L.V.
Distribuição por Sorteio em: .
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

062 - 0000961-02.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000961-6
Autor: L.B.A.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

063 - 0001003-51.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001003-6
Autor: C.C.L. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

064 - 0001032-04.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001032-5
Autor: R.F.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 24/02/2014.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

065 - 0001036-41.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001036-6
Autor: A.S.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 24/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 118.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Execução de Alimentos

066 - 0001345-62.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001345-1
Executado: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.
Valor da Causa: R\$ 1.596,60.
Advogado(a): Ernesto Halt

067 - 0002237-68.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.002237-9
Executado: Criança/adolescente
Executado: A.S.G.
Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.
Valor da Causa: R\$ 3.654,24.
Advogado(a): Ernesto Halt

Guarda

068 - 0000414-59.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.000414-6
Autor: J.W.M.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

069 - 0000853-70.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000853-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 08/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 880,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

070 - 0000891-82.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000891-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

071 - 0000942-93.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000942-6
Autor: A.L.S.M. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 16/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 5.622,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

072 - 0001053-77.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001053-1
Autor: P.R.S.O. e outros.
Criança/adolescente: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 880,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

073 - 0001512-79.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001512-6
Autor: F.R.R.W. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 19/01/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

074 - 0001809-86.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001809-6
Autor: J.J.P.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 24/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

075 - 0001814-11.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001814-6
Autor: A.P.V.J. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 24/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Regulamentação de Visitas

076 - 0001065-91.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001065-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 10/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Suprim. Consent. Casament

077 - 0000843-26.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000843-6
Autor: C.A.F.M. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 07/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Suprimento/consentimento

078 - 0000928-12.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.000928-5
Autor: P.F.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 14/02/2017.
Valor da Causa: R\$ 937,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Publicação de Matérias

2ª Vara Cível

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Ângelo Augusto Graça Mendes
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Khallida Lucena de Barros

Cumprimento de Sentença

079 - 0005025-17.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.005025-9

Executado: Augusto Sérgio Silva Queiroz

Executado: Iron Florindo de Queiroz

Ato Ordinatório: AO MREQUERIDO ACERDA DO
DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS, CONFORME PETIÇÃO ANEXA.
BVB/RR, 06/03/2017. ** AVERBADO **

Advogados: Milton César Pereira Batista, José Fábio Martins da Silva,
Mamede Abrão Netto, Eduardo Queiroz Valle

080 - 0005570-87.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.005570-4

Executado: Almira Mary Cordeiro de Araújo

Executado: Sergio Juvino Villar

Ato Ordinatório: AO REQUERIDO ACERCA DO DESARQUIVAMENTO
DOS AUTOS, CONFORME PETIÇÃO ANEXA. BVA/RR, 06/03/2017. **
AVERBADO **

Advogados: Rodrigo de Souza Cruz Brasil, Domingos Sávio Moura
Rebello

081 - 0057880-02.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.057880-0

Executado: Banco do Brasil S/a

Executado: Júlio Gabriel de Oliveira Ramos

Ato Ordinatório: AO REQUERIDO ACERCA DO DESARQUIVAMENTO
DOS AUTOS CONFORME PETIÇÃO ANEXA. BVA/RR, 06/03/2017 **
AVERBADO **

Advogados: Johnson Araújo Pereira, Brunnashoussens Silveira de Lima
Monteiro, Tiago Bonfim Silva Barros

082 - 0075553-08.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.075553-1

Executado: Banco do Brasil S/a

Executado: Adelson da Silva Lima

Ato Ordinatório: AO REQUERIDO ACERCA DO DESARQUIVAMENTO
DOS AUTOS. BVA/RR, 06/03/2017. ** AVERBADO **

Advogados: Johnson Araújo Pereira, Brunnashoussens Silveira de Lima
Monteiro, Daniela da Silva Noal

083 - 0075555-75.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.075555-6

Executado: Banco do Brasil S/a

Executado: Creuza das Chagas Pessoa

Ato Ordinatório: AO REQUERIDO ACERCA DO DESARQUIVAMENTO
DOS AUTOS, CONFORME PETIÇÃO ANEXA. BVA/RR, 06/03/2017. **
AVERBADO **

Advogados: Johnson Araújo Pereira, Daniel Araújo Oliveira, Gutemberg
Dantas Licarião, Brunnashoussens Silveira de Lima Monteiro, Gustavo
Amato Pissini, Tiago Bonfim Silva Barros

Procedimento Comum

084 - 0111947-43.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.111947-6

Autor: Criança/adolescente e outros.

Réu: Banco da Amazonia S/a

ATO OEDINATÓRIO: ÀS PARTES ACERCA DO RETORNO DOS
AUTOS DO STJ. BVA/RR, 06/03/2017.

Advogados: Jonathan Andrade Moreira, Leila Karina Côrte de Alencar,
Sivirino Pauli, Silas Cabral de Araújo Franco, Esmar Manfer Dutra do
Padro

085 - 0135071-21.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.135071-5

Autor: Banco do Brasil S/a

Réu: Francisco William Azevedo da Costa

Ato Ordinatório: AO REQUERIDO ACERCA DO DESARQUIVAMENTO
DOS AUTOS CONFORME PETIÇÃO ANEXA. BVA/RR, 06/03/2017. **
AVERBADO **

Advogados: Johnson Araújo Pereira, Andréa Letícia da S. Nunes,
Fabiana Rodrigues Martins, Gustavo Amato Pissini, Daniela da Silva
Noal, Tiago Bonfim Silva Barros

3ª Vara Cível

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Bruno Fernando Alves Costa
Rodrigo Bezerra Delgado
PROMOTOR(A):
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior
Héber Augusto Nakauth dos Santos

Cumprimento de Sentença

086 - 0006207-38.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.006207-2

Executado: Banco do Brasil S/a

Executado: Jose Carlos Figueiredo Barroso

PUBLICAÇÃO: Ato Ordinatório: Intimar a parte exequente, na pessoa de
seu advogado, para se manifestar sobre o desarquivamento dos autos
no prazo de 15 (quinze) dias. ** AVERBADO **

Advogados: Gustavo Amato Pissini, Rafael Sganzerla Durand, Daniela
da Silva Noal, Tiago Bonfim Silva Barros

087 - 0078270-56.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.078270-7

Executado: Banco do Brasil S/a

Executado: Pedro Benevides do Nascimento

PUBLICAÇÃO: Ato Ordinatório: Intimar a parte exequente, na pessoa de
seu advogado, para se manifestar sobre o desarquivamento dos autos
no prazo de 15 (quinze) dias. ** AVERBADO **

Advogados: Gustavo Amato Pissini, Rafael Sganzerla Durand, Daniela
da Silva Noal, Tiago Bonfim Silva Barros

088 - 0128476-06.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.128476-5

Executado: Marcos Landvoigt Bonella

Executado: Real Vida e Previdência S/a

PUBLICAÇÃO: Ato Ordinatório: Intimação da parte requerida, na pessoa
de seu advogado, para que efetue o pagamento das custas finais, no
prazo de 15 dias, sob pena de inclusão na Dívida Ativa do Estado.

Advogados: Mamede Abrão Netto, Polyana Silva Ferreira, Marli
Rodrigues Monteiro, Ilan Goldberg

2ª Vara de Família

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Paulo César Dias Menezes
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
ESCRIVÃO(Ã):
Maria das Graças Barroso de Souza

Alimentos - Lei 5478/68

089 - 0000349-26.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.000349-8

Autor: E.S.C.

Réu: Criança/adolescente e outros.

ATO ORDINATÓRIO (Portaria Conjunta nº. 001/2015, DJe nº.5587, de
16-09-2015) Gab. 2ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e
Ausentes. INTIME o patrono do Requerente, Dr. Gerson Coelho
Guimarães - OAB/RR nº 218-B para comparecer noCartório da 2ª Vara
de Família. Boa Vista - RR, 06/03/2017. ** AVERBADO **

Advogados: Rosângela Pereira de Araújo, Gerson Coelho Guimarães,
Elton da Silva Oliveira

1ª Vara do Juri

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Madson Welligton Batista Carvalho
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(Ã):
Aline Moreira Trindade

Ação Penal Competên. Júri

090 - 0005779-31.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.005779-9

Réu: Reynisson Julio de Souza Ramos

Audiência REDESIGNADA para o dia 28/04/2017 às 10:30 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

1ª Vara Militar

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Carlos Paixão de Oliveira
Ricardo Fontanella
ESCRIVÃO(Ã):
Aline Moreira Trindade

Ação Penal

091 - 0019120-61.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.019120-2

Réu: Jaelson Carvalho dos Santos

Abra-se vista à Defesa na fase do art. 427.

Advogado(a): Henrique Maravalha Molina

Vara Entorp e Organi

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Daniela Schirato Collesi Minholi
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Carlos Alberto Melotto
José Rocha Neto
Marco Antonio Bordin de Azeredo
ESCRIVÃO(Ã):
Wendlaine Berto Raposo

Proced. Esp. Lei Antitox.

092 - 0016541-09.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.016541-0

Réu: Mariano Sobreiro Silva Neto e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 23/03/2017 às 09:00 horas.

Advogados: Marcus Vinicius de Oliveira, André Luiz Vilória

2ª Vara Criminal

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A):
Cláudia Corrêa Parente
Ilaine Aparecida Pagliarini
ESCRIVÃO(Ã):
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Marcos Antonio Demezio dos Santos

Carta Precatória

093 - 0016564-52.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.016564-2

Réu: Regilson da Conceição e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 22/06/2017 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara Criminal

Expediente de 07/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A):
Cláudia Corrêa Parente

Ilaine Aparecida Pagliarini

ESCRIVÃO(Ã):**Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira****Marcos Antonio Demezio dos Santos****Ação Penal**

094 - 0013952-78.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.013952-4

Réu: Ronan Campos Nogueira e outros.

1. Diante da certidão de fls. 279, junte-se o retorno do mandado de intimação da vítima PABLO HENRIQUE GARCIA DE MENEZES;
2. Designe-se audiência para o dia 09.05.2017 às 10h00;
3. Intimem-se/Requisitem-se os réus;
4. Intimem-se/Requisitem-se as testemunhas;
5. Após, dê-se vista ao MPE.

Boa Vista/RR, 06/03/2017

Esdras Silva Pinto

Juiz Substituto

Respondendo pela 2ª Vara Criminal

Nenhum advogado cadastrado.

3ª Vara Criminal

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Hevandro Cerutti
Ricardo Fontanella
Ulisses Moroni Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Aline Bleich Sander

Ação Penal

095 - 0038057-76.2002.8.23.0010

Nº antigo: 0010.02.038057-1

Réu: Ronésimo dos Santos Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 28/03/2017 às 10:30 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

1º jesp.viol. Domest.

Expediente de 07/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Maria Aparecida Cury
PROMOTOR(A):
Carla Cristiane Pipa
Ilaine Aparecida Pagliarini
Lucimara Campaner
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Ã):
José Rogério de Sales Filho

Inquérito Policial

096 - 0003237-11.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.003237-5

Indiciado: J.J.C.S.

Destarte, de ofício, com fulcro nos arts. 61, do CPP, e 107, inciso IV, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSÉ DE JESUS COSTA SILVA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva estatal quanto ao crime de ameaça e contravenção penal de vias de fato, descritos nos arts. 147 do CP e 21 da LCP, bem como, pela DECADÊNCIA do direito de queixa-crime quanto ao delito de injúria, descrito no art. 140, do CP. ARQUIVEM-SE os autos, com as anotações e baixas devidas, atentando-se para o disposto na Portaria n.º 112/2010-CGJ. P. R. I. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 06 de março 2017. MARIA APARECIDA CURY-Juiza de Direito Titular - 1º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

097 - 0003297-81.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.003297-9

Indiciado: G.L.B.

Destarte, de ofício, com fulcro nos arts. 61, do CPP, e 107, inciso IV, do

Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de GILVAN LOPES BENIGNO, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva estatal quanto ao crime de ameaça e contravenção penal de vias de fato, descritos nos art. 147 do CP e 21 da LCP, respectivamente. ARQUIVEM-SE os autos, com as anotações e baixas devidas, atentando-se para o disposto na Portaria n.º 112/2010-CGJ. P. R. I. Cumpra-se.Boa Vista-RR, 06 de março 2017.MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal - Sumário

098 - 0007155-86.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007155-2

Réu: Éder Benjamim da Silva

Designa-se data para audiência em continuação. Intimem-se o réu, a DPE em assistência à vítima e ao acusado, o MP. Requisite-se o réu, caso preso em outra vara. Homologo a desistência da oitiva das testemunhas (...) requeridas pelo MP à fl. 87 e pela Defesa do réu à fl. 92-v. Boa Vista, 06/03/17. Maria Aparecida Cury-Juíza Titular.
Nenhum advogado cadastrado.

099 - 0017637-59.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.017637-5

Réu: Criança/adolescente

Designa-se data para audiência em continuação. Intimem-se o réu, a DPE em assistência à vítima, e ao acusado, o MP. Requisite-se o réu preso. Intime-se o MP e a DPE da juntada dos laudos de fls. 98/102. Boa Vista, 06/03/17. Maria Aparecida Cury-Juíza Titular.
Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

100 - 0014721-23.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.014721-5

Indiciado: V.S.C.

Cumpram a cota ministerial de fl. 36. TRamitação direta. Em, 06/03/17. MARIA APARECIDA CURY-Juíza Titular.
Nenhum advogado cadastrado.

101 - 0001357-47.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.001357-0

Indiciado: R.P.R.

Destarte, com fulcro nos arts. 61, do CPP, e 107, inciso IV, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de RUDSON PEREIRA RIBEIRO pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva estatal quanto ao delito descrito no art. 330 do CP, de que trata estes autos.ARQUIVEM-SE os autos, com as anotações e baixas devidas, atentando-se para o disposto na Portaria n.º 112/2010-CGJ. P. R. I. Cumpra-se.Boa Vista-RR, 06 de março de 2017.MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

102 - 0005584-46.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.005584-3

Réu: Fábio Alves Benjamim

Pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC, ACOLHO INTEGRALMENTE OS PEDIDOS FORMULADOS pela vítima/requerente e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, restando CONFIRMADAS AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, que perdurarão até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir às questões cíveis na via ordinária. ADVIRTO AMBAS AS PARTES a cumprirem as determinações constantes da decisão liminar proferida, nos termos ora confirmados, integralmente, sob pena de revogação da cautela, em dando causa à sua quebra a requerente, devendo esta colaborar para sua efetividade, não criando embaraços ou situações que culminem em novos conflitos, ou aplicação de medida cautelar mais gravosa, inclusive prisão preventiva, em dando causa ao seu descumprimento o requerido, nos termos de lei (art. 20 da Lei n.º 11.340/2006. cc art. 313. III. do CPP), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.Concedo o benefício da assistência judiciária gratuita, dando-se as custas nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.Oficie-se à delegacia de origem especializada (DEAM), encaminhando cópia desta sentença, e do Termo de Declaração da vítima, ulteriormente apresentado (contendo representação criminal), para juntada aos correspondentes autos do Inquérito Policial; conclusão das investigações e remessa daquele caderno ao juízo, nos termos de lei.Juntem-se cópia da presente sentença nos feitos em nome das partes, eventualmente em curso no juízo e alusivos aos fatos deste feito, bem como se digitalizem a decisão, esta sentença e os respectivos expedientes de intimação do

requerido, mantendo-os em Secretaria, em arquivo eletrônico, devidamente identificado, até o deslinde final do correspondente procedimento crimial.Intimem-se as partes, primeiramente tentando o ato presencial, em Secretaria (art. 274, CPC, parte final), por prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, somente após, se necessário, expedir os correspondentes atos, atentando-se quanto aos dados mais atuais indicados nos autos, antes, confirmando-os. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública em assistência a ambas as partes.Após o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas devidas.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Boa Vista/RR, 07 de março de 2017.MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

103 - 0011557-79.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.011557-1

Réu: Erasmo Rosa Guimarães

Pelo exposto, ante a superveniência de AUSÊNCIA DO INTERESSE (DE AGIR) PROCESSUAL da requerente, na forma alhures escandida, DECLARO A PERDA DE OBJETO do presente procedimento, no que REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente deferidas e DECLARO EXTINTO O PROCEDIMENTO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, ressalvando-se, todavia, que a requerente poderá, a qualquer tempo, requerer novas medidas protetivas, caso venha novamente a necessitar. Com efeito, JULGO PREJUDICADO o pedido de oitiva da requerente formulado pela Defensoria Pública, nestes autos, podendo, todavia, haver designação, oportunamente, no correspondente feito criminal, para o qual se presta, mesmo, o ato aventado, nos termos do art. 16 da Lei n.º 11.340/2006.Sem custas.Oficie-se à delegacia de origem especializada - DEAM - solicitando a remessa ao juízo dos correspondentes autos de inquérito policial, acaso instaurado, no estado. Com a chegada do caderno, e nesse, juntem-se cópias desta sentença e da referida ulterior manifestação de vontade da requerente (fl. 38), e abra-se vista do referido feito ao Ministério Público para as aduções quanto ao procedimento criminal.Intimem-se as partes, primeiramente tentando o ato presencial, em Secretaria (art. 274, CPC, parte final), por prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, somente após, se necessário, expedir os correspondentes atos, atentando-se quanto aos dados mais atuais indicados nos autos, antes, confirmando-os.Cientifique-se o Ministério Público, bem como a Defensoria Pública em assistência a ambas as partes.Transitada em julgado a sentença, certifique-se, e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Boa Vista/RR, 07 de março de 2017.MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

104 - 0013217-11.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.013217-0

Réu: Natanael de Campos

Pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC, ACOLHO INTEGRALMENTE OS PEDIDOS FORMULADOS pela vítima/requerente e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, no que CONFIRMO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, que perdurarão até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir às questões cíveis na via ordinária. Com efeito, ante a incompetência material deste Juízo para julgamento das questões adstritas ao direito de família, havendo direito de visitas relativo a(os) filho(os) menor(es) pendente de solução, determino que pessoa de confiança das partes deverá retirar/devolver a(s) criança(s) da casa da requerente, em caso de visitação do requerido, mantendo-se a distância mínima determinada, devendo qualquer das partes buscar a regulamentação dessa e demais questões pendentes, através de ação apropriada (tais como separação, partilha de bens, guarda, regime de visitação, alimentos, etc.), se ainda não regulamentados, buscando-se, se necessário, auxílio da Defensoria Pública, tudo com a urgência necessária ao caso.ADVIRTO AMBAS AS PARTES a cumprirem as determinações constantes da decisão liminar proferida, nos termos ora confirmados, integralmente, sob pena de revogação da cautela, em dando causa à sua quebra a requerente, devendo esta colaborar para sua efetividade, não criando embaraços ou situações que culminem em novos conflitos, ou aplicação de medida cautelar mais gravosa, inclusive prisão preventiva, em dando causa ao seu descumprimento o requerido, nos termos de lei (art. 20 da Lei n.º 11.340/2006. cc art. 313. III. do CPP), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.Concedo o benefício da assistência judiciária gratuita, dando-se as custas nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.Oficie-se à delegacia de origem especializada (DEAM), encaminhando cópia desta sentença, e do Termo de Declaração da vítima, ulteriormente apresentado (contendo representação criminal), para juntada aos correspondentes autos do Inquérito Policial; conclusão das investigações

e remessa daquele caderno ao juízo, nos termos de lei. Junte-se cópia da presente sentença nos feitos em nome das partes, eventualmente em curso no juízo e alusivos aos fatos deste feito, bem como se digitalizem a decisão, esta sentença e os respectivos expedientes de intimação do requerido, mantendo-os em Secretaria, em arquivo eletrônico, devidamente identificado, até o deslinde final do correspondente procedimento criminal. Intimem-se as partes, primeiramente tentando o ato presencial, em Secretaria (art. 274, CPC, parte final), por prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, somente após, se necessário, expedir os correspondentes atos, atentando-se quanto aos dados mais atuais indicados nos autos, antes, confirmando-os. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública em assistência a ambas as partes. Após o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas devidas. Publique-se. Registre-se. Cumprase. Boa Vista/RR, 07 de março de 2017. MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

105 - 0014223-53.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.014223-7

Réu: Sandro Carvalho da Silva

Pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC, ACOLHO EM PARTE OS PEDIDOS FORMULADOS pela vítima/requerente e, nesta parte, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, no que CONFIRMO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, bem como, de outra parte, JULGO PREJUDICADO o pleito de afastamento do requerido do lar, ante as informações consignadas nos autos de que as partes não mais mantêm convivência em lar em comum, ficando as medidas protetivas ora confirmadas mantidas, até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir às questões cíveis na via ordinária. Com efeito, ante a incompetência material deste Juízo para julgamento das questões adstritas ao direito de família, havendo direito de visitas relativo a(o)s filho(s) menor(es) pendente de solução, determino que pessoa de confiança das partes deverá retirar/devolver a(s) criança(s) da casa da requerente, em caso de visitação do requerido, mantendo-se a distância mínima determinada, devendo qualquer das partes buscar a regulamentação dessa e demais questões pendentes, através de ação apropriada (tais como separação, partilha de bens, guarda, regime de visitação, alimentos, etc.), se ainda não regulamentados, buscando-se, se necessário, auxílio da Defensoria Pública, tudo com a urgência necessária ao caso. ADVIRTO AMBAS AS PARTES a cumprirem as determinações constantes da decisão liminar proferida, nos termos ora confirmados, integralmente, sob pena de revogação da cautela, em dando causa à sua quebra a requerente, devendo esta colaborar para sua efetividade, não criando embaraços ou situações que culminem em novos conflitos, ou aplicação de medida cautelar mais gravosa, inclusive prisão preventiva, em dando causa ao seu descumprimento o requerido, nos termos de lei (art. 20 da Lei n.º 11.340/2006. cc art. 313. III. do CPP), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis. Concedo o benefício da assistência judiciária gratuita, dando-se as custas nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Oficie-se à delegacia de origem especializada (DEAM), encaminhando cópia desta sentença, e do Termo de Declaração da vítima, ulteriormente apresentado (contendo representação criminal), para juntada aos correspondentes autos do Inquérito Policial; conclusão das investigações e remessa daquele caderno ao juízo, nos termos de lei. Junte-se cópia da presente sentença nos feitos em nome das partes, eventualmente em curso no juízo e alusivos aos fatos deste feito, bem como se digitalizem a decisão, esta sentença e os respectivos expedientes de intimação do requerido, mantendo-os em Secretaria, em arquivo eletrônico, devidamente identificado, até o deslinde final do correspondente procedimento criminal. Intimem-se as partes, primeiramente tentando o ato presencial, em Secretaria (art. 274, CPC, parte final), por prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, somente após, se necessário, expedir os correspondentes atos, atentando-se quanto aos dados mais atuais indicados nos autos, antes, confirmando-os. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública em assistência a ambas as partes. Após o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas devidas. Publique-se. Registre-se. Cumprase. Boa Vista/RR, 07 de março de 2017. MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

106 - 0017571-79.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.017571-6

Réu: Francisco Leandro Castro da Silva

Pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC, ACOLHO INTEGRALMENTE OS PEDIDOS FORMULADOS pela vítima/requerente e JULGO

PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, restando CONFIRMADAS AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, que perdurarão até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir às questões cíveis na via ordinária. Com efeito, ante a incompetência material deste Juízo para julgamento das questões adstritas ao direito de família, havendo direito de visitas relativo a(o)s filho(s) menor(es) pendente de solução, determino que pessoa de confiança das partes deverá retirar/devolver a(s) criança(s) da casa da requerente, em caso de visitação do requerido, mantendo-se a distância mínima determinada, devendo qualquer das partes buscar a regulamentação dessa e demais questões pendentes, através de ação apropriada (tais como separação, partilha de bens, guarda, regime de visitação, alimentos, etc.), se ainda não regulamentados, buscando-se, se necessário, auxílio da Defensoria Pública, tudo com a urgência necessária ao caso. ADVIRTO AMBAS AS PARTES a cumprirem as determinações constantes da decisão liminar proferida, nos termos ora confirmados, integralmente, sob pena de revogação da cautela, em dando causa à sua quebra a requerente, devendo esta colaborar para sua efetividade, não criando embaraços ou situações que culminem em novos conflitos, ou aplicação de medida cautelar mais gravosa, inclusive prisão preventiva, em dando causa ao seu descumprimento o requerido, nos termos de lei (art. 20 da Lei n.º 11.340/2006. cc art. 313. III. do CPP), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis. Concedo o benefício da assistência judiciária gratuita, dando-se as custas nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Oficie-se à delegacia de origem especializada (DEAM), encaminhando cópia desta sentença, e do Termo de Declaração da vítima, ulteriormente apresentado (contendo representação criminal), para juntada aos correspondentes autos do Inquérito Policial; conclusão das investigações e remessa daquele caderno ao juízo, nos termos de lei. Junte-se cópia da presente sentença nos feitos em nome das partes, eventualmente em curso no juízo, bem como digitalizem-se a decisão, esta sentença e os respectivos expedientes de intimação do requerido, mantendo-os em Secretaria, em arquivo eletrônico, devidamente identificado, até o deslinde final do correspondente procedimento criminal. Intimem-se as partes, primeiramente tentando o ato presencial, em Secretaria (art. 274, CPC, parte final), por prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, somente após, se necessário, expedir os correspondentes atos, atentando-se quanto aos dados mais atuais indicados nos autos, antes, confirmando-os. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública em assistência a ambas as partes. Após o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas devidas. Publique-se. Registre-se. Cumprase. Boa Vista/RR, 07 de março de 2017. MARIA APARECIDA CURY-Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

Turma Recursal

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) MEMBRO:

Ângelo Augusto Graça Mendes

Antonio Augusto Martins Neto

Bruno Fernando Alves Costa

Erick Cavalcanti Linhares Lima

Euclides Calil Filho

Paulo César Dias Menezes

JUIZ(A) 1º SUPLENTE C/SORTEIO:

Claudio Roberto Barbosa de Araujo

PROMOTOR(A):

João Xavier Paixão

Luiz Antonio Araújo de Souza

Recurso Inominado

107 - 0007800-14.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007800-3

Recorrido: Estado de Roraima

Recorrido: Khallida Lucena de Barros

Audiência designada para a Sessão de Julgamento no dia 10/03/2017 às 9h.

Advogados: Daniella Torres de Melo Bezerra, Andre Elysio Campos Barbosa, Chardson de Souza Moraes

Vara Itinerante

Expediente de 07/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:

Elvo Pigari Junior

Erick Cavalcanti Linhares Lima

PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
André Paulo dos Santos Pereira
Rogério Mauricio Nascimento Toledo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(A):
Luciana Silva Callegário

Cumprimento de Sentença

108 - 0002622-50.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.002622-4
Executado: L.V.O.
Executado: A.G.S.
DESPACHO

Chamo o feito à ordem e torno sem efeito o despacho anterior.
Intime-se o executado, para manifestar-se nestes autos, no prazo de dez dias.

Em, 15 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogados: Getulio Alberto de Souza Cruz Filho, Marcio Leandro Deodato de Aquino

Execução de Alimentos

109 - 0002292-53.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.002292-6
Executado: I.J.C.D.
Executado: J.A.C.
DECISÃO

Considerando os questionamentos advindos pela entrada em vigor da nova legislação processual civil, identificados pela Inspeção Judicial realizada nesta Vara Itinerante (Portaria n.º 06/2016) determino que:

1. Quando a intimação se der pela publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para efeito de contagem dos prazos, considera-se publicada a decisão no primeiro dia útil que se seguir à data da sua disponibilização no DJe na rede mundial de computadores.
2. A contagem do prazo começa quando (art. 241 do NCPC):
 - a) em caso de intimação no Diário da Justiça Eletrônico, do primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação;
 - b) em caso de citação ou intimação for pela via postal, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;
 - c) em caso de citação ou intimação for pela via oficial de justiça, da juntada do mandado devidamente cumprido nos autos;
 - d) em qualquer dos casos relacionados nas letras "a" e "b", havendo vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;
 - e) em caso de cartas de Ordem, Rogatória ou Precatória, da data de sua juntada nos autos devidamente cumprida;48
 - f) em caso de citação ou intimação por via de edital, do término do prazo assinalado pela decisão judicial, prazo este em curso desde a data da primeira publicação em jornal local ou no órgão oficial (ex.: se for fixado o prazo de 20 dias para o edital, o prazo de contestação de 15 dias começará a correr somente no primeiro dia útil e de expediente forense normal, seguinte ao vigésimo dia contado da primeira publicação); e
 - g) em caso de citação por termo, o cômputo do prazo se inicia do primeiro dia útil seguinte à data do comparecimento espontâneo da parte citada.
3. Por fim, não havendo fixação legal ou judicial do prazo, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Em, 10 de fevereiro de 2017

ERICK LINHARES, Juiz de Direito

Advogados: Ernesto Halt, Ándria Bonfim de Lima, Carmem Hefigenia Lima Olinto de Oliveira

110 - 0005139-28.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.005139-6
Executado: Criança/adolescente
Executado: A.A.O.S.J.
SENTENÇA

Vistos, etc.

Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos proposta por A A D O S N em face de A A D O S J.

Em fl. 43v, a parte autora requereu a desistência da ação.

Dispõe o art. 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil:

" Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

VIII - homologar a desistência da ação;";

Ex positis, supedaneado no citado art. 485, VIII, do CPC, julgo extinto o presente feito. Determino a exclusão dos dados do alimentante do SERASA/ SPC.

Após o trânsito em julgado, archive-se. Ciência ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública do Estado.

Sem custas e honorários advocatícios.

P.R.I.

Boa Vista(RR), 14 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogado(a): Ernesto Halt

111 - 0005160-04.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.005160-2

Executado: Criança/adolescente

Executado: O.S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora, por meio de sua representante legal, para dar andamento no feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.

Em, 9 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogados: Svirino Pauli, Ernesto Halt, Diego Lima Pauli, Iago de Souza Albuquerque

112 - 0006705-12.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.006705-3

Executado: Criança/adolescente

Executado: L.C.S.

SENTENÇA

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 34.

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a presente execução movida por L S C d S em face de L C d S.

Reitere-se ofício enviado à fonte pagadora do alimentante.

Sem custas e honorários advocatícios.

P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 2 de março de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogado(a): Ernesto Halt

113 - 0019334-18.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.019334-7

Executado: Criança/adolescente

Executado: V.F.A.

SENTENÇA

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 20.

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a presente execução movida por M F d S em face de V F d A Sem custas e honorários advocatícios. P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 15 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

Alimentos - Lei 5478/68

114 - 0017108-40.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.017108-7

Autor: H.C.L.

Criança/adolescente: Criança/adolescente e outros.

DECISÃO

Considerando os questionamentos advindos pela entrada em vigor da nova legislação processual civil, identificados pela Inspeção Judicial realizada nesta Vara Itinerante (Portaria n.º 06/2016) determino que:

1. Quando a intimação se der pela publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para efeito de contagem dos prazos, considera-se publicada a decisão no primeiro dia útil que se seguir à data da sua disponibilização no DJe na rede mundial de computadores.

2. A contagem do prazo começa quando (art. 241 do NCPC):

a) em caso de intimação no Diário da Justiça Eletrônico, do primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação;

b) em caso de citação ou intimação for pela via postal, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;

c) em caso de citação ou intimação for pela via oficial de justiça, da juntada do mandado devidamente cumprido nos autos;

d) em qualquer dos casos relacionados nas letras "a" e "b", havendo vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;

e) em caso de cartas de Ordem, Rogatória ou Precatória, da data de sua juntada nos autos devidamente cumprida;48

f) em caso de citação ou intimação por via de edital, do término do prazo assinalado pela decisão judicial, prazo este em curso desde a data da primeira publicação em jornal local ou no órgão oficial (ex.: se for fixado o prazo de 20 dias para o edital, o prazo de contestação de 15 dias começará a correr somente no primeiro dia útil e de expediente forense normal, seguinte ao vigésimo dia contado da primeira publicação); e

g) em caso de citação por termo, o cômputo do prazo se inicia do primeiro dia útil seguinte à data do comparecimento espontâneo da parte citada.

3. Por fim, não havendo fixação legal ou judicial do prazo, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

Em, 10 de fevereiro de 2017

ERICK LINHARES, Juiz de Direito
Advogado(a): Vanessa Lopes Gondim

Execução de Alimentos

115 - 0017138-75.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.017138-4

Executado: Criança/adolescente e outros.

S E N T E N Ç A

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 19.

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a

presente execução movida por G d S P em face de J F P d S Sem custas e honorários advocatícios. P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 13 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

Alimentos - Lei 5478/68

116 - 0016947-98.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016947-4

Autor: E.L.O.

Réu: V.N.O. e outros.

DESPACHO

Autorizo o desarquivamento destes autos.

Aguarde-se manifestação da parte interessada por dez dias.

Sem manifestação, retornem os autos ao arquivo, com as cautelas de estilo. Anotações necessárias.

Em, 15 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Tulio Magalhães da Silva

117 - 0019143-70.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.019143-2

Autor: Criança/adolescente e outros.

DESPACHO

Intime-se a parte autora, por meio de sua representante legal, para manifestar-se nestes autos, no prazo de dez dias. Certifique-se.

Em, 20 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogados: Elceni Diogo da Silva, Clovis Melo de Araújo

118 - 0001228-71.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001228-9

Autor: D.C.S.

Réu: E.S.S.

DESPACHO

Ao Ministério Público. Após, conclusos.

Em, 14 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Angria Kartie Feitosa Silva

119 - 0001606-27.2017.8.23.0010

Nº antigo: 0010.17.001606-6

Autor: U.R.M.

Réu: A.P.G.F.

DECISÃO

Considerando os questionamentos advindos pela entrada em vigor da nova legislação processual civil, identificados pela Inspeção Judicial realizada nesta Vara Itinerante (Portaria n.º 06/2016) determino que:

1. Quando a intimação se der pela publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para efeito de contagem dos prazos, considera-se publicada a decisão no primeiro dia útil que se seguir à data da sua disponibilização no DJe na rede mundial de computadores.

2. A contagem do prazo começa quando (art. 241 do NCPC):

- a) em caso de intimação no Diário da Justiça Eletrônico, do primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação;
- b) em caso de citação ou intimação por via postal, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;
- c) em caso de citação ou intimação por via oficial de justiça, da juntada do mandado devidamente cumprido nos autos;
- d) em qualquer dos casos relacionados nas letras "a" e "b", havendo vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;
- e) em caso de cartas de Ordem, Rogatória ou Precatória, da data de sua juntada nos autos devidamente cumprida;48
- f) em caso de citação ou intimação por via de edital, do término do prazo assinalado pela decisão judicial, prazo este em curso desde a data da primeira publicação em jornal local ou no órgão oficial (ex.: se for fixado o prazo de 20 dias para o edital, o prazo de contestação de 15 dias começará a correr somente no primeiro dia útil e de expediente forense normal, seguinte ao vigésimo dia contado da primeira publicação); e
- g) em caso de citação por termo, o cômputo do prazo se inicia do primeiro dia útil seguinte à data do comparecimento espontâneo da parte citada.

3. Por fim, não havendo fixação legal ou judicial do prazo, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Em, 10 de fevereiro de 2017

ERICK LINHARES, Juiz de Direito DESPACHO

Intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para juntar cópia do acordo de alimentos devidamente homologado, no prazo de dez dias, sob pena de extinção.

Em, 13 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogado(a): Rafaela Gomes de Lemos

Cumprimento de Sentença

120 - 0013051-13.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.013051-5

Executado: C.W.C.P.

Executado: M.G.S.

DESPACHO

Autorizo o desentranhamento da carta de quitação conforme solicitado, restando cópia nos autos. Certifique-se.

Efetue-se nova pesquisa no sistema Renajud para informar acerca da existência de bens registrados em nome do devedor.

Em, 21 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogado(a): Christianne Conzales Leite

121 - 0019234-63.2016.8.23.0010

Nº antigo: 0010.16.019234-9

Executado: João Pedro Andrade Raposo

Executado: Jose Jailton Raposo

DECISÃO

Considerando os questionamentos advindos pela entrada em vigor da nova legislação processual civil, identificados pela Inspeção Judicial realizada nesta Vara Itinerante (Portaria n.º 06/2016) determino que:

- 1. Quando a intimação se der pela publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para efeito de contagem dos prazos, considera-se publicada a decisão no primeiro dia útil que se seguir à data da sua disponibilização no DJe na rede mundial de computadores.
- 2. A contagem do prazo começa quando (art. 241 do NCPC):
 - a) em caso de intimação no Diário da Justiça Eletrônico, do primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação;
 - b) em caso de citação ou intimação por via postal, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;
 - c) em caso de citação ou intimação por via oficial de justiça, da juntada do mandado devidamente cumprido nos autos;
 - d) em qualquer dos casos relacionados nas letras "a" e "b", havendo

vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;

e) em caso de cartas de Ordem, Rogatória ou Precatória, da data de sua juntada nos autos devidamente cumprida;48

f) em caso de citação ou intimação por via de edital, do término do prazo assinalado pela decisão judicial, prazo este em curso desde a data da primeira publicação em jornal local ou no órgão oficial (ex.: se for fixado o prazo de 20 dias para o edital, o prazo de contestação de 15 dias começará a correr somente no primeiro dia útil e de expediente forense normal, seguinte ao vigésimo dia contado da primeira publicação); e

g) em caso de citação por termo, o cômputo do prazo se inicia do primeiro dia útil seguinte à data do comparecimento espontâneo da parte citada.

3. Por fim, não havendo fixação legal ou judicial do prazo, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Em, 10 de fevereiro de 2017

ERICK LINHARES, Juiz de Direito

Advogado(a): Jackeline de F.casemiro de Lima

Execução de Alimentos

122 - 0012182-55.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.012182-6

Executado: Criança/adolescente

Executado: A.R.S.

DESPACHO

Autorizo o desarquivamento destes autos por dez dias.

Sem manifestação, retornem os autos ao arquivo, com as cautelas de estilo. Anotações necessárias.

Em, 17 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogados: Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski, Thiago Amorim dos Santos

123 - 0021298-51.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.021298-7

Executado: Criança/adolescente

Executado: F.A.O.

SENTENÇA

Vistos etc.

Não obstante instado a se manifestar, a requerente quedou-se inerte, situação essa que, na ótica deste Juízo, configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela. Justo por isso, impõe-se, no presente caso, reconhecer-se a ausência de interesse de agir ou numa linguagem mais técnica, da ausência de interesse-necessidade da tutela jurisdicional.

Dispõe o art. 485, inc. VI do NCPC:

"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual."

Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art. 485, VI do CPC, julgo extinto o presente feito. Revogo a decisão que decretou a prisão do alimentante. Registre-se. Ao cartório para as providências de estilo.

Sem custas e honorários advocatícios.

P. R. Intimem-se.

Boa Vista, 1 de março de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogados: Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski, Christianne Conzales Leite

124 - 0003018-61.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003018-6

Executado: Criança/adolescente e outros.

Executado: E.B.M.
SENTENÇA

Vistos etc.

Não obstante instado a se manifestarem, os requerentes quedaram-se inertes, situação essa que, na ótica deste Juízo, configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela. Justo por isso, impõe-se, no presente caso, reconhecer-se a ausência de interesse de agir ou numa linguagem mais técnica, da ausência de interesse-necessidade da tutela jurisdicional.

Dispõe o art. 485, inc. VI do NCPC:

"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual."

Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art. 485, VI do CPC, julgo extinto o presente feito.

Sem custas e honorários advocatícios.

P. R. Intimem-se.

Boa Vista, 8 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

125 - 0010576-84.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.010576-4
Executado: Criança/adolescente e outros.
Executado: O.S.A.
DESPACHO

A petição de fl. 67 não foi assinada.
Vista à Defensoria Pública do Estado.

Em, 9 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES

Juiz de Direito

Advogados: Sivirino Pauli, Ernesto Halt, Diego Lima Pauli, Iago de Souza Albuquerque

126 - 0012844-14.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.012844-4
Executado: Criança/adolescente
Executado: E.G.S.
SENTENÇA

Vistos etc.

Não obstante instado a se manifestar, a requerente quedou-se inerte, situação essa que, na ótica deste Juízo, configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela. Justo por isso, impõe-se, no presente caso, reconhecer-se a ausência de interesse de agir ou numa linguagem mais técnica, da ausência de interesse-necessidade da tutela jurisdicional.

Dispõe o art. 485, inc. VI do NCPC:

"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual."

Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art. 485, VI do CPC, julgo extinto o presente feito. Revogo a decisão que decretou a prisão do alimentante. Registre-se. Ao cartório para as providências de estilo. Anotações necessárias. Oficie-se à POLINTER para devolução do mandado de prisão.

Sem custas e honorários advocatícios.

P. R. Intimem-se.

Boa Vista, 24 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

127 - 0012851-06.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.012851-9
Executado: W.S.N.R.
Executado: N.G.R.
SENTENÇA

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 43v.

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a presente execução movida por W S d N R em face de N G R. Revogo a decisão que decretou a prisão do alimentante. Registre-se. Ao cartório para as providências de estilo. Certifique-se. Sem custas e honorários advocatícios. P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 24 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

128 - 0012953-28.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.012953-3
Executado: Criança/adolescente
Executado: R.P.S.
SENTENÇA

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 49v

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a presente execução movida por S S d S em face de R P d S. Revogo a decisão que decretou a prisão do alimentante. Registre-se. Certifique-se. Oficie-se à POLINTER para devolução do mandado de prisão e do selo holográfico para inutilização. Sem custas e honorários advocatícios. P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 2 de março de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

129 - 0014464-27.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.014464-7
Executado: Criança/adolescente
Executado: E.S.K.
DECISÃO

Considerando os questionamentos advindos pela entrada em vigor da nova legislação processual civil, identificados pela Inspeção Judicial realizada nesta Vara Itinerante (Portaria n.º 06/2016) determino que:

1. Quando a intimação se der pela publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para efeito de contagem dos prazos, considera-se publicada a decisão no primeiro dia útil que se seguir à data da sua disponibilização no DJe na rede mundial de computadores.

2. A contagem do prazo começa quando (art. 241 do NCPC):

a) em caso de intimação no Diário da Justiça Eletrônico, do primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação;

b) em caso de citação ou intimação for pela via postal, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;

c) em caso de citação ou intimação for pela via oficial de justiça, da juntada do mandado devidamente cumprido nos autos;

d) em qualquer dos casos relacionados nas letras "a" e "b", havendo vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;

e) em caso de cartas de Ordem, Rogatória ou Precatória, da data de sua juntada nos autos devidamente cumprida; 48

f) em caso de citação ou intimação por via de edital, do término do prazo assinalado pela decisão judicial, prazo este em curso desde a data da primeira publicação em jornal local ou no órgão oficial (ex.: se for fixado o prazo de 20 dias para o edital, o prazo de contestação de 15 dias começará a correr somente no primeiro dia útil e de expediente forense normal, seguinte ao vigésimo dia contado da primeira publicação); e

g) em caso de citação por termo, o cômputo do prazo se inicia do primeiro dia útil seguinte à data do comparecimento espontâneo da parte citada.

3. Por fim, não havendo fixação legal ou judicial do prazo, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Em, 10 de fevereiro de 2017

ERICK LINHARES, Juiz de Direito
Advogados: Karen Macedo de Castro, Bruna Carolina Santos Gonçalves
130 - 0015573-76.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.015573-4
Executado: M.F.R.G.
Executado: C.G.F.
S E N T E N Ç A

Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação conforme fl. 17.

Dispõe o art. 924, inciso II, do NCPC:

" Art. 924. Extingue-se a execução quando:

II- a obrigação for satisfeita."

Isto posto, amparado no citado art. 924, II, do NCPC julgo extinta a presente execução movida por M F R G em face de C G F
Sem custas e honorários advocatícios.
P.R. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público e à DPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Em, 15 de fevereiro de 2017.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

Comarca de Caracarái

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

Comarca de Mucajai

Índice por Advogado

000210-RR-N: 002

000245-RR-B: 004

000362-RR-A: 001

000421-RR-N: 002

000481-RR-N: 003

001133-RR-N: 006

Publicação de Matérias

Execução de Pena

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:

Claudio Roberto Barbosa de Araujo

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Marco Antonio Bordin de Azeredo

Masato Kojima

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo

ESCRIVÃO(Ã):

Erlen Maria da Silva Reis

Execução da Pena

001 - 0000529-88.2015.8.23.0030

Nº antigo: 0030.15.000529-3

Réu: Edmilson Lucio da Silva

Audiência REALIZADA.

Advogado(a): João Ricardo Marçon Milani

Vara Criminal

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:

Claudio Roberto Barbosa de Araujo

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Marco Antonio Bordin de Azeredo

Masato Kojima

Pollyanna Agueda Procópio de Oliveira

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo

ESCRIVÃO(Ã):

Erlen Maria da Silva Reis

Ação Penal

002 - 0000632-71.2010.8.23.0030

Nº antigo: 0030.10.000632-6

Réu: Giovanni Oliveira Costa

Audiência NÃO REALIZADA.

Advogados: Mauro Silva de Castro, Ataliba de Albuquerque Moreira

Crimes Ambientais

003 - 0011328-40.2008.8.23.0030

Nº antigo: 0030.08.011328-2

Réu: V.Q.S.

Audiência NÃO REALIZADA.

Advogado(a): Paulo Luis de Moura Holanda

Ação Penal

004 - 0006920-74.2006.8.23.0030

Nº antigo: 0030.06.006920-7

Réu: Acir Rosa Ramos

Audiência REALIZADA.

Advogado(a): Edson Prado Barros

005 - 0000176-82.2014.8.23.0030

Nº antigo: 0030.14.000176-6

Réu: Neliane Carvalho Cunha

Audiência NÃO REALIZADA.

Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0000367-59.2016.8.23.0030

Nº antigo: 0030.16.000367-6

Réu: Rejane Ribeiro de Moraes e outros.

Audiência REALIZADA.Sentença: Julgada procedente a ação.

Advogado(a): Isabel Bahia da Silva

Comarca de Rorainópolis

Índice por Advogado

000157-RR-B: 003

000564-RR-N: 003

000741-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 06/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Ação Penal

001 - 0000484-04.2013.8.23.0047

Nº antigo: 0047.13.000484-0

Réu: Raimundo Gomes Sousa

ante exposto, JULGO EXTINTA SUA PUNIBILIDADE DE RAIMUNDO GOMES SOUSA, base artigo 89,§5, da lei 9099/95. Ciência das partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Rorainópolis, 10/02/2017. JAIME PLA PUJADES. JUIZ DE DIREITO.

Advogado(a): Tiago Cícero Silva da Costa

Ação Penal - Sumário

002 - 0006003-04.2006.8.23.0047

Nº antigo: 0047.06.006003-6

Réu: George Lima Peres

Audiência REDESIGNADA para o dia 24/04/2017 às 16:05 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Criminal

Expediente de 07/03/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Crime Resp. Func. Público

003 - 0000525-34.2014.8.23.0047

Nº antigo: 0047.14.000525-8

Réu: Paulo Roberto Barbosa

DESPACHO

Intime-se a defesa do réu, pela derradeira vez, para que apresente suas alegações finais, em 05 (cinco) dias.

RLI, 07/03/2017.

Juiz JAMIE PLÁ PUJADES DE ÁVILA

Advogados: Francisco de Assis Guimarães Almeida, Francisco Salismar Oliveira de Souza

Comarca de São Luiz do Anauá

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

Comarca de Alto Alegre

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

Comarca de Pacaraima

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Parima Dias Veras

Prisão em Flagrante

001 - 0000109-67.2017.8.23.0045

Nº antigo: 0045.17.000109-8

Réu: Alana Araujo Feitosa

Distribuição por Sorteio em: 06/03/2017.

Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Bonfim

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

1ª VARA DE FAMÍLIA

Expediente de 07/03/2017

3º Edital**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10(dez) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

FAZ SABER: a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 0815720-69.2016.8.23.0010**

em que é requerente IVONE FERREIRA GOMES e requerido(a) IRAPUAN FERREIRA GOMES, e que o MM. Juiz **decretou a Interdição** deste, conforme sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA: "... Assim, à vista do contido nos autos e contando com o parecer favorável do Ministério Público, decreto a INTERDIÇÃO de **IRAPUAN FERREIRA GOMES** na condição de relativamente incapaz, nomeando-lhe como sua Curadora **IVONE FERREIRA GOMES**, que deverá assisti-lo em certos atos da vida civil. Em consequência, caberá à curadora dirigir e reger os bens do interditado, bem como receber os rendimentos e salários; fornecer a este e a família as quantias necessárias para as despesas pessoais; adquirir bens e mercadorias relativas a alimentos, vestuário, higiene, limpeza etc.; efetuar pagamentos decorrentes de obrigações assumidas e outras mensalmente verificáveis, como água, luz, telefone e impostos; assistir o interditado em juízo ou fora dele, como repartições públicas, bancos e estabelecimentos comerciais; promover as alienações indispensáveis, sempre com autorização judicial, menos àquelas concernentes a bens móveis de fácil deterioração e de valor não significativo. A administração das finanças do interditado, devem ter como escopo a manutenção deste e seu tratamento de saúde em local apropriado. Outrossim, a curadora nomeada não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens de quaisquer naturezas, eventualmente pertencentes ao interdito, tampouco contrair dívidas ou empréstimos em nome deste, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, bem-estar do incapaz. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Em obediência ao disposto no art. 755, do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, expeça-se mandado para registro da sentença ao Cartório do 1.º Ofício desta Comarca (art. 93 da Lei 6.015/73). Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida anotação ou comunicação, conforme o caso, do registro da interdição no assento original de nascimento do incapaz. Após o registro da sentença, conforme o art. 93, parágrafo único da Lei 6.015/73, expeça-se o termo de curatela, constando as observações acima, e intime-se a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias. Em obediência ao art. 755 do Código de Processo Civil, publique-se a sentença na rede mundial de computadores e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dispensar a publicação na imprensa local, tendo em vista que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos **sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Jocilene de Sousa Silva, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretor de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretor de Secretaria

1º Edital**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10(dez) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

FAZ SABER: a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 0820629-57.2016.8.23.0010** em que é requerente CILENE LAGO SALOMÃO e requerido(a) SAMOU ABDALA SALOMÃO, e que o MM. Juiz **decretou a Interdição** deste, conforme sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA: "... Assim, à vista do contido nos autos e contando com o parecer favorável do Ministério Público, decreto a INTERDIÇÃO de **SAMOU ABDALA SALOMÃO** na condição de relativamente incapaz, nomeando-lhe como sua Curadora **CILENE LAGO SALOMÃO**, que deverá assisti-lo em certos atos da vida civil. Em consequência, caberá à curadora dirigir e reger os bens do interditado, bem como receber os rendimentos e salários; fornecer a este e a família as quantias necessárias para as despesas pessoais; adquirir bens e mercadorias relativas a alimentos, vestuário, higiene, limpeza etc.; efetuar pagamentos decorrentes de obrigações assumidas e outras mensalmente verificáveis, como água, luz, telefone e impostos; assistir o interditado em juízo ou fora dele, como repartições públicas, bancos e estabelecimentos comerciais; promover as alienações indispensáveis, sempre com autorização judicial, menos àquelas concernentes a bens móveis de fácil deterioração e de valor não significativo. A administração das finanças do interditado, devem ter como escopo a manutenção deste e seu tratamento de saúde em local apropriado. Outrossim, a curadora nomeada não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens de quaisquer naturezas, eventualmente pertencentes ao interditado, tampouco contrair dívidas ou empréstimos em nome deste, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, bem-estar do incapaz. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Em obediência ao disposto no art. 755, do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, expeça-se mandado para registro da sentença ao Cartório do 1.º Ofício desta Comarca (art. 93 da Lei 6.015/73). Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida anotação ou comunicação, conforme o caso, do registro da interdição no assento original de nascimento do incapaz. Após o registro da sentença, conforme o art. 93, parágrafo único da Lei 6.015/73, expeça-se o termo de curatela, constando as observações acima, e intime-se a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias. Em obediência ao art. 755 do Código de Processo Civil, publique-se a sentença na rede mundial de computadores e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dispensar a publicação na imprensa local, tendo em vista que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos **sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Jocilene de Sousa Silva, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretor de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretor de Secretaria

SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA

Expediente de 07/03/2017

MM. Juiz de Direito Titular
PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Escrivã Judicial
Maria das Graças Barroso de Souza

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0828390-42.2016.8.23.0010 – Reconhecimento / Dissolução****Requerente:** M.J.de.O.

Defensor Público: OAB 178D-RR - Aldeide Lima Barbosa Santana / OAB 248D-RR - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento

Requerido(a): J.O.de.S.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: JOÃO OLÍMPIO DE SOUZA, brasileiro, filho de José Olímpio de Sousa e de Maria Paulino Conceição de Sousa, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAÇÃO da pessoa acima para tomar conhecimento dos termos dos autos em epígrafe e ciência do ônus que a partir desta data, correrá o **prazo de 15 (quinze) dias** para apresentar contestação. Na falta de contestação será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC).

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro**69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br**

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, seis de março de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0802153-34.2017.8.23.0010 – Anulação de Casamento****Requerente:** I.N.de.A.P.**Advogado:** OAB 254A-RR - Elias Bezerra da Silva**Requerido(a):** F.L.P.P.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: FRANDO LAZARO PEDRAZA PITA, cubano, casado, filho de Francisco Pedraza amador e de Maritza Pita Figueredo, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAÇÃO da pessoa acima para tomar conhecimento dos termos dos autos em epígrafe e ciência do ônus que a partir desta data, correrá o **prazo de 15 (quinze) dias** para apresentar contestação. Na falta de contestação será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC).

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro**69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br**

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, seis de março de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0801557-84.2016.8.23.0010 – Execução de Alimentos****Requerente:** J.L.dos.S.O., representada por P.A.E.de.O.**Defensora Pública:** OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza**Requerido:** E.dos.S.de.S.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

INTIMAÇÃO DE: J.L.dos.S.O., representada por PAULA ANDRESSA EDUARDO DE OLIVEIRA, brasileira, união estável, do lar, filha de Ildemar da Silva Oliveira e de Elinalva Queiroz Eduardo, demais dados ignorados, estando todos em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima para **no prazo de 05 (cinco) dias**, através de Advogado ou Defensor Público, promover o andamento do feito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC, sob pena de extinção.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666, 2º andar – Centro

69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, seis de março de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (técnico judiciário) o digitei.

MARIA DAS GRAÇAS BARROSO DE SOUZA

Diretora de Secretaria

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS**Processo 0825577-42.2016.8.23.0010 – Interdição****Requerente:** Omilda Lúcio Paixão**Defensor Público:** OAB 248D-RR - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento**Requerido(a):** Zenildo Paixão Melo

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES - TITULAR DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, firme nos fundamentos acima expostos e em consonância com o duto parecer ministerial, **DECRETO** a interdição de **ZENILDO PAIXÃO MELO**, declarando-o **RELATIVAMENTE INCAPAZ** de exercer pessoalmente certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. Nos termos do art. 747, II, do Código Civil nomeio como curadora da requerida a Sra. **OMILDA LÚCIO PAIXÃO**. **Limites da curatela:** Nos termos da fundamentação supra, considerando o estado de saúde do requerido, a curadora terá poderes de representação para a prática de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial ou negocial, não podendo alienar ou onerar bens do requerido sem autorização judicial nem contrair empréstimos em nome dele. Preserva-se quanto ao requerido a autonomia para os atos de natureza existencial, da esfera familiar e política. Os rendimentos do requerido deverão ser destinados unicamente em sua saúde, alimentação e bem estar. Aplica-se, também, ao caso, o disposto no art. 553 do CPC e respectivas sanções. Expeça-se mandado de registro da interdição, na forma do art. 9.º, III do CC e art. 89 da Lei 6.015/73. Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida comunicação do registro da interdição ao cartório no qual foi lavrado o assento de nascimento. Proceda-se a publicação da sentença na forma do art. 755, §3.º do NCPC, dispensando-se a publicação na imprensa local por serem as partes beneficiárias da gratuidade da justiça e assistidas pela DPE/RR. Expeça-se o respectivo termo de curatela, constando as observações acima e proceda-se conforme o art. 759 do CPC, intimando a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 dias. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Sem honorários, ante a natureza de jurisdição voluntária deste procedimento. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Boa Vista/RR, 13/12/2016. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito, Titular da Segunda Vara de Família. E, para que ninguém possa alegar ignorância ao MM Juiz, mandou expedir o presente Edital que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa oficial, com intervalo de 10 dias e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, seis de março de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S., Técnico Judiciário, o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0830604-06.2016.8.23.0010 – Alimentos****Requerente:** A.G.S.P. e outro, representados por P.S.A.**Defensor Público:** OAB 160D-RR - Christianne Gonzalez Leite**Requerido:** A.M.P.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA
COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: ADRIANO MOREIRA PORTELO, brasileiro, solteiro, garimpeiro, filho de Antônia Moreira Portelo, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: A(s) pessoa(s) acima deverá(ão) tomar(em) conhecimento dos termos dos autos acima e ciência do ônus de comparecer acompanhado de Defensor Público ou Advogado e testemunhas à **Audiência de Conciliação e Julgamento**, designada para o **dia 19 de abril de 2017, às 09h50min**, onde deverá apresentar contestação até a data da audiência, prestar depoimento pessoal e produzir provas, ficando ciente de que a falta de contestação implica em aceitação dos fatos alegados na inicial como verdadeiros. Caso não compareça, ou comparecendo se recuse a depor, presumir-se-ão confessados os fatos alegados contra a mesma. **INTIMO**, ainda, da decisão que fixou os alimentos provisórios no valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 – Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (técnico judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0836729-24.2015.8.23.0010 – Alimentos****Requerente:** G.A.da.S.

Advogado: OAB 1004N-RR - Cynthia Pinto de Souza Santos / OAB 1048N-RR - Diego Victor Rodrigues Barros

Requerido: I.C.A.W. e outro, representados por R.M.W.

Advogados: OAB 60.986-RS – Vinicius Ortigara Girardi / OAB 65.128-RS – Diogo Ortigara Girardi / OAB 74.006-RS – Vanessa Martinazzo / OAB 83.995-RS – Lucas Trevisan Ortigara

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA
COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

INTIMAÇÃO DE: I.C.A.W. e outro, representados por ROZANE MARIA WIDMAR, brasileira, filha de Evaldo Widmar e de Josefa Wichrosk Widmar, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: A(s) pessoa(s) acima deverá(ão) comparecer acompanhado de Defensor Público ou Advogado e testemunhas à **Audiência de Conciliação e Julgamento**, designada para o **dia 29 de março de 2017, às 09h30min**, onde deverá apresentar contestação até a data da audiência, prestar depoimento pessoal e produzir provas, ficando ciente de que a falta de contestação implica em aceitação dos fatos alegados na inicial como verdadeiros. Caso não compareça, ou comparecendo se recuse a depor, presumir-se-ão confessados os fatos alegados contra a mesma.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 – Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (técnico judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**Processo 0827316-50.2016.8.23.0010 – Divórcio Litigioso****Requerente:** J.F.de.A.

Defensor Público: OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza / OAB 257N-RR - Terezinha Muniz de Souza Cruz

Requerido(a): O.S.de.A.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: OKMÉRICA SOUZA DE AMORIM, brasileira, casada, filha de Francisco Avelino de Souza e de Maria Avelina de Souza, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAÇÃO da pessoa acima para tomar conhecimento dos termos dos autos em epígrafe e ciência do ônus que a partir desta data, correrá o **prazo de 15 (quinze) dias** para apresentar contestação. Na falta de contestação será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC).

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro**69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br**

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS**Processo 0801843-62.2016.8.23.0010 – Interdição****Requerente:** Maria do Perpétuo Socorro Cavalcante Souza**Defensor Público:** OAB 186N-RR - Wallace Rodrigues da Silva**Requerido(a):** Antônia Dayanny Cavalcante de Souza

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES - TITULAR DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, firme nos fundamentos acima expostos e em consonância com o duto parecer ministerial, **DECRETO** a interdição de **Antonia Dayanny Cavalcante de Souza**, declarando-a **RELATIVAMENTE INCAPAZ** de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. De acordo com o art. 1.775, §1.º do Código Civil, nomeio-lhe curadora a Sra. **Maria do Perpétuo Socorro Cavalcante Souza**. Limites da curatela: Nos termos da fundamentação supra, considerando o estado de saúde da requerida, a curadora terá poderes de representação para todos os atos da vida civil, não podendo, todavia, alienar ou onerar bens da incapaz sem autorização judicial nem contrair empréstimos em nome desta, sendo que os rendimentos da incapaz deverão ser destinados unicamente em sua saúde, alimentação e bem estar. Aplica-se, também, ao caso, o disposto no art. 553 do NCPC e respectivas sanções. Expeça-se mandado de registro da interdição, na forma do art. 9.º, III do CC e art. 89 da Lei 6.015/73. Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida comunicação do registro da interdição ao cartório no qual foi lavrado o assento de nascimento. Proceda-se a IMEDIATA publicação da sentença na forma do art. 755, §3.º do NCPC, dispensando-se a publicação na imprensa local por serem as partes beneficiárias da gratuidade da justiça e assistidas pela DPE/RR. Expeça-se o termo de curatela, independentemente dos demais cumprimentos, constando as observações acima, e intime-se a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 dias, conforme art. 759. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Sem honorários, ante a natureza de jurisdição voluntária deste procedimento. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 12 de dezembro de 2016. **PAULO CEZAR DIAS MENEZES** Juiz de Direito Titular da 2.ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes. E, para que ninguém possa alegar ignorância ao MM Juiz, mandou expedir o presente Edital que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa oficial, com intervalo de 10 dias e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S., Técnico Judiciário, o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS**Processo 0829900-90.2016.8.23.0010 – Interdição****Requerente:** Jorge dos Santos Souza**Defensor Público:** OAB 182N-RR - NOELINA DOS SANTOS CHAVES LOPES**Requerido(a):** Maria Tereza dos Santos Souza

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES - TITULAR DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, firme nos fundamentos acima expostos e em consonância com o duto parecer ministerial, **DECRETO** a interdição de **Maria Tereza dos Santos Souza**, declarando-a **RELATIVAMENTE INCAPAZ** de exercer pessoalmente certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. Nos termos do art. 747, II do Código Civil, nomeio como curador da requerida o Sr. **Jorge dos Santos Souza**. Limites da curatela: Nos termos da fundamentação supra, considerando o estado de saúde da requerida, a curadora terá poderes de representação para a prática de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial ou negocial, não podendo alienar ou onerar bens da requerida sem autorização judicial nem contrair empréstimos em nome dela. Preserva-se quanto à requerida a autonomia para os atos de natureza existencial, da esfera familiar e política. Os rendimentos da requerida deverão ser destinados unicamente em sua saúde, alimentação e bem estar. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 553 do CPC e suas respectivas sanções. Expeça-se mandado de registro da interdição, na forma do art. 9.º, III do CC e art. 89 da Lei 6.015/73. Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida comunicação do registro da interdição ao cartório no qual foi lavrado o assento de nascimento. Proceda-se a publicação da sentença na forma do art. 755, §3.º do NCPC, dispensando-se a publicação na imprensa local por serem as partes beneficiárias da gratuidade da justiça e assistidas pela DPE/RR. Expeça-se respectivo termo de curatela, independentemente dos demais cumprimentos, constando as observações acima, e proceda-se conforme o art. 759 do CPC, intimando o curador para prestar compromisso, no prazo de 05 dias. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Sem honorários, ante a natureza de jurisdição voluntária deste procedimento. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 20 de dezembro de 2017. **PAULO CEZAR DIAS MENEZES** Juiz de Direito Titular da Segunda Vara de Família. E, para que ninguém possa alegar ignorância ao MM Juiz, mandou expedir o presente Edital que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa oficial, com intervalo de 10 dias e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S., Técnico Judiciário, o digitei.

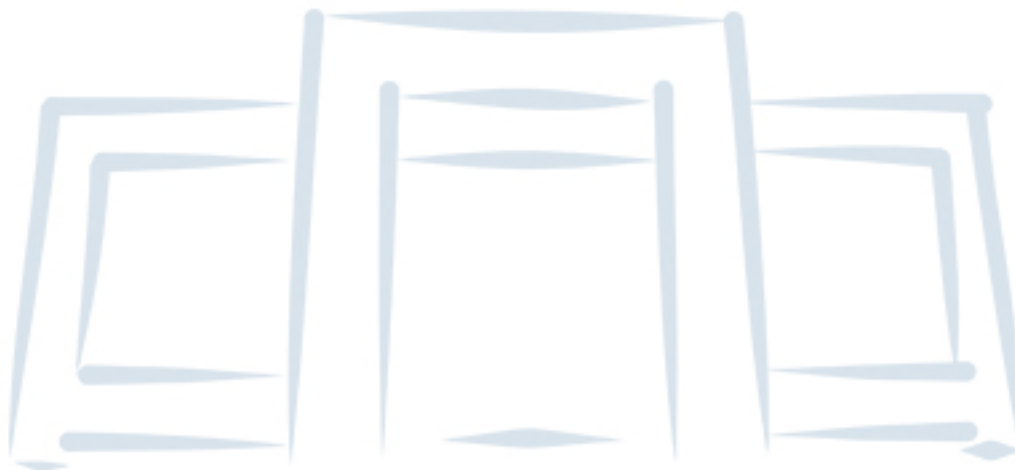
Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

4ª VARA CÍVEL

Expediente de 07/03/2017

ATO ORDINATÓRIO
Processo 0812781-87.2014.8.23.0010

Pelo que dispõe os arts. 8º da portaria conjunta nº 001/2016 deste juízo, por meio de ato ordinatório, intimo o advogado (a) Humberto de Oliveira Padula OAB/SP 348.600 e Marcos Loguercio Silva OAB/SP 355.382, não cadastrado no sistema PROJUDI, para que regularize a situação relatada em cinco dias, sob pena de manutenção e intimação dos atos ao advogados anterior ou não recebimentos de tais atos em sistema eletrônico.



6ª VARA CÍVEL

Expediente 07/03/2017

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O MM. JUIZ DE DIREITO DA 6.ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC... DETERMINA:

CITAÇÃO DE: **EDUVILGEN SOARES DE SOUZA**, brasileira, CPF nº 677.364.162-49, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 0706915-27.2013.8.23.0010 **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRAÇA**, em que figura como requerente **ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA - BOVESA** e como requerido **EDUVILGEN SOARES DE SOUZA** e ciência do ônus de apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não o fazendo, presumirem-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial.

ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia. art. 257, IV, do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 6ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 095 3198:4796

E, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar a ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima ao sétimo dia do mês de março de dois mil e dezessete. E, para constar, Eu, Karoline B. De Oliveira (Técnico Judiciário), o digitei e Saymon Dias de Figueiredo (Diretor de Secretaria), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Saymon Dias de Figueiredo
Diretor de Secretaria

O MM. JUIZ DE DIREITO DA 6.^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC... DETERMINA:

CITAÇÃO DE: J. B. ROCHA MARQUES – ME, CNPJ: 08.408.180/0001-57, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 0814243-79.2014.8.23.0010 - AÇÃO MONITÓRIA, no qual figura como requerente BANCO BRADESCO S.A. e requerido J. B. ROCHA MARQUES – ME, CNPJ: 08.408.180/0001-57, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a obrigação, nos termos pedidos na petição inicial e conforme art. 701, CPC/15, caso o réu o cumpra no prazo, ficará isento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC/15), nesse prazo, o réu poderá oferecer embargos, e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, conforme disciplina do art. 701, § 2º, CPC/15. Advirta-a, outrossim, que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue anexa juntamente com o r. despacho judicial.

ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia. art. 257, IV, do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 6ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 095 3198:4796

E, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar a ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima ao sétimo dia do mês de março de dois mil e dezessete. E, para constar, Eu, Carlos Wanderley B. de Lima (Analista Judiciário) o digitei e Saymon Dias de Figueiredo (Diretor de Secretaria), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Saymon Dias de Figueiredo
Diretor de Secretaria

O MM. JUIZ DE DIREITO DA 6.^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC... DETERMINA:

CITAÇÃO DE: JOÃO BATISTA ROCHA MARQUES, CPF: 323.251.183-04, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 0814243-79.2014.8.23.0010 - AÇÃO MONITÓRIA, no qual figura como requerente BANCO BRADESCO S.A. e requerido JOÃO BATISTA ROCHA MARQUES, CPF: 323.251.183-04, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a obrigação, nos termos pedidos na petição inicial e conforme art. 701, CPC/15, caso o réu o cumpra no prazo, ficará isento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC/15), nesse prazo, o réu poderá oferecer embargos, e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, conforme disciplina do art. 701, § 2º, CPC/15. Advirta-a, outrossim, que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue anexa juntamente com o r. despacho judicial.

ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia. art. 257, IV, do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 6ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 095 3198:4796

E, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar a ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima ao sétimo dia do mês de março de dois mil e dezessete. E, para constar, Eu, Carlos Wanderley B. de Lima (Analista Judiciário) o digitei e Saymon Dias de Figueiredo (Diretor de Secretaria), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Saymon Dias de Figueiredo
Diretor de Secretaria

3ª VARA CRIMINAL

Expediente de 07/03/2017

Processo nº 0018008-57.2015.8.23.0010**Réu: Adriano Rosa Pereira****EDITAL DE CITAÇÃO**

Com prazo de 15 (quinze) dias.

O Juiz de Direito Marcelo Mazur, Titular da 3.ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da lei, faz saber que neste Juízo tramita processo em que é acusado **ADRIANO ROSA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Alta Floresta/MT, nascido em 12.06.1988, filho de Maria Eugênia Silva e Deudalto Rosa Pereira, como incurso nas penas **do artigo 155, §4º, I e IV c/c artigo 14, II do Código Penal Brasileiro** e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo(a) pessoalmente, **CITA-O(A)** para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias; Ficando advertido(a) de que: I- Se forem arroladas testemunhas residentes em outras Comarcas, as mesmas serão ouvidas na Comarca onde residem se, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e a recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo e, por fim, que certificado o decurso do prazo sem apresentação da resposta escrita, os Autos serão remetidos a Defensoria Pública, nos termos do artigo 396 e 396-A, §2º, ambos do CPP nos termos do artigo 396 e seguintes do Código de Processo Penal; II- Conforme o disposto no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, o Denunciado deverá estar ciente de que, em eventual procedência da ação penal, poderá ser fixado valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal, levando-se em conta os prejuízos sofridos pelo ofendido, cabendo ao mesmo manifestar-se a respeito na resposta a acusação; III- Devendo ficar ciente, ainda, de que a partir deste momento, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas a este Juízo, para que possa ser adequadamente comunicado dos atos processuais.

Boa Vista, RR, 07 de março de 2017.

Aline Bleich Sander

Diretora de Secretaria

Processo nº 0010999-49.2012.8.23.0010

Réu: Gleuber Santos Gonçalves de Carvalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Com prazo de 90 (sessenta) dias.

O Juiz de Direito Marcelo Mazur, Titular da 3.^a Vara Criminal de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da lei, **INTIMA** o Réu **GLEUBER SANTOS GONÇALVES DE CARVALHO**, brasileiro, convivente, servidor público, nascido em 08.01.1983, natural de Juazeiro- BA, filho de Josevaldo Gonçalves de Carvalho e de Jucileide Raimunda Santos Carvalho, portador do RG de n.º 208.615 SSP/RR e inscrito no CPF sob o n.º 719.391.482-00, da Sentença a seguir transcrita: “(...) **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva deduzida na denúncia para **condenar o Réu como incurso nas sanções do artigo 157, §2º, I e II , do Código Penal. (...)DA PENALIZAÇÃO DO RÉU GLEUBER SANTOS GONÇALVES DE CARVALHO (...)** Há a causa de aumento da pena relativa ao emprego de arma e ao concurso de pessoas, majorando-se em dois quintos para tornar definitiva a condenação do Réu **GLEUBER SANTOS GONÇALVES DE CARVALHO** em **7(sete)anos de reclusão e 280(duzentos e oitenta) dias-multa**, no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos. A pena será cumprida inicialmente em regime **semiaberto**.(...) **DISPOSIÇÕES GERAIS** Permito o recurso em liberdade, eis que ausentes os motivos autorizadores da decretação da prisão preventiva.Sem custas, face à assistência pela DPE. (...)” Boa Vista (RR), 10 de junho de 2016. **Juiz MARCELO MAZUR.**

Boa Vista, RR, 07 de março de 2017.

Aline Bleich Sander
Diretora de Secretaria

Processo nº 0010.16.013618-9
Réu: Marlon Cardoso Silva Rocha

EDITAL DE CITAÇÃO
Com prazo de 15 (quinze) dias.

O Juiz de Direito Marcelo Mazur, Titular da 3.^a Vara Criminal da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da lei, faz saber que neste Juízo tramita processo em que é acusado **MARLON CARDOSO SILVA ROCHA**, brasileiro, solteiro, natural de Boa Vista/RR, nascido em 18.04.1992, filho de Antonio Cardoso Silva Rocha e Ivanilde Cardoso Silva, RG nº 312853-9 SSP/RR, como incurso nas penas do **artigo 157, §2º, I e II c/c artigo 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro** e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo(a) pessoalmente, **CITA-O(A)** para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias; Ficando advertido(a) de que: I- Se forem arroladas testemunhas residentes em outras Comarcas, as mesmas serão ouvidas na Comarca onde residem se, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e a recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo e, por fim, que certificado o decurso do prazo sem apresentação da resposta escrita, os Autos serão remetidos a Defensoria Pública, nos termos do artigo 396 e 396-A, §2º, ambos do CPP nos termos do artigo 396 e seguintes do Código de Processo Penal; II- Conforme o disposto no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, o Denunciado deverá estar ciente de que, em eventual procedência da ação penal, poderá ser fixado valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal, levando-se em conta os prejuízos sofridos pelo ofendido, cabendo ao mesmo manifestar-se a respeito na resposta a acusação; III- Devendo ficar ciente, ainda, de que a partir deste momento, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas a este Juízo, para que possa ser adequadamente comunicado dos atos processuais.

Boa Vista, RR, 07 de março de 2017.

Aline Bleich Sander
Diretora de Secretaria

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

Expediente de 31/01/2017

**EDITAL DE INTIMAÇÃO NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
(ARTIGO 392, § 1º DO CPP)**

O MM Juiz de Direito Substituto, respondendo pela Vara de Execução Penal da Comarca de Boa Vista/RR, **Dr. MARCELO LIMA DE OLIVEIRA**, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem:

INTIMAÇÃO de FRANCIVALDO FERREIRA PINHEIRO, brasileiro, nascido aos 15/09/1971, natural de Santarém/PA, filho de Iracema Ferreira Pinheiro e de Joel Alves Pinheiro, RG N/I, CPF N/I, referente à Ação Penal nº. 0010.01.012565-5, oriunda da Vara de Entorpecentes e Organização Criminosa da Comarca de Boa Vista/RR, atualmente em local incerto e não sabido, para tomar ciência da r. sentença de Extinção da Pena Privativa de Liberdade nos termos do art. 109 da Lei de Execução Penal, nos autos de Execução n.º 0070147-06.2003.8.23.0010 (nº físico antigo – 0010.03.070147-7).

Cumpra-se, na forma da lei.

Dado e passado nesta Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos 07 de março de 2017. Eu, **Wemerson Medeiros**, Diretor de Secretaria, digitei e mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz o assino.

Wemerson Medeiros
Diretor de Secretaria da VEP/RR

TURMA RECURSAL

Expediente de 07/03/2017

PAUTA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 10/03/2017

RECURSOS PROJUDI**01 - Recurso Inominado 0832641-40.2015.8.23.0010**

Recorrente: Banco Itaucard S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior

Recorrido: Lucas Wanderley Rosado

Advogado: Lucas Wanderley Rosado

Sentença: Elvo Pigari Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:**02 - Recurso Inominado 0813351-05.2016.8.23.0010**

Recorrente: Cledilene de Oliveira Moura

Advogados: Lourdes Icassatti Mendes e outro

Recorrido: Vivo - Telefônica Brasil S.A.

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e outro

Sentença: Air Marin Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:**03 - Recurso Inominado 0800191-25.2016.8.23.0005**

Recorrente: Jair Simom

Advogado: Osmar Ferreira de Souza e Silva

Recorrido: Walmart Brasil

Advogado: Geórgida Fabiana Moreira de Alencar Costa

Sentença: Sissi Marlene Dietrich Schwantes

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:**04 - Recurso Inominado 0802103-42.2016.8.23.0010**

Recorrente: José Augusto Constantino Valente

Defensor Público: Ernesto Halt

Recorrido: Itaú Unibanco S.A.

Advogados: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira e outro

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:**05 - Recurso Inominado 0818377-81.2016.8.23.0010**

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Luiz Pereira Rocha

Advogado: Alessandra Mara Fim Oliveira

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

06 - Recurso Inominado 0802515-70.2016.8.23.0010

Recorrente: Maria Pacífico de Sousa

Advogados: Jader Serrão da Silva e outro

Recorrido: Lojas Riachuelo S.A

Advogados: Cecília Smith Lorenzom e outros

Sentença: Air Marin Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

07 – Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0828342-20.2015.8.23.0010

Embargante: Banco Panamericano

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto

Embargado: Gitana Lina de Abreu

Advogado: Sem advogado cadastrado

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

08 - Recurso Inominado 0817934-33.2016.8.23.0010

Recorrente: Antônio Pinto do Nascimento

Defensor Público: Ernesto Halt

Recorrido: Vivo - Telefônica Brasil S.A.

Advogados: Márcia Silva Monte e outro

Sentença: Délcio Dias Feu

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

09 – Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0803676-18.2016.8.23.0010

Embargante: Vivo - Telefônica Brasil S.A.

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e outro

Embargado: Renata Lima Ferreira

Advogado: Luana Magna Ávila Vieira

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

10 - Recurso Inominado 0819018-69.2016.8.23.0010

Recorrente: Deusdete Ferreira Barbosa

Advogado: Cíntia Schulze

Recorrido: Vivo - Telefônica Brasil S.A.

Advogados: Márcia Silva Monte e outro

Sentença: Délcio Dias Feu

Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR

Julgadores:

Decisão:

11 - Recurso Inominado 0807856-77.2016.8.23.0010

Recorrente: Jackson José Leite Accioly

Advogados: Francisco Alves Bernardes Júnior e outro

Recorridos: Banco BGN S.A. e Intermediações de Negócios e Serviços Eireli – ME

Advogado: Carlos Eduardo Pereira Teixeira
Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior
Relator: ELVO PIGARI JÚNIOR
Julgadores:
Decisão:

12 - Recurso Inominado 0810692-23.2016.823.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A
Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto e outro
Recorrido: Nely Falcão Pascoal
Advogados: Lizandro Icassati Mendes e outro
Sentença: Elvo Pigari Júnior
IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JÚNIOR
Relator: EUCLYDES CALIL FILHO
Julgadores:
Decisão:

13 - Recurso Inominado 0828364-78.2015.823.0010

Recorrente: LBN SILVEIRA EPP Represent. Lucinei Bittencourt Silveira
Advogado: Dayanne Dandada Joaquim Pinto Pacheco
Recorrido: Thayty Indústria e Serviços Ltda.
Advogado: André Luiz Galdino
Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior
Relator: EUCLYDES CALIL FILHO
Julgadores:
Decisão:

14 - Recurso Inominado 0835009-22.2015.823.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A
Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto e outro
Recorrido: Luiz César de Ávila
Advogado: sem advogado cadastrado
Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior
Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
Julgadores:
Decisão:

15 - Recurso Inominado 0813406-53.2016.823.0010

Recorrente: Caixa Consórcios S.A
Advogados: Leandra Maia Melo e outro
Recorrido: José Antônio Fragoso
Advogados: Michel Bressa e outro
Sentença: Elvo Pigari Júnior
IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JÚNIOR
Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
Julgadores:
Decisão:

16 - Recurso Inominado 0812891-18.2016.823.0010

Recorrente: Banco ItaúCard S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior
Recorrido: Maria da Conceição Barbalho Batista
Advogado: sem advogado cadastrado
Sentença: Elvo Pigari Júnior
IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JÚNIOR
Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
Julgadores:
Decisão:

17 - Recurso Inominado 0806578-41.2016.823.0010

Recorrente: Eridiane Sousa dos Santos

Advogados: Lizandro Icassati Mendes e outro

Recorrido: Consórcio Nacional Honda Ltda.

Advogados: Silvia Valéria Pinto Scapin e outro

Sentença: Delcio Dias Feu

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:**18 - Recurso Inominado 0818242-69.2016.823.0010**

Recorrente: Marilza Lopes Souza

Advogado: Galdenio José de Carvalho Júnior

Recorrido: Unimed de Boa Vista, Cooperativa de Trabalho Médico

Advogados: Haylla Wanessa Barros de Oliveira e outro

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:**19 - Recurso Inominado 0816818-89.2016.823.0010**

Recorrente: Raimundo Luiz Barcaco

Advogados: Debora Mara de Almeida e outro

Recorrido: Banco Itaú Consignado S.A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior

Sentença: Delcio Dias Feu

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:**20 - Recurso Inominado 0822657-95.2016.823.0010**

Recorrente: João Barbosa de Oliveira

Advogados: Thainá Soeiro de Moraes

Recorrido: Icaro Leony Almeida Pereira

Advogado: sem advogado cadastrado

Sentença: Luiz Alberto de Moraes Júnior

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:**21 - Recurso Inominado 0802672-43.2016.823.0010**

Recorrente: Helane Cristina Veras Maia

Advogados: Cintia Schulze

Recorrido: Natallhia Ross Barros Ferreira

Advogado: Liverson Bentes Chaves

Sentença: Air Marin Júnior

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:**22 - Recurso Inominado 0809583-71.2016.823.0010**

Recorrente: FIDC NPL – FUNDO DE INVEST. EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Advogado: Luciano da Silva Buratto

Recorrido: Valdemilson Medeiros de Oliveira

Advogados: Lizandro Icassatti Mendes e outro

Sentença: Air Marin Júnior

Relator: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

Julgadores:

Decisão:

23 – Apelação Criminal 0806007-07.2015.823.0010

Apelante: Evilazio Alves da Silva

Advogado: Marcelo Freitas

Apelado: Justiça Pública

Interessado: Thiago Carneiro Rube

Advogado: sem advogado cadastrado

Sentença: Antônio Augusto Martins Neto

Relator: PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Julgadores:

Decisão:

24 - Recurso Inominado 0815991-78.2016.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Rafael Sganzerla Durand

Recorrido: Antônio José Jerônimo Duarte

Advogado: Ronaldo Carlos Quiroz de Almeida

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JÚNIOR

Relator: PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Julgadores:

Decisão:

25 - Recurso Inominado 0812307-48.2016.823.0010

Recorrente: Banco BMG

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto

Recorrido: Luciano Pinheiro de Azevedo

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JÚNIOR

Relator: PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Julgadores:

Decisão:

26 - Recurso Inominado 0809928-37.2016.823.0010

Recorrente: Deosdete Coelho Filho

Advogados: Denise Abreu Cavalcanti e outro

Recorrido: Alvaro Felipe Pereira Torres

Advogado: Enaldo Vieira de Araújo

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTOS: ELVO PIGARI JÚNIOR E EUCLYDES CALIL FILHO

Relator: PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Julgadores:

Decisão:

27 - Recurso Inominado 0802617-29.2015.823.0010

Recorrente: Banco Citibank S/A

Advogado: Karina de Almeida Batistuci

Recorrido: José Ramos

Advogado: Paulo Mateus Souza da Silva

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Julgadores:

Decisão:

RECURSOS – SISCOM**28 - Recurso Inominado 0010.15.007800-3**

Recorrente: O Estado de Roraima

Procurador: André Alysio Campos Barbosa

Recorrido: Khallida Lucena de Barros

Advogado: Chardson de Souza Moraes

Sentença: Jefersson Fernandes da Silva

Relator: Paulo César Dias Meneses

Julgadores:

Decisão:



COMARCA DE CARACARAÍ

Expediente de 07/03/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS JURADOS PARA ATUAREM NA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR DE 2017

O MM. Juiz EVALDO JORGE LEITE, Titular da comarca e Presidente do Egrégio Tribunal do Júri Popular da Comarca de Caracarái, RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que a Primeira Reunião Ordinária do Tribunal do Júri Popular, será realizada nos dias **10/05/2017 e 17/05/2017, às 08h**, na sala do Tribunal do Júri neste Juízo, sito a Praça do Centro Cívico, s/n, Centro, Caracarái, RR, onde serão julgados os réus cujos processos tiverem prontos, tendo sido sorteados as seguintes pessoas:

Jurados

- 1- FRANCISCA TATIANA MACEDO DE ARAUJO;
- 2- ARILENE DOS REIS SANTOS;
- 3- SANDRA ALENCAR ARAUJO LIMA;
- 4- FILVIA ESTEFANIA GOMES RODRIGUES;
- 5- IVANILSON PARENTE SOUZA;
- 6- EUZANIRA ARAUJO OLIVEIRA;
- 7- EDINA MARIA FARIAS DE MORAES;
- 8- LUIZ SOUSA TORRES;
- 9- FABIO ANDERSON OLIVEIRA RAMOS;
- 10- ANTONIO JOSE FERREIRA DOS SANTOS;
- 11- SHIRLEY DO SOCORRO GEMAQUE DE OLIVEIRA;
- 12- HAUSMANN FONTINELE ALBUQUERQUE;
- 13- DENNIS THOMAS BRASCHE;
- 14- MESSIAS AGOSTINHO DOS SANTOS;
- 15- CARMELIA PEREIRA DOS SANTOS;
- 16- GEANE DA SILVA BARBOSA;
- 17- AGNALDO LOPES DOS SANTOS;
- 18- CARLINDO RAYOL PEREIRA DOS SANTOS;
- 19- ELIZABET MAXIMO DA ROCHA COSTA;
- 20- GEIDYANE NICOLE SOUZA BRILHANTE;
- 21- EVANICE DOS SANTOS ANHEZ;
- 22- HAROLDO JOSE MUNIZ;
- 23- DANIELY NASCIMENTO DE QUEIROZ;
- 24- JOSE ALVES DA SILVA;
- 25- EDINILCE ISABEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS;
- 26- ANTONIO EMILSON ALMEIDA DA SILVA;
- 27- JACIRA ALVES PINHEIRO DE ARAUJO;
- 28- EVILMARA DE MORAES MACIEL;
- 29- VANILDA MONTEIRO DE AZEVEDO;

- 30- OCTAVIO THEODORO DO AMARAL NETO;
- 31- FRANCISCA RUDRIGUES;
- 32- ALCHIRLENE DA SILVA TORRES;
- 33- DELFIM FERREIRA NETO;
- 34- ADNES LIMA SOARES;
- 35- ISMAEL DE SOUZA;
- 36- ELSIMAR MARQUES CRAVEIRO;
- 37- GEANE LIMA DA PAIXAO;
- 38- ANDREIA LOIOLA DE SOUSA;
- 39- AIZIO ANDRADE DE SOUZA;
- 40- LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA;
- 41- ADILA FERREIRA BARRETO;
- 42- DIENE VIEIRA DE SOUSA;
- 43- ANTONIA RIBEIRO DA SILVA;
- 44- JUSCELINO DOS SANTOS PEREIRA;
- 45- AUDEANE DOS SANTOS LOPES;
- 46- FRANKLIN SILVA PICANÇO;
- 47- ANTONIA DE LOURDES ALIARTE LIMA;
- 48- CRISTIANO FERREIRA DE OLIVEIRA;
- 49- BERNARDES BARBOSA DE OLIVEIRA;
- 50- MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA;

E para que no futuro ninguém alegue desconhecimento expediu-se o presente Edital, que será Publicado no Diário do Poder Judiciário e será afixado no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de CARACARAÍ-RR, aos 07 de março de 2017.

Rayson Alves de Oliveira
Diretor de Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 07MAR17

PROCURADORIA GERAL**PORTARIA Nº 193, DE 07 DE MARÇO DE 2017.****A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições,**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **VALDIR APARECIDO DE OLIVEIRA**, 23 (vinte e três) dias de férias, a serem usufruídas no período de 15FEV a 09MAR2017, conforme o Processo nº 137/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034051710.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 194, DE 07 DE MARÇO DE 2017.**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições,**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **VALDIR APARECIDO DE OLIVEIRA**, 37 (trinta e sete) dias de férias, a serem usufruídas no período de 10MAR a 15ABR2017, conforme o Processo nº 137/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034051710.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 195, DE 07 DE MARÇO DE 2017.**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais,**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ADEMAR LOIOLA MOTA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelo 1º Titular da Promotoria de Justiça da Família, no dia 15FEV2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 196, DE 07 DE MARÇO DE 2017.**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições,**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **RICARDO FONTANELLA**, 01 (um) dia de férias, anteriormente interrompidas pela Portaria nº 437/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5753, de 03JUN2016, a ser usufruída no dia 02MAR2017, conforme o Processo nº 138/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034061782.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 197, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **RICARDO FONTANELLA**, 05 (cinco) dias de férias, a serem usufruídas no período de 20 a 24MAR2017, conforme o Processo nº 138/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034061.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 198, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ANEDILSON NUNES MOREIRA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelo 1º Titular da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, no dia 02MAR2017 e no período de 20 a 24MAR2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 199, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **CARLOS ALBERTO MELOTTO**, 02 (dois) dias de férias, anteriormente interrompidas pela Portaria nº 110/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5916, de 09FEV2017, a serem usufruídas no período de 02 a 03MAR2017, conforme o Processo nº 139/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034071745.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 200, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **JOSÉ ROCHA NETO**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelo 1º Titular da Promotoria de Justiça Especializada em Crimes de Tráfico ilícito de Drogas, Crimes Decorrentes de Organização Criminosa, Crimes de “Lavagem” de Capitais e habeas corpus, no período de 02 a 03MAR2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 201, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **MÁRCIO ROSA DA SILVA**, 13 (trezes) dias de férias, anteriormente interrompidas pela Portaria nº 651/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5802, de 17AGO2016, a serem usufruídas no período de 30MAR a 11ABR2017, conforme o Processo nº 140/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 03MAR2017, SisproWeb nº 081906034091771.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 202, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **SILVIO ABBADE MACIAS**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela Promotoria de Justiça com atuação junto aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no período de 30MAR a 11ABR2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 203, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Comunicar seu afastamento para usufruir 01 (um) dia de férias, anteriormente interrompidas pela Portaria nº 164/2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5232, de 18MAR2014, a ser usufruída no dia 02MAR2017, conforme o Processo nº 147/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 06MAR2017, SisproWeb nº 081906034181761.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 204, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Comunicar seu afastamento para usufruir 30 (trinta) dias de férias, a serem usufruídas no período de 03MAR a 1ºABR2017, conforme o Processo nº 147/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 06MAR2017, SisproWeb nº 081906034181761.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 205, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **VALDIR APARECIDO DE OLIVEIRA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelo 2º Titular da Promotoria de Justiça da Família, no período de 06 a 10MAR2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 206, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Interromper, por interesse do serviço público, a Licença Prêmio da Procuradora de Justiça, Dra. **REJANE GOMES DE AZEVEDO MOURA**, anteriormente deferida pela Portaria nº 182/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5930, de 06MAR2017, a partir de 13FEV2017, ficando o período restante para ser usufruído oportunamente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

DIRETORIA GERAL**PORTARIA Nº 294 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

I - Autorizar o afastamento do servidor **FRANCISCO XAVIER MEDEIROS GONÇALVES**, Auxiliar de Manutenção \ Chefe de Seção, em face do deslocamento para o município de Alto Alegre-RR, no dia 09MAR17, sem pernoite, para executar serviços de: Inspeção e adequação das instalações telefônicas internas, para instalação de telefone publico especial para deficientes auditivos no prédio da Comarca do referido município.

II - Autorizar o afastamento do servidor **ANDRÉ GEORGE SOBRINHO REBOUÇAS**, Auxiliar de Manutenção, em face do deslocamento para o município de Alto Alegre-RR, no dia 09MAR17, sem pernoite, para executar serviços de corte do gramado na promotoria do referido município. Processo nº185/17 – DA de 06 de março de 2017. SisproWeb: 081906034141719.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 297 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento dos servidores **NERI AVILA ROSA**, Oficial de Diligência e **JAMES BATISTA CAMELO**, Assessor Administrativo/Oficial de Diligência “Ad Hoc”, em face do deslocamento para o município do Alto Alegre-RR – sede e Zona Rural Posto de Saúde Ana Pereira no dia 09MAR17, sem pernoite, para executar diligência no sentido de: Localizar, Constatar, Realizar buscas e levantamento de dados no referido município. Processo nº188/17 – DA, de 06 de março de 2017. SisproWeb:081906034201711.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 298 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento dos servidores **JAIME DE BRITO TAVARES**, Oficial de Diligência e **JAMES BATISTA CAMELO**, Assessor Administrativo/Oficial de Diligência “Ad Hoc”, em face do deslocamento para os municípios de Alto Alegre-RR, sede e Zona Rural CI Sucuba, no dia 08MAR17, sem pernoite, para executar diligência no sentido de: Localizar, Constatar, Realizar buscas e levantamento de dados no referido município. Processo nº189/17 – DA, de 06 de março de 2017. SisproWeb:081906034211776.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 299 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento dos servidores **EDSON PEREIRA CORRÊA JÚNIOR**, Oficial de Diligência e **JAMES BATISTA CAMELO**, Assessor Administrativo/Oficial de Diligência "Ad Hoc", em face do deslocamento para os municípios de Alto Alegre-RR, sede e Zona Rural Posto de Saúde Vila São Silvestre no dia 10MAR17, sem pernoite, para executar diligência no sentido de: Localizar, Constatar, Realizar buscas e levantamento de dados no referido município. Processo nº190/17 – DA, de 06 de março de 2017. SisproWeb:081906034221739

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 300 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Considerando o Procedimento Administrativo nº 034/2017 – DA, firmado com o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA/RR**, CNPJ Nº 02.929.034/0001-90, referente ao pagamento das Taxas de Anotações de Responsabilidade Fiscal Técnica - ART's.

I - Designar o servidor **TASSIO JARDEL PEREIRA SALLES**, Assessor de Engenharia Civil, como Fiscal do Processo 034/2017.

II - Designar a servidora **FRANCISCA DE ASSIS SIMOES CARVALHO**, Assessor Técnico, para substituir o titular da fiscalização nas eventuais ausências.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 301 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Considerando o Procedimento Administrativo nº 777/2016 – DA, firmado com a empresa **H. M. SILVA - ME**, CNPJ Nº 25.079.524/0001-40, referente as obras e serviços de engenharia para execução da reforma no prédio da Promotoria de Justiça de Bonfim - RR.

I - Designar os servidores **TASSIO JARDEL PEREIRA SALLES**, Assessor de Engenharia Civil, **FRANCISCA DE ASSIS SIMOES CARVALHO**, Assessor Técnico, **DANIEL MENDONÇA SANTOS**, Assessor de Arquitetura e Urbanismo e **ALESSANDRA LOUÇANA DA COSTA ARAUJO**, Coordenadora de Arquitetura e Engenharia, como Fiscais do Contrato nº 007/2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 302 - DG, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Considerando o Procedimento Administrativo Nº 145/2017 – DA, firmado com as empresas **H L P COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA - EPP**, CNPJ 16.866.828/0001-67 e **H. J. S. LUZ**, CNPJ 84.015.544/0001-17, cujo objeto é a aquisição de material de consumo de informática, conforme especificações constantes do Pregão Eletrônico nº 26/2016 SRP, processo original 355/2016.

I - Designar o servidor **MARCELO SEIXAS**, Assessor Técnico, como fiscal do Processo nº 145/2017.

II - Designar o servidor **ROBERTO ALMEIDA DO NASCIMENTO**, Chefe de Seção, para substituir o titular da fiscalização nas eventuais ausências.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 303 - DG, DE 07 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E :

Conceder 02 (dois) dias de férias ao servidor **EDMILSON JOSÉ BRANDÃO COIMBRA**, a serem usufruídas no período de 02 a 03MAR17, conforme Processo nº 141/17 – SAP/DRH/MPRR, de 03/03/2017, SISPROWEB Nº 081906034101750.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 304 - DG, DE 07 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E :

Conceder 01 (um) dia de férias à servidora **CECÍLIA DE FARIA TAVARES**, a serem usufruídas no dia 06MAR17, conforme Processo nº 134/17 – SAP/DRH/MPRR, de 02/03/2017, SISPROWEB Nº 081906033921770.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 068 - DRH, DE 07 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Alterar do dia 31/01/17 para o dia 30/01/17, a licença para tratamento de saúde do servidor **Raimundo Edinilson Ribeiro Saraiva**, anteriormente concedido pela Portaria nº 046-DRH, de 08FEV17, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5916, de 09FEV17, conforme Processo Nº 079/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 06FEV2017, SISPROWEB Nº 081906032451745.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2017 – PROCESSO Nº 817/2016 – D.A.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, em cumprimento ao art. 61 da Lei 8.666/93, vem tornar público o resumo do Contrato nº 6/2017, proveniente do Pregão Eletrônico nº 3/2017 – SRP, do Processo Administrativo nº 817/2016.

OBJETO: Serviços de lavagem (simples, completa e a seco), polimentos, higienização e outros serviços, com fornecimento de forma parcelada, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CONTRATADA: LEITÃO & CRUZ LTDA - ME, CNPJ Nº 34.808.113/0001-30.

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a importância de **R\$ 105.356,08** (cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oito centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: Programa 03.062.004.2182, Elemento de Despesa 339039, subelemento 72, Fonte 101.

DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 21 de fevereiro de 2016.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

ZILMAR MAGALHÃES MOTA

Diretor Administrativo

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nº DO PROCESSO: 145/2017 – D.A.

OBJETO: Aquisição de material de consumo de informática, proveniente do Pregão Eletrônico nº 26/2016, Processo 355/2016.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: Programa 03.091.004.2182, Elemento de Despesa 339030, Subelemento 17, Fonte 101.

CONTRATADA: H. J. S. LUZ, CNPJ Nº 84.015.544/0001-17

VALOR: R\$ 8.199,64 (oito mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).

NOTA DE EMPENHO Nº: 25101.0001.17.00067-5

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA EMISSÃO: 23 de fevereiro de 2017.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

ZILMAR MAGALHÃES MOTA

Diretor Administrativo

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nº DO PROCESSO: 145/2017 – D.A.

OBJETO: Aquisição de material de consumo de informática, proveniente do Pregão Eletrônico nº 26/2016, Processo 355/2016.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: Programa 03.091.004.2182, Elemento de Despesa 339030, Subelemento 17, Fonte 101.

CONTRATADA: H L P COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA - EPP., CNPJ Nº 16.866.828/0001-67

VALOR: R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais).

NOTA DE EMPENHO Nº: 25101.0001.17.00068-3

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA EMISSÃO: 23 de fevereiro de 2017.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

ZILMAR MAGALHÃES MOTA

Diretor Administrativo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2017 – PROCESSO Nº 777/2016 – D.A.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, em cumprimento ao art. 61 da Lei 8.666/93, vem tornar público o resumo do Contrato nº 7/2017, proveniente da Tomada de Preços nº 1/2017, do Processo Administrativo nº 777/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para execução de reforma no prédio da Promotoria de Justiça de Bonfim/RR.

CONTRATADA: H. M. SILVA - ME, CNPJ Nº 25.079.524/0001-40.

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a importância de **R\$ 58.322,74** (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos).

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: Programa 03.062.004.2182, Elemento de Despesa 339039, subelemento 69, Fonte 101.

DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de março de 2016.

Boa Vista, 07 de março de 2017.

ZILMAR MAGALHÃES MOTA

Diretor Administrativo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PE Nº 7/2017 - SRP

O Ministério Público do Estado de Roraima torna público aos interessados o **RESULTADO** do Processo Licitatório na modalidade **Pregão**, forma **Eletrônica**, nº **7/2017 - SRP**, Processo Administrativo nº 42/2017 – D.A., com julgamento das propostas por **MENOR PREÇO** para o **LOTE ÚNICO (itens 1 a 25)**, cujo objeto é

a formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na execução de serviços de reprografia, encadernação e plastificação de documentos, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, com o fito de atender às necessidades do Ministério Público de Roraima.

LOTE ÚNICO (ITENS)	EMPRESA VENCEDORA	MENOR PREÇO GLOBAL (MELHOR LANCE/ PROPOSTA READEQUADA)	RESULTADO
1	M. L. P. COSTA - EPP (CNPJ 107.217.926/0001-82)	R\$ 20.000,00	Adjudicado e Homologado
2		R\$ 35,00	
3		R\$ 39,00	
4		R\$ 60,00	
5		R\$ 2.990,00	
6		R\$ 200,00	
7		R\$ 500,00	
8		R\$ 1.820,00	
9		R\$ 364,00	
10		R\$ 2.097,00	
11		R\$ 355,00	
12		R\$ 265,00	
13		R\$ 231,00	
14		R\$ 440,00	
15		R\$ 664,00	
16		R\$ 580,00	
17		R\$ 5.490,00	
18		R\$ 75,00	
19		R\$ 200,00	
20		R\$ 248,50	
21		R\$ 215,00	
22		R\$ 250,00	
23		R\$ 90,00	
24		R\$ 200,00	
25		R\$ 350,00	
TOTAL DA LICITAÇÃO – R\$ 37.758,50			

Boa Vista, 7 de março de 2017

DANIEL ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente da CPL/MPE/RR

AVISO DE LICITAÇÃO – PE Nº 9/2017**MODALIDADE/FORMA:** Pregão Eletrônico nº 9/2017**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 814/2016 - D.A**CÓDIGO UASG:** 926196

OBJETO: Contratação do serviço de assistência à saúde, na modalidade de contratação coletiva empresarial, em âmbito nacional, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade de atendimentos aos beneficiários, compreendendo o atendimento laboratorial, ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, internações clínico e cirúrgicas, obstétricas e em terapia intensiva ou semi-intensiva e utilização de leitos especiais (nos casos de obesidade mórbida, queimaduras, escaras e outras situações que o exijam) em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes congênitas ou crônicas, aos beneficiários regularmente inscritos pelo Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), que farão jus a diárias hospitalares em nível de acomodação individual padrão (apartamento individual com banheiro e direito a um acompanhante) e berçário, tanto em caráter eletivo como emergencial, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

ENTREGA/CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir de 8/3/2017, às 8h (horário de Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/3/2017, às 10h (horário de Brasília) / 9h (horário local), no sítio supracitado.

INÍCIO DA DISPUTA: 20/3/2017, às 10h (horário de Brasília) / 9h (horário local), no sítio supracitado. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio www.comprasnet.gov.br.

Boa Vista, 7 de março de 2017

DANIEL ARAÚJO OLIVEIRA

Presidente da CPL/MPE/RR

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO****INQUÉRITO CIVIL Nº 006/2012****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** JOÃO EDUARDO COSTA

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou comprovado que, após diversas diligências realizadas por esta Promotoria, trata-se, em tese, de prática de estelionato (ou conduta afim). Ressalta-se que o suposto crime já é objeto de inquérito policial. Tendo em vista que o desdobramento cível da questão será resultante do que for apurado no âmbito criminal, não remanesce aspecto do evento que justifique atuação Ministerial desta PRODECC de cunho coletivo. Portanto promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**INQUÉRITO CIVIL Nº 006/2012****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** AUTOESCOLA VENCER

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou comprovado que, após diversas diligências realizadas por esta Promotoria, trata-se, em tese, de prática de estelionato (ou conduta afim). Ressalta-se que o suposto crime já é objeto de inquérito policial. Tendo em vista que o desdobramento cível da questão será resultante do que for apurado no âmbito criminal, não remanesce aspecto do evento que justifique atuação Ministerial desta PRODECC de cunho coletivo. Portanto promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**NOTÍFICA DE FATO Nº 040/2016****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** CLAUDEIDE RODRIGUES BEVOLO

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou constatado que se trata de um negócio jurídico de natureza civil entre os reclamantes e o reclamado, havendo uma certa indefinição se estaríamos diante de uma promessa de recompensa (art. 854 do CC) ou, propriamente, de uma doação (art. 538 do CC). De todo modo, eventuais vícios desses negócios jurídicos civis, e até mesmo o seu descumprimento, refogem ao âmbito de proteção do consumidor. Neste caso, percebe-se a suposta violação, em verdade, de direitos individuais, facultando-se aos noticiantes constituir profissionais para, em seu favor, reclamarem de eventual direito violado. Portanto, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**NOTÍFICA DE FATO Nº 040/2016****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** DIOGENES TADIC MORAES GOMES

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou constatado que se trata de um negócio

jurídico de natureza civil entre os reclamantes e o reclamado, havendo uma certa indefinição se estaríamos diante de uma promessa de recompensa (art. 854 do CC) ou, propriamente, de uma doação(art. 538 do CC). De todo modo, eventuais vícios desses negócios jurídicos civis, e até mesmo o seu descumprimento, refogem ao âmbito de proteção do consumidor. Neste caso, percebe-se a suposta violação, em verdade, de direitos individuais, facultando-se aos noticiantes constituir profissionais para, em seu favor, reclamarem de eventual direito violado. Portanto, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NOTÍFICA DE FATO Nº 040/2016

COMARCA: BOA VISTA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA

PESSOA CIENTIFICADA: ORLANDO MENDES BARROS

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou constatado que se trata de um negócio jurídico de natureza civil entre os reclamantes e o reclamado, havendo uma certa indefinição se estaríamos diante de uma promessa de recompensa (art. 854 do CC) ou, propriamente, de uma doação(art. 538 do CC). De todo modo, eventuais vícios desses negócios jurídicos civis, e até mesmo o seu descumprimento, refogem ao âmbito de proteção do consumidor. Neste caso, percebe-se a suposta violação, em verdade, de direitos individuais, facultando-se aos noticiantes constituir profissionais para, em seu favor, reclamarem de eventual direito violado. Portanto, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NOTÍFICA DE FATO Nº 040/2016

COMARCA: BOA VISTA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA

PESSOA CIENTIFICADA: IARA CASTRO SILVA

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou constatado que se trata de um negócio jurídico de natureza civil entre os reclamantes e o reclamado, havendo uma certa indefinição se estaríamos diante de uma promessa de recompensa (art. 854 do CC) ou, propriamente, de uma doação(art. 538 do CC). De todo modo, eventuais vícios desses negócios jurídicos civis, e até mesmo o seu descumprimento, refogem ao âmbito de proteção do consumidor. Neste caso, percebe-se a suposta violação, em verdade, de direitos individuais, facultando-se aos noticiantes constituir profissionais para, em seu favor, reclamarem de eventual direito violado. Portanto, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**NOTÍFICA DE FATO Nº 040/2016****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** ELIZABETH ALESSANDRA BARROSO

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou constatado que se trata de um negócio jurídico de natureza civil entre os reclamantes e o reclamado, havendo uma certa indefinição se estaríamos diante de uma promessa de recompensa (art. 854 do CC) ou, propriamente, de uma doação (art. 538 do CC). De todo modo, eventuais vícios desses negócios jurídicos civis, e até mesmo o seu descumprimento, refogem ao âmbito de proteção do consumidor. Neste caso, percebe-se a suposta violação, em verdade, de direitos individuais, facultando-se aos noticiantes constituir profissionais para, em seu favor, reclamarem de eventual direito violado. Portanto, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2015****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** ANTÔNIA COELHO DA SILVA

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou comprovado que, em tese, trata-se de conduta criminosa, visto que os elementos de prova deste IC apontam para a prática de estelionato. Nessa senda, os referidos elementos sugerem que a “oferta” de serviços – ministração de aulas – era uma artimanha aprioristicamente utilizado pelo autor da conduta para a prática do crime. O descumprimento do contrato de prestação não seria um evento a posteriori, ou seja, não foi um evento que se sucedeu a pretérita relação de consumo. Portanto, tendo em vista que a requisição de abertura de inquérito policial para investigação do fato já foi feita, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2015****COMARCA:** BOA VISTA**ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA**PESSOA CIENTIFICADA:** NEREIDE LOUIS DOS SANTOS CRUZ

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou comprovado que, em tese, trata-se de conduta criminoso, visto que os elementos de prova deste IC apontam para a prática de estelionato. Nessa senda, os referidos elementos sugerem que a “oferta” de serviços – ministração de aulas – era uma artimanha aprioristicamente utilizado pelo autor da conduta para a prática do crime. O descumprimento do contrato de prestação não seria um evento a posteriori, ou seja, não foi um evento que se sucedeu a pretérita relação de consumo. Portanto, tendo em vista que a requisição de abertura de inquérito policial para investigação do fato já foi feita, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2015

COMARCA: BOA VISTA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA

PESSOA CIENTIFICADA: CENTRO DE PREPARAÇÃO ÀS ESCOLAS MILITARES – CPM

A pessoa identificada no presente edital fica, pelo presente, cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dias), a contar da publicação do edital, perante o Órgão que determinou o arquivamento do pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, com a representação e a decisão atacada, ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação.

EXTRATO DA DECISÃO: Conforme o apurado nos autos, ficou comprovado que, em tese, trata-se de conduta criminoso, visto que os elementos de prova deste IC apontam para a prática de estelionato. Nessa senda, os referidos elementos sugerem que a “oferta” de serviços – ministração de aulas – era uma artimanha aprioristicamente utilizado pelo autor da conduta para a prática do crime. O descumprimento do contrato de prestação não seria um evento a posteriori, ou seja, não foi um evento que se sucedeu a pretérita relação de consumo. Portanto, tendo em vista que a requisição de abertura de inquérito policial para investigação do fato já foi feita, promove este Órgão Ministerial o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil.

Membro do Ministério Público: **ADRIANO ÁVILA** – Promotor de Justiça

Data: 06/03/2017

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DA PORTARIA DE CONVERSÃO DO PP Nº 016/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR EM IC.

O Dr. **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, 2º Titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24-7-1985, e Resolução Normativa do Ministério Público nº 010/09 (DPJ N. 4126, de 28.07.2009) alterada pela Resolução PGJ nº001/12, **DETERMINA A CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PP Nº 016/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR em INQUÉRITO CIVIL – IC Nº 016/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR**, tendo como fundamento apurar possíveis irregularidades em execução de plano de recuperação de área degradada – estrada Bom Intento.

Boa Vista/RR, 23 de fevereiro de 2017

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA DE CONVERSÃO DO PP Nº 017/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR EM IC.

O Dr. **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, 2º Titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24-7-1985, e Resolução Normativa do Ministério Público nº 010/09 (DPJ N. 4126, de 28.07.2009) alterada pela Resolução PGJ nº001/12, **DETERMINA A**

CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PP Nº 017/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR em INQUÉRITO CIVIL – IC Nº 017/16/PJMA/2ºTIT/MP/RR, tendo como fundamento situações que envolvem ausência de responsabilidade ambiental integral sobre ilícitos evidenciados em áreas de preservação permanente pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas -SMGA.

Boa Vista/RR, 02 de março de 2017

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Promotor de Justiça

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº002/2017/PJMA/2ºTIT/MP/RR.

Compromitente: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

Compromissário: Sr. FRANCISCO EDMILSON SILVA GOMES

OBJETO: Apurar maus tratos de animais em rinha de galo

Acordo:

CLÁUSULA 1ª- O(a)s COMPROMISSÁRIO(a)s se OBRIGA(m) a entregar, renunciando a qualquer direito em relação aos mesmos em face a configurar objeto da infração apurada, no prazo de 30(trinta) dias, contados em conformidade com o parágrafo primeiro da cláusula 8ª, mediante recibo que apresentará a esta Promotoria de Justiça, na Companhia Independente de Policiamento Ambiental - CIPA, sito à Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/nº, nas instalações do Parque Anauá, bairro Aeroporto(Em frente ao Posto Macuxi), nesta capital (Tel. 36243768), todo e qualquer apetrecho, produto ou instrumento da prática da infração apurada neste procedimento de que tenha a posse / detenção ou seja proprietário, tais como esporões(usados, cerrados ou não), ringue, tanque, arena, tambor ou recipiente de luta, arquibancada, balança de precisão ou não, esporões(artificiais ou não), seringas e injeções e correspondentes produtos e medicamentos e de potencialização de força e destreza, gaiolas, biqueiras e instrumentos médicos/hospitalares, dentre outros que tenham correlação com o ilícito.

Parágrafo primeiro – Em hipótese da existência de ringue ou local de luta e mesma arquibancada no local de sua posse/propriedade ser em alvenaria ou qualquer outro material/produto fixo, chumbado ou afixado que impeça a retirada íntegra, deverá promover a sua absoluta e completa descaracterização e inutilização com a comprovação por meio de declaração e apresentação de fotografias do local no prazo de 60(sessenta) dias, isto sem prejuízo da fiscalização.

Parágrafo segundo – Deixando de possuir nenhum dos produtos/instrumentos relacionados nesta cláusula, deverá formalizar declaração neste sentido e assumindo a responsabilidade, inclusive penal, por seu conteúdo.

Parágrafo terceiro - A previsão desta cláusula e parágrafos devem ser atendidas prontamente e, observando-se a natureza jurídica das infrações de ordem administrativa e penal, sem prejuízo da destinação daqueles produtos/instrumentos que tenham sido efetivamente apreendidos pelas autoridades de fiscalização ambiental ou policiais.

CLÁUSULA 2ª O(a)s COMPROMISSÁRIO(a)s se OBRIGA(m) a NÃO realizar(em), patrocinar(em), colaborar(em), estimular(em), auxiliar(em), promover(em), envolver(em), divulgar(em), praticar(em), participar(em), incentivar(em), assistir(em), compactuar(em), direta ou indiretamente, com qualquer atividade que venha a caracterizar abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais de qualquer gênero ou espécie, notadamente aves do tipo “galo” em luta ou rinha ou, ainda, quaisquer outras práticas consideradas legal e/ou tecnicamente como nocivas e prejudiciais a saúde e integridade de animais, domésticos, domesticados, nativas ou silvestres ou exóticos. Prazo de cumprimento imediato.

Parágrafo único – Incluem-se, nas vedações indicadas, a conduta de se omitir(em) na comunicação às autoridades competentes ambientais e policiais de qualquer ocorrência que tome ou tenha tomado conhecimento. Prazo de cumprimento imediato.

CLÁUSULA 3ª – As sanções previstas para o descumprimento pelo(a)s COMPROMISSÁRIO(a)s das cláusulas anteriores serão da seguinte forma, sem prejuízo de outras previstas na legislação:

a) O não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas na cláusula 1ª, em seus respectivos prazos, seja isolada ou cumulativamente, implicará no pagamento a fundo do art. 13 da Lei n. 7347/85 de multa diária correspondente a R\$ 100,00 (Cem reais), contados da data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações assumidas.

b) Em relação ao “caput” da cláusula 2ª, seja isolada ou cumulativamente, implicará no pagamento a fundo do art. 13 da Lei n. 7347/85 de multa correspondente a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por cada ato praticado;

c) Em relação ao parágrafo único da cláusula 2ª, será de R\$5.000,00(cinco mil reais) para cada comportamento omissivo.

CLÁUSULA 4ª - A título de indenização pela infração ambiental causada, como obrigação de fazer e em vista da proporcionalidade com a irregularidade perpetrada e o respectivo suporte econômico, O(A)s COMPROMISSÁRIO(A)s deverá(ão), observando os prazos em conformidade com o parágrafo primeiro da cláusula 8ª:

a) Depositar, no prazo de 12 (doze) meses, o valor de R\$ 2.000,00(Dois mil reais) em conta do Fundo de Defesa de Direitos Difusos previsto no art. 13 da Lei Federal n. 7.347/1985, devendo ser por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, código de recolhimento nº 20074-3, número de referência nº 0001, descrição do recolhimento FDD/MJ-multas previstas relativas a direitos difusos (finalidade de depósitos referentes a condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347/1985-meio ambiente, conforme Resolução nº 30, de 26 de novembro de 2013, do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos), comunicado via CI nº 075/CAOP/MP/RR (Centro de Apoio Operacional do Ministério Público) de 11/10/16 (fls. 87/88);

b) Frequentar 4 (quatro) horas de curso(s) de educação e conscientização ambiental, promovido pelos órgãos ambientais competentes e/ou instituições afins, apresentando, ao final, o devido certificado/atestado/declaração que comprove a conclusão do curso no prazo de até 90 (noventa) dias. Deverá se apresentar perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente localizada à Av. Ville Roy, 5584, Centro (Prédio do Ministério Público de Roraima - Espaço da Cidadania), para tomar conhecimento das datas disponíveis, instituições promoventes e locais de realização;

Parágrafo único - O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas nesta cláusula, seja isolada ou cumulativamente, pelo(a)s COMPROMISSÁRIO(a)s, implicará no pagamento a fundo do art. 13 da Lei n. 7347/85 de multa diária correspondente a R\$ 15.000,00 (Quinte mil reais), contados da data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações assumidas.

Data da celebração: 06 de março de 2017.

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Promotor de Justiça

FRANCISCO EDIMILSON SILVA GOMES

COMPROMISSÁRIO

**PORTARIA DE RETIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO- PA nº
001/2017/PJMA/ºTIT/MP/RR**

Objeto: ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO TAC

Retifico o segundo considerando da portaria do PA Nº 001/2017/PJMA/2ºTIT/MP/R, publicada no DJE nº 5923 de 20.03.17, pág. 075, conforme abaixo:

“CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta- TAC nº 001/2017/PJMA/2ºTIT/MP/RR com o Sr. ILLO AUGUSTO DOS SANTOS FILHO, estudante, CPF Nº 005.493.872-42, residente na Rua Major Manoel Corrêa, nº 485, São Francisco, Boa Vista-RR, acompanhado do advogado Dr. João Alfredo de Souza Cruz, OAB/RR n. 1305/RR, com base nos autos do Inquérito Civil - IC nº 003/16/PJMA/MPRR, que tem por objeto apurar maus tratos de animais e mutilações em possível rinha de galo, nesta Capital.

Boa Vista-RR, 07 de março de 2017.

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PA nº 002/2017/PJMA/2ºTIT/MP/RR**Objeto: ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO TAC**

O Promotor de Justiça 2º Titular da PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE-PJMA da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos III e VI, da Constituição Federal, art. 32, V, art. 33, VI e art. 34, parágrafo único, alínea "a", da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima),

CONSIDERANDO a Resolução CPJ nº 004, de 17/05/2016;

CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 002/2017/PJMA/2ºTIT/MP/RR com o Sr. FRANCISCO EDMILSON SILVA GOMES, agricultor, CPF Nº 447.147.772-20, residente na Rua Porto Alegre, nº 482, bairro Nova Cidade, Boa Vista-RR, com base nos autos do Inquérito Civil - IC nº 010/16/PJMA/MPRR, que tem por objeto apurar maus tratos de animais e mutilações em possível rinha de galo, nesta Capital.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar o fiel cumprimento do TAC;

RESOLVE:

1. Instaurar Procedimento Administrativo;
2. Registre-se em meio eletrônico;
3. Junte-se a este procedimento o Termo de Ajustamento de Conduta e cópia integral do IC nº 010/16/PJMA/2ºTIT/MPRR;
4. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima e ao Centro de Apoio Operacional da instauração do procedimento administrativo, conforme art. 34 da Resolução CPJ nº 004/16;
5. Publique-se no Diário de Justiça eletrônico do Ministério Público do Estado de Roraima;
6. Em função dos prazos concedidos no TAC ficarem suspensos até o referendo e homologação do TAC pelo CSMP, nos termos do art. 28 da Resolução CPJ n. 004, de 17 de maio de 2016 (DPJ de 19.05.2016) e previsão expressa no próprio TAC (Art. 25, §2º, da Resolução CPJ n. 004, de 17 de maio de 2016), AGUARDAR, devido a ausência de tempo previsto na resolução mencionada, a respectiva comunicação da deliberação do aludido órgão colegiado a este agente ministerial no interregno razoável de 30 dias;
7. Em havendo referendo do TAC pelo CSMP, cientificar, via notificação, o(a)s COMPROMISSÁRIO(a)s da mencionada deliberação para que possa efetivamente cumprir os compromissos assumidos;
8. Cumpra-se.

Boa Vista-RR, 07 de março de 2017.

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CARACARAÍ**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 001/17**

O Ministério Público do Estado de Roraima, por seu Presentante Substituto da Promotoria de Justiça da Comarca de Caracarái, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 33, inciso I, da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), **DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL**, com a finalidade de averiguar notícia que dá conta do não oferecimento de ensino nas modalidades regular e EJA na Região do baixo Rio Branco, neste município.

RESOLVE, por isso, deliberar o seguinte:

Para atuarem no feito, na qualidade de secretários dos trabalhos, ficam designados os servidores atuantes na Promotoria de Caracarái;
Registrar o presente IC em livro correspondente;
Cientificar a Corregedoria-Geral do Ministério Público da presente instauração;
Enviar extrato da presente portaria para veiculação no DJE, nos moldes recomendados na CI CIRC nº 001/2011/GAB/PGJ;
Oficiar à Secretaria Estadual de Educação requisitando esclarecimentos.
Após, venham os autos conclusos.

Caracarái/RR, 13 de fevereiro de 2.017.

Masato Kojima
Promotor de Justiça Substituto

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO PIC N.º 001/17

O Ministério Público do Estado de Roraima, por seu Presentante Substituto da Promotoria de Justiça da Comarca de Caracarái, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26 da Lei 8.625/93; art. 34, parágrafo único, alínea "a", da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima) e art. 2º, I, da Resolução/PGJ nº 006/08 **DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**, com a finalidade de apurar a possível prática de crime de abuso de autoridade e/ou tortura perpetrado por policiais militares lotados na 2ª CIPM/RR, neste município de Caracarái.

RESOLVE, por isso, deliberar o seguinte:

- a) Para atuarem no feito, na qualidade de secretários dos trabalhos, ficam designados os servidores atuantes na Promotoria de Caracarái-RR;
- b) Autue-se e registre-se o presente PIC em livro correspondente;
- c) Encaminhe-se a presente portaria para publicação no DJE, nos moldes recomendados na CI CIRC nº 001/2011/GAB/PGJ;
- d) Notifique-se a pessoa identificada como "BACICU" para oitiva;
- e) Atendidos todos os itens, venham os autos conclusos.

Caracarái-RR, 22 de fevereiro de 2.017.

Masato Kojima
Promotor de Justiça Substituto

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO PIC N.º 002/17

O Ministério Público do Estado de Roraima, por seu Presentante Substituto da Promotoria de Justiça da Comarca de Caracarái, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26 da Lei 8.625/93; art. 34, parágrafo único, alínea "a", da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima) e art. 2º, I, da Resolução/PGJ nº 006/08 **DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**, com a finalidade de apurar a prática de ilícitos ambientais na Vila Petrolina, município de Caracarái, consistente na abertura de estrada em área de floresta.

RESOLVE, por isso, deliberar o seguinte:

Para atuarem no feito, na qualidade de secretários dos trabalhos, ficam designados os servidores atuantes na Promotoria de Caracarái-RR;
Autue-se e registre-se o presente PIC em livro correspondente;

Encaminhe-se a presente portaria para publicação no DJE, nos moldes recomendados na CI CIRC nº 001/2011/GAB/PGJ;

Requisite-se à FEMARH que descreva:

(i) a extensão da vegetação e floresta danificada e destruída;

(ii) quais exemplares de flora cortou, sobretudo se havia castanheira entre elas, espécie protegida;

(iii) quantos e quais cursos d'água, nascentes e outros elementos caracterizadores de área de preservação permanente (APP) foram atingidos;

(iv) por qual razão fixou multa em apenas R\$ 50.000,00;

Atendidos todos os itens, venham os autos conclusos.

Caracaraí-RR, 24 de fevereiro de 2.017.

Masato Kojima

Promotor de Justiça Substituto

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO PP Nº 02/17

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, II, III, VIII, da Constituição da República; e art. 33, I, da Lei Complementar Estadual 003/94 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima, - o Dr. MASATO KOJIMA, Promotor de Justiça Substituto desta Comarca de Caracaraí-RR, DETERMINA a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, nº 002/2017, com a finalidade de apurar a prática de atos de gestão lesivos ao erário municipal, cometidos pelo ex-prefeito de Caracaraí, Sr. Enildo Dantas Dias Novo Junior.

RESOLVE, por isso, deliberar o seguinte:

Para atuarem no feito, na qualidade de secretários dos trabalhos, ficam designados os servidores atuantes na Promotoria de Caracaraí;

Registrar o presente PP em livro correspondente;

Encaminhar cópia da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao CAOP, nos termos do art. 34 da Resolução CPJ n.º 004/2016;

Enviar extrato da presente portaria para veiculação no DJE;

Após, venham os autos conclusos.

Caracaraí/RR, 24 de fevereiro de 2.017.

Masato Kojima

Promotor de Justiça Substituto

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO PP Nº 03/17

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, II, III, VIII, da Constituição da República; e art. 33, I, da Lei Complementar Estadual 003/94 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima, - o Dr. MASATO KOJIMA, Promotor de Justiça Substituto desta Comarca de Caracaraí-RR, DETERMINA a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, nº 003/2017, com a finalidade de apurar a prática de improbidade administrativa cometida pelo ex-escrivão de polícia civil FRANCISCO KLEBER DA SILVA DAMASCENO.

RESOLVE, por isso, deliberar o seguinte:

Para atuarem no feito, na qualidade de secretários dos trabalhos, ficam designados os servidores atuantes na Promotoria de Caracaraí;

Registrar o presente PP em livro correspondente;

Encaminhar cópia da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao CAOP, nos termos do art. 34 da Resolução CPJ n.º 004/2016;

Enviar extrato da presente portaria para veiculação no DJE;

Após, venham os autos conclusos.

Caracaraí/RR, 24 de fevereiro de 2.017.

Masato Kojima
Promotor de Justiça Substituto

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 003/2017

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Mucajaí-RR, agente *in fine* firmada, no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais previstas nos artigos 127 “caput”, e 129, inciso II, todos da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, incisos I e IV, da Lei n.º 8.625/93, no art. 33, inciso IV, Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – Lei Complementar n.º 003, de 07 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93) dispõe, em seu art. 27, parágrafo único, inciso IV, que cabe ao Ministério Público, entre outras providências, expedir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no *caput* deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público da União (Lei Complementar n.º 75/93) dispõe, em seu art. 6, inciso XX, que cabe ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n.º 003/1994) faculta a seus membros, no exercício de suas funções, fazer recomendações para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

CONSIDERANDO que o art. 127 da Constituição Federal, dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que o art. 226, § 8º da Constituição Federal dispõe que o “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”;

CONSIDERANDO um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, preconizado no art. 3º, inciso IV, da Magna Carta;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos e o direito de se viver sem ser submetido a tortura ou tratamento degradante, estão consubstanciados nos arts. 4º, inciso II, art. 5º, inciso III, todos de nossa Lei Maior;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do o art. 226, § 8º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as, Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, ratificada e promulgada pelo Decreto n.º 4.377, de 13 de setembro de 2002 e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 (Convenção de Belém do Pará), ratificada e promulgada pelo Decreto n.º 1.973, de 1º de agosto de 1996;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 11.340/06 assegura que toda mulher, independentemente de classe, raça,

etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social, além de condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, na forma de seus arts. 2º e 3º;

CONSIDERANDO que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 11.340/06 determina que o poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, na forma de seu art. 3º, § 1º;

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei n.º 11.340/2006 vincula sua interpretação aos seus fins sociais e, especialmente, às condições peculiares das mulheres em situação de violência;

CONSIDERANDO que “a Lei Maria da Penha protege além, da mulher vítima de violência, a família e a sociedade, dado que o sofrimento individual da mulher ofendida agride o equilíbrio de toda a comunidade e a estabilidade das células familiares como um todo”¹;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra a mulher;

CONSIDERANDO que os poder Executivo se reconhece a obrigatoriedade política de apoio à proteção às mulheres em situação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra a mulher, as quais figuram como prioridade Constitucional e Legislativa;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 10.778/03, estabelece em seu art. 1, que “constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados”;

CONSIDERANDO que a Notificação Compulsória dos casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra a mulher possibilita o acesso das autoridades responsáveis por ações de combate à violência a números mais realistas do problema, permitindo que se preste um atendimento integral a mulher, prevenir fatores de risco, mapear locais de ocorrência, fazer análise da evolução temporal dos eventos relacionados e o monitoramento dos serviços implantados, a fim de ampliar e consolidar a rede de Serviços de Saúde especializados, a criação ou fortalecimento de políticas públicas Federal, Estadual e/ou Municipal mais adequadas e eficazes, contribuindo, ainda acerca da conclusão da necessidade de investimentos em núcleo de vigilância e assistência;

CONSIDERANDO diante do todo, a importância do cumprimento da Notificação Compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra a mulher em serviços de saúde públicos e privados, conforme disposto na Lei n. 10.778/03;

CONSIDERANDO que a Portaria GM/MS n. 204, de 17 de fevereiro de 2016, no item 48 do Anexo, elenca na Lista de Notificação Compulsória (LNC) a violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra a mulher, estabelecendo que os médicos, profissionais de saúde, ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde, estão obrigados a notificar referidos casos, nos termos de referida portaria as secretarias municipais ou estaduais de saúde, seguindo o fluxo de registro e compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecida para SVS/MS;

Resolve **RECOMENDAR** às Secretarias de Saúde dos Municípios de Mucajaí/RR e Iracema/RR, aos Hospitais Públicos, Urgência e Emergência, Ambulatórios, Postos de Saúde, Unidades do PSF e aos

1 (Paridini; gama p. 130, 2009)

Hospitais e Clínicas particulares, que orientem e conscientizem os profissionais da área de saúde, que ao atenderem e identificarem casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências praticadas contra a mulher que NOTIFIQUEM as autoridades competentes (Secretarias Municipais e/ou Estadual de Saúde) conforme estabelecido Portaria GM/MS n. 204, de 17 de fevereiro de 2016;

ESTABELECE o prazo de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias, com vista ao cumprimento da presente **RECOMENDAÇÃO**, devendo no mesmo prazo, remeter ao Ministério Público do Estado Roraima, através da Promotoria de Justiça de Mucajaí/RR, cópias dos documentos que comprovem a adoção das providências que tenham sido adotadas, e/ou estruturadas em ações e projetos de promoção, prevenção e atenção nos diversos níveis de complexidade e em iniciativas de articulação em rede, a exemplo de protocolos e fluxos de atendimento à mulher em situação de violência física, psicológica, moral e/ou sexual, quando atendidas nos Hospitais e/ou outra Unidade de Saúde;

Registra-se que, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA** tomará as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para assegurar o fiel cumprimento da presente Recomendação, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade daqueles cuja ação ou omissão resultar na violação dos direitos nela inseridos.

Comunique-se, mediante cópia, à Corregedoria do Ministério Público, Conselho Superior do Ministério Público de Roraima, Secretária-Geral do Ministério Público de Roraima, com fins de publicação no Diário Oficial da Justiça. Oficie-se, com cópia ao; 1) Juízo da Comarca de Mucajaí/RR; 2) As Secretarias de Saúde, Hospitais e demais estabelecimentos de saúde; 3) Rede de apoio.

Mucajaí/RR, 07 de março de 2017.

Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Promotora de Justiça Substituta

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 07/03/2017

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL**EDITAL DE PROMOÇÃO Nº 003, DE 07 DE MARÇO DE 2017.**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, FAZ SABER que se encontram abertas 03 (três) vagas para cargos de Defensor Público de Segunda Categoria, a serem preenchidas por promoção voluntária, pelos critérios de merecimento, antiguidade e merecimento, respectivamente, em Reunião Extraordinária do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública, em sessão a ser realizada no dia 06 de abril de 2017, na Sede desta Defensoria.

O Defensor Público interessado deverá encaminhar à Corregedoria-Geral, no prazo de até 05 (cinco) dias, A CONTAR DE o pedido de inscrição, acompanhado da documentação necessária à promoção por merecimento, antiguidade e merecimento, conforme o disposto na Lei Complementar nº 164/2010 e no Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ

Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 225, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares:

Considerando o disposto no artigo 44, § único da LC 164/2010;

Considerando o disposto no artigo 63, II do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Roraima;

RESOLVE:

Designar a Defensora Pública Dr.^a **CHRISTIANNE GONZALEZ LEITE**, para a função de Chefe do Centro de Apoio Operacional Cível, a contar de 01 de março do corrente ano.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ

Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 226, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONSIDERANDO a PORTARIA/DPG Nº 183/2017, que trata sobre nomeação do servidor em caráter efetivo, publicada no DOE. nº 2944 de 14 de fevereiro de 2017;

Considerando o OFÍCIO Nº.366/17-DPMST/CGRH/SEGAD da Divisão de Perícia Médica e Segurança do Trabalho do Estado de Roraima, de 02 de março de 2017.

RESOLVE:

Tornar público o resultado do Exame Pré-Admissional do candidato **RISO DUARTE BARBOSA FILHO**, que a considerou APTO para assumir o cargo efetivo de Contador DPE/NS-1.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ

Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 227, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público e Servidores Públicos abaixo relacionados para atuarem junto à Vara da Justiça Itinerante em atendimento aos assistidos moradores no Município do Pacaraima-RR (Comunidades Contão, Comunidade Surumú e Sede), nos dias 09 a 10 de março do corrente ano, sem prejuízo de suas atribuições naturais.

Defensor Público:

Dr. MARCOS ANTÔNIO JÓFFILY

Servidores:

LUIZ VANADIER DE ALBUQUERQUE JUNIOR

EUGENIA DOS SANTOS VIDAL

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ

Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 228, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

I - Designar o Servidor Público **LAIRTO RAMON DE LIMA SILVA**, Assessor Jurídico II, para Viajar ao município de Pacaraima-RR nos dias 09 a 10 de março do corrente ano, a fim de promover ações da Defensoria Itinerante junto a Vara da Justiça Itinerante do Poder Judiciário do Estado de Roraima, com ônus.

II - Designar o Servidor Público **JEFERSON LIMA FERREIRA**, motorista lotado nesta DPE/RR, para viajar ao Município de Pacaraima-RR, nos dias 09 a 10 de março do corrente ano, a fim de transportar o Servidor Público acima designado, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ

Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 229, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público e os Servidores Públicos abaixo relacionados para prestarem atendimentos e orientações jurídicas em favor dos assistidos, no evento denominado “Caravana da Mulher Roraimense”, que será realizado na Escola Estadual Desembargador Sadoc Pereira – Alto Alegre/RR, no dia 10 de março de 2017, das 8 às 16h, sem prejuízo de suas demais atribuições

Defensor Público:

VANDERLEI OLIVEIRA

Servidores:

KATIELLY DUARTE ANDRADE

EGUINALDO GOMES PEREIRA DA CRUZ

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ
Defensora Pública-Geral

PORTARIA/DPG Nº 230, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

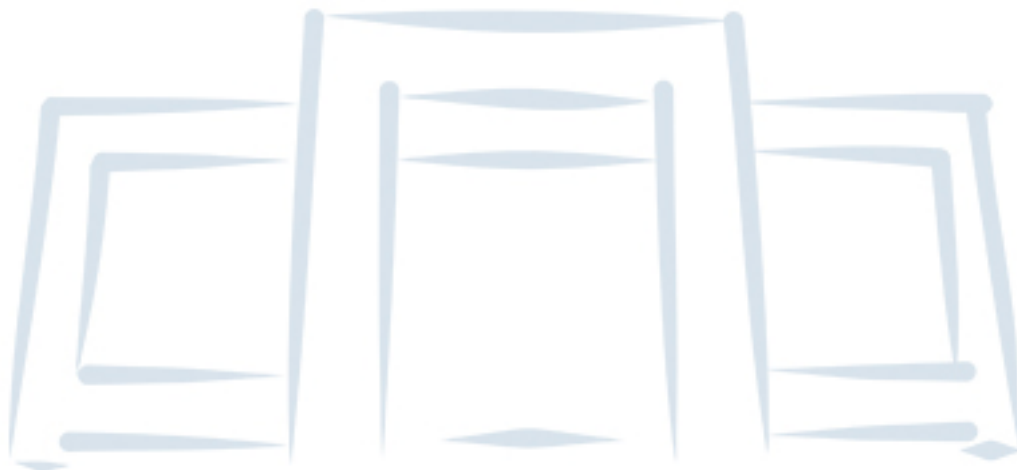
A Defensora Pública-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Servidor Público **VILMAR ANTÔNIO DA SILVA**, para prestar atendimento e orientações jurídicas em favor dos assistidos, no evento denominado “Caravana da Mulher Roraimense”, que será realizado na Escola Estadual Desembargador Sadoc Pereira – Alto Alegre/RR, no dia 10 de março de 2017, das 8 às 16h, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ
Defensora Pública-Geral



TABELIONATO DO 1º OFÍCIO

Expediente de 07/03/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, o 1º CARTÓRIO DE NOTAS, PROTESTO E REGISTRO DE BOA VISTA, localizado à Av. Ville Roy, 5636 em Boa Vista-Roraima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Prot: 514053 - Título: DSI/AC49/428001 - Valor: 1.070,00
Devedor: ANA CAROLINA OLIVEIRA BOSSAN
Credor: COLEGIO LEVINA ALVES DA SILVA LTDA - ME

Prot: 513983 - Título: NP/SN - Valor: 11.076,62
Devedor: BELINE SABINO DA SILVA
Credor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Prot: 513995 - Título: DMI/226 537 55 - Valor: 542,20
Devedor: CLEBERSON CARVALHO SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI

Prot: 514167 - Título: DMI/19867 - Valor: 1.680,00
Devedor: CONSDON ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
Credor: LEMANS LOCACAO BOA VISTA LTDA EPP

Prot: 514168 - Título: DMI/19866 - Valor: 1.680,00
Devedor: CONSDON ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
Credor: LEMANS LOCACAO BOA VISTA LTDA EPP

Prot: 514148 - Título: DM/000.000.077 - Valor: 4.367,40
Devedor: CSC MELO ME
Credor: SUPERMERCADO VICTOR LTDA - ME

Prot: 514171 - Título: DMI/302/4 - Valor: 632,05
Devedor: D SANTOS ME
Credor: JEAN C DA SILVA REPRESENTACOES

Prot: 514050 - Título: DSI/DS539001 - Valor: 530,00
Devedor: DRIELE SILVEIRA ROZO
Credor: COLEGIO LEVINA ALVES DA SILVA LTDA - ME

Prot: 514212 - Título: DMI/2190/01 - Valor: 844,16
Devedor: E.G.DE OLIVEIRA
Credor: FIBRAMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Prot: 514213 - Título: DMI/2190/02 - Valor: 844,16
Devedor: E.G.DE OLIVEIRA
Credor: FIBRAMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Prot: 514061 - Título: DSI/FF413/41400 - Valor: 1.060,00
Devedor: FABIO FREITAS CHAVES
Credor: PRÉ ESCOLAR REIZINHO LTDA

Prot: 514214 - Título: DMI/085/02 - Valor: 1.374,90
Devedor: J MOACIR DE OLIVEIRA EPP
Credor: MAHASSEN FASHION LTDA ME

Prot: 514202 - Título: DM/070981 - Valor: 531,00
Devedor: JESSICA PAULINO DA SILVA

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514232 - Título: DMI/0013/2 - Valor: 1.926,67

Devedor: JOSE SOLIMAR LUIZ DE OLIVEIRA

Credor: MULTICORES PIGMENTOS COML LTDA

Prot: 514191 - Título: DM/143677 - Valor: 2.100,00

Devedor: LUIZ PINTO SOUZA

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514173 - Título: DMI/162001/3 - Valor: 1.265,78

Devedor: M DE ALENCAR ME

Credor: CREDEAL MAN DE PAPEIS LTDA

Prot: 514221 - Título: DMI/62568/4 - Valor: 458,10

Devedor: MARCOS AGUIAR DO NASCIMENTO ME

Credor: ICONE SC COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTA

Prot: 514203 - Título: DM/069716 - Valor: 590,00

Devedor: NADILSON ALEIXO COELHO

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514182 - Título: DM/219372 - Valor: 6.836,00

Devedor: VALCICLEIA MALAQUIAS DA SILVA

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514183 - Título: DM/134034 - Valor: 1.026,00

Devedor: WELLINGTON THOMAZ

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514184 - Título: DM/146675 - Valor: 1.714,30

Devedor: WELLINGTON THOMAZ

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514185 - Título: DM/150921 - Valor: 349,80

Devedor: WELLINGTON THOMAZ

Credor: LOJAS PERIN LTDA

Prot: 514186 - Título: DM/155806 - Valor: 1.466,00

Devedor: WELLINGTON THOMAZ

Credor: LOJAS PERIN LTDA

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados intimados para no prazo legal, a contar da data de protocolização do título, vir pagar o valor dos mesmos neste Tabelionato, ou manifestarem suas recusas. Boa Vista, 07 de março de 2017. (23 apontamentos). Eu JOZIEL SILVA LOUREIRO, Tabelião o fiz digitar e assino.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

01)EDSON LÁZARO REIS THOMÉ JÚNIOR e LÚCIA HELENA DE LIMA FRAZÃO

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 23/01/1984, de profissão Funcionário Público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av Teresa Maciel, nº 253, Bairro Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filho de EDSON LÁZARO REIS THOMÉ e MARIZETE CATARINA MAYER THOMÉ. ELA: nascida em Soure-PA, em 11/04/1988, de profissão Funcionária Pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av Teresa Maciel, nº 253, Bairro Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filha de LUIZ EDWILSON FRAZÃO e MARIA APARECIDA SILVA DE LIMA MIRANDA.

02)ANDRÉ MARCIO ADRIANO NUNES e PAULA TEREZA PINTO DOS SANTOS

ELE: nascido em Manaus-AM, em 26/04/1980, de profissão Micro Empreendedor Individual, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua Vitorino Pinto, nº. 264, Bairro 31 de Março, Boa Vista-RR, filho de MAGNO JOSÉ NUNES e MARIA AUXILIADORA ALVES NUNES. ELA: nascida em Manaus-AM, em 21/11/1985, de profissão Micro Empreendedora Individual, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Rua Vitorino Pinto, nº. 264, Bairro 31 de Março, Boa Vista-RR, filha de JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS e MARIA DE FÁTIMA PINTO DOS SANTOS.

03)AGENOR ZENAÍDE DE QUEIROZ BARBOSA e MARIA DOS REMEDIOS CAVALCANTE DE ABRANTES

ELE: nascido em Recife-PE, em 13/02/1971, de profissão Representante Comercial, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Xavier de Sampaio, nº 202, APT.02, Bairro Mecejana, Boa Vista-RR, filho de AGENOR DE QUEIROZ BARBOSA e AMANDA ZENAÍDE DE QUEIROZ BARBOSA. ELA: nascida em Sousa-PB, em 28/03/1966, de profissão Professora, estado civil solteiro, domiciliada e residente na Rua Xavier de Sampaio, nº 202, APT.02, Bairro Mecejana, Boa Vista-RR, filha de FRANCISCO ELADIO CAVALCANTE DE AGUIAR e ANTONIA DE LIMA CAVALCANTE.

04)EDIENISSON DA SILVA GENTIL e ANTONIA TATIANE RAMOS SOUSA

ELE: nascido em Mucajaí-RR, em 11/08/1992, de profissão Militar, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Manaus, nº 40, Bairro Nova Cidade, Boa Vista-RR, filho de SEBASTIÃO DE SOUZA GENTIL e EDINEUZA DA SILVA GENTIL. ELA: nascida em Bacabal-MA, em 11/03/1995, de profissão Secretária, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Manaus, nº 40, Bairro Nova Cidade, Boa Vista-RR, filha de MARIA DA LUZ RAMOS SOUSA.

05)JOSIEL MOURA DOS SANTOS e MILENA LIMA OLIVEIRA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 04/08/1981, de profissão Policial Militar, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Rio Solimões, nº 74, Jardim Bela Vista, Boa Vista-RR, filho de JOÃO ALVES DOS SANTOS e ELVIRA TEIXEIRA MOURA DOS SANTOS. ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 06/08/1983, de profissão Policial Militar, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Rua: Rio Solimões, nº 74, Jardim Bela Vista, Boa Vista-RR, filha de MILTON PAIVA DE OLIVEIRA e WILLEYNICE LIMA OLIVEIRA.

06)NATANAEL MARTINS CRUZ e NATÁLIA CARDOSO DA SILVA

ELE: nascido em Manaus-AM, em 30/07/1966, de profissão Comerciante, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Av General Sampaio, nº 889, Bairro Treze de Setembro, Boa Vista-RR, filho de HELIO CRUZ e ZULEIDE MARTINS CRUZ. ELA: nascida em Itaituba-PA, em 25/12/1985, de profissão Funcionária Pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av General Sampaio, nº 889, Bairro Treze de Setembro, Boa Vista-RR, filha de MARCINA CARDOSO DA SILVA.

07)PAULO VITOR BENTES DE OLIVEIRA e ANA CAROLINA DA COSTA LUIS

ELE: nascido em Manaus-AM, em 17/01/1997, de profissão Entregador, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Estrelinha, nº 121, Bairro Aracelis Souto Maior, Boa Vista-RR, filho de PAULO SANTOS DE OLIVEIRA e ESTELA VIEIRA BENTES. ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 24/11/1997, de profissão Estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Estrelinha, nº 121, Bairro Aracelis Souto Maior, Boa Vista-RR, filha de CIRILO JOSÉ LUIS e MARIA TEREZINHA DA COSTA GOMES.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 07 de março de 2017. JOZIEL SILVA LOUREIRO, Oficial, subscrevo e assino.